UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

JOSÉ LUIS DOS SANTOS LEAL

CONTIDOS PELA ESPERANÇA: OS PROCESSOS HISTÓRICOS DE OCUPAÇÃO DOS TRABALHADORES DA FLORESTA A PARTIR DAS FILIAIS DURANTE A FASE EXTRATIVISTA “NO TEMPO DOS PORTUGUESES” (1948-1967)

Macapá/AP

2024

JOSÉ LUIS DOS SANTOS LEAL

CONTIDOS PELA ESPERANÇA: OS PROCESSOS HISTÓRICOS DE OCUPAÇÃO DOS TRABALHADORES DA FLORESTA A PARTIR DAS FILIAIS DURANTE A FASE EXTRATIVISTA "NO TEMPO DOS PORTUGUESES" (1948-1967)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História (PPGH – Unifap) da Universidade Federal do Amapá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre. Área de concentração: História Social. Linha de Pesquisa: História social do trabalho.

Orientação: Lara Vanessa de Castro Ferreira.

Macapá/AP

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborada por Maria do Carmo Lima Marques. – CRB-2 / 989

L435c Leal, José Luis dos Santos.
Contidos pela Esperança: os processos históricos de ocupação dos trabalhadores da floresta a partir das filiais durante a fase extrativista “no tempo dos portugueses” (1948-1967) / José Luis dos Santos Leal. - Macapá, 2024.
1 recurso eletrônico. 107 folhas.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Dissertação (Mestrado), Macapá, 2024.
Orientadora: Lara Vanessa de Castro Ferreira.

Modo de acesso: World Wide Web.
Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Vale do Jari. 2. Extrativistas. 3. Trabalho. I. Lara Vanessa de Castro Ferreira (orientadora). II. Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 23. ed. – 981.05

LEAL, José Luis dos Santos. **Contidos pela Esperança: os processos históricos de ocupação dos trabalhadores da floresta a partir das filiais durante a fase extrativista “no tempo dos portugueses” (1948-1967)**. Orientador: Lara Vanessa de Castro Ferreira. 2024. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2024.

JOSÉ LUIS DOS SANTOS LEAL

CONTIDOS PELA ESPERANÇA: OS PROCESSOS HISTÓRICOS DE OCUPAÇÃO DOS TRABALHADORES DA FLORESTA A PARTIR DAS FILIAIS DURANTE A FASE EXTRATIVISTA "NO TEMPO DOS PORTUGUESES" (1948-1967)

DISSERTAÇÃO APRESENTADA PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM HISTÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UNIFAP

Aprovada em: 14/05/2024

Banca Examinadora:

_____

Dra. Lara Vanessa de Castro Ferreira
(Presidente e Orientadora/ Unifap-PPGH)

_____

Dr. Adalberto Júnior Ferreira Paz (Unifap-PPGH)

_____

Dr. Davi Avelino Leal (UFAM-PPGH)

Macapá/AP

2024

À minha querida cachorrinha Lolita (*in memoriam*), que esteve comigo, debaixo da mesa, sobre os meus pés durante todas as madrugadas em que escrevia esta pesquisa. Ela se foi, e não pode ver eu defender o nosso trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao longo desta pesquisa muitas foram as mãos maravilhosas que me seguraram quando eu já estava cansado. Cai, desistir, insistir e resistir. Foi graças a essas mãos que consegui chegar até (ou ainda aqui). Por isso, quero agradecer:

Primeiramente a Deus, fonte de toda sabedoria humana (que aqui eu chamo de “Força”) ideia interessante que eu descobri. E a todos os Orixás e Entidades que me guardam. Aos meus pais Dalvino Leal e Maria Luiza. A minha querida avó Alzira, obrigado pela brilhante educação, e por me guiarem de forma honesta e simples. A todos os meus irmãos, e principalmente ao meu pequeno Gui-Gui, amor da minha vida, no qual eu dedico tudo.

A família do Pedal (Pelotão 50tão) que esteve comigo em dias incansáveis de muitas aventuras, vocês formaram uma mão e tanto. A minha querida orientadora professora Lara Vanessa, gratidão pela paciência e por não deixar eu desistir.

Agradeço também aos meus amigos (as) da Turma de 2020 do PPGH/Unifap, em especial Amanda Cristina e Francinei Costa, pessoas maravilhosas que guardarei para sempre no meu livro dos dias.

A Fernanda Bastos (Eitho) que esteve comigo nos melhores momentos desta pesquisa, gratidão por me ouvir e discutir sobre os diversos temas que iam surgindo durante nossas conversas, você me ajudou a construir esse sonho, obrigado por preencherem minha vida com toques de poesia, música, fantasia e dança (amo você).

Gratidão aos professores Marcos Vinícius, Adalberto Paz e Sidney Lobato, vocês foram anjos na minha vida, as mãos de vocês eu nunca irei esquecer, obrigado por acreditarem no processo.

Enfim, muito obrigado a todos os trabalhadores e trabalhadoras do Vale do Javi, e as pessoas que contribuíram direta e indiretamente na construção deste trabalho, tenho certeza que vocês não cabem em uma simples folha de papel.

RESUMO

O advento de trabalhadores extrativistas no Vale do Jari, se deu com o *boom* da borracha no final do século XIX e na primeira década do XX, entre os anos de 1890-1912. Com isso, ocorreu a criação de novas vilas, povoados e um aumento populacional através da migração, principalmente de trabalhadores e trabalhadoras do atual nordeste e das ilhas do Pará, motivados pelas possibilidades que a Amazônia oferecia. Importa ressaltar que os processos e a história dos trabalhadores e trabalhadoras da floresta estão diretamente relacionados com o processo de ocupação e povoamento da região do Vale do Jari nas suas três grandes fases extrativistas, com características migratórias muito ligadas aos processos de exploração e comercialização dos produtos nativos da sociobiodiversidade. Desta forma, a pesquisa pretende compreender os processos históricos de ocupação e as experiências dos trabalhadores da floresta, articulando as particularidades do trabalho e do seu *fazer-se*, a partir das tramas do cotidiano, dos ofícios do trabalho e das funções nas colocações, marcado pela relação patrão-freguês dentro dos limites das filiais extrativistas. Pretende-se conhecer a partir dos processos históricos e das espacialidades, a luz das filiais extrativistas do rio Jari, as tramas das relações que compreendem o recorte cronológico entre os anos de 1948 a 1967, período dominado pelos empreendimentos de empresários portugueses na região. Buscando analisar as *experiências de trabalho* e as *relações de interesse* ao qual trabalhadoras e trabalhadores estão inseridos em determinados contextos, está pesquisa pretende analisar as tramas das relações de trabalhadores frente as facetas do fenômeno extrativista na segunda fase econômica do rio Jari.

Palavras-chave: Vale do Jari, Extrativistas, Trabalho, Rio Jari, Amazônia.

ABSTRACT

The advent of extractive workers in Vale do Jari took place with the rubber boom at the end of the 19th century and in the first decade of the 20th, between the years 1890-1912, leading to the creation of new towns and villages, and a population increase. Through migration, mainly of workers from the northeast and the islands of Pará. As a result, the processes and history of forest workers are directly related to the process of occupation and settlement of the Vale do Jari region in its three major extractive phases, with migratory characteristics closely linked to the processes of exploitation and commercialization of native products of the region sociobiodiversit. In this way, the research intends to understand the experiences of forest workers, articulating the particularities of work and its doing, from the plots of everyday life, customs, work crafts and functions in the placements, marked by the boss relationship patron-customer. Thus, it is intended to know from the historical processes and spatialities, in the light of the extractive branches of the Jari River, the plots of the relationships that comprise the chronological cut between the years 1948 to 1967, a period dominated by Portuguese enterprises. The research, in the light of English Social History, seeks to continue the discussion about work experiences and the relationships of interest to which workers are inserted in certain contexts. This debate contemplates the problem of the project, as it highlights the plots of worker relations in the facets of the extractive phenomenon in the second economic phase of the Jari River.

Keywords: Jari Valley, Extractives, Labors, River Jari, Amazônia.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Áreas de atuação do Projeto Jari (1979) 46
Mapa 2 - Distribuição das filiais no rioJari (1948-1967) 53
Mapa 3 – Localização da Filial Iratapuru 60
Mapa 4 – Trajeto realizado por Piques de Burro..... 66
Mapa 5 – Trajeto do Tira Couro a Filial Padaria..... 70
Mapa 6 – Transferência da Filial São Militão..... 71
Mapa 7 – Localização da Colocação Bananal..... 71
Mapa 8 – Rotas de escoamento da Produção para Casa Caracuru..... 73
Mapa 9 – Área de Cultivo da Juta..... 76
Mapa 10 – Roda da produção da Colônia do Aruru..... 79
Mapa 11 – Local da Antiga Filial Porto Alegre..... 85
Mapa 12 – Fazendas Gerenciadas pela Fazenda Saudade..... 87
Mapa 13 – Local da Antiga Filial Jarilândia..... 89
Mapa 14 – Deslocamento da Filial Jarilândia..... 89
Mapa 15 – Projeto Arroz..... 92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Densidade demográfica da Região do Projeto Jari (1960-1991).....47

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Livro Caixa do Coronel José Júlio (1926).....28
Imagem 2 – Filial Cachoeira (1972).....55
Imagem 3 – Página de um Livro de Registros (1964).....56
Imagem 4 – Fazenda Saudade (Casa do Gerente).....57
Imagem 5 – Fazenda Saudade (Casa dos Vaqueiros).....57
Imagem 6 – Antiga área da Filial Iratapuru 61
Imagem 7 – Par de Esporas utilizadas pelos Balateiros 63
Imagem 8 – Antiga área da Filial Cachoeira 65
Imagem 09 – Estacas da Antiga Filial Cachoeira 67
Imagem 10 – Antiga área da Filial Padaria 69
Imagem 11 – Antiga Casa do Gerente 69
Imagem 12 – Estacas de alicerce do Barracão 72
Imagem 13 – Estacas de alicerce do Barracão 72
Imagem 14 – Família do senhor Henrique Matias 79
Imagem 15 – Estacas da Antiga Filial Bom Jardim 81
Imagem 16 – Estacas da Antiga Filial Bom Jardim 84
Imagem 17 – Construção de Canoas 84
Imagem 18 – Construção de Canoas 84
Imagem 20 – Estruturas da Antiga Serraria em Jarilândia 91
Imagem 21 – Estruturas da Antiga Serraria em Jarilândia 91
Imagem 22 – Estruturas da Antiga Serraria em Jarilândia 91

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....13

CAPÍTULO I: OCUPAÇÃO, TRABALHO E EXTRATIVISMO NO TEMPO DO PAU.....18

1.1 - A movimentação humana na região do Vale do Jari.....19

1.2 - O monopólio extrativista do Coronel José Júlio de Andrade e Silva.....21

1.3 - O sistema de aviamento nas filiais do Coronel José.....26

1.4 – A Revolta do Zé Cezário.....31

CAPÍTULO II: A MOVIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR NA COMPANHIA DOS SÓCIOS PORTUGUESES E A TRANSIÇÃO PARA O PROJETO JARI.....33

2.1 - As empresas dos sócios portugueses.....36

2.2 - As mudanças estruturais realizadas pelos sócios portugueses.....40

2.3 - Projeto Jari: a invasão americana na Amazônia.....44

CAPÍTULO III: O RIO JARI NAS RÉDEAS DAS FILIAIS NO TEMPO DOS PORTUGUESES.....51

3.1 - No curso de águas do Rio Jari.....51

3.2 - Nas estradas da floresta: ocupação, cotidiano e formas de trabalho 58

3.3 – Trabalhadores da Floresta 93

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....100

FONTES.....100

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....104

INTRODUÇÃO

Neste percurso da minha formação acadêmica uma questão que se tornou bastante inquietante durante os estudos do mundo do trabalho diz respeito aos fenômenos ligados aos trabalhadores da floresta da região do Vale do Jari, mais especificamente os temas que evidenciavam problemáticas cujo recorte temporal as fontes históricas são escassas, e que tem um papel importe para a compreensão da experiência desses trabalhadores. Assim, as discussões voltadas para o tema constituem um dos principais esforços dessa pesquisa, ao mesmo tempo em que evidenciamos o papel deixado na construção de espaços e ambientes de trabalho na região amazônica.

A referida pesquisa amadurece a compreensão das dinâmicas do trabalhador da floresta, que na labuta diária se organizava em espaços e ciclos produtivos para manutenção da sua existência, em um contexto, cujo advento de trabalhadores extrativistas no Vale do Jari, se deu com o *boom* da borracha no final do século XIX e na primeira década do XX, entre os anos de 1890-1912. Destas dinâmicas amazônicas, vários foram os processos de criação de novas vilas e povoados, principalmente de trabalhadores e trabalhadoras do atual nordeste e das ilhas do Pará, motivados pelas possibilidades que a Amazônia oferecia.

Por outro lado, o sistema de produção econômica baseado no extrativismo de recursos da sociobiodiversidade tem sido uma das referências para as pesquisas em história econômica, social e cultural da região Amazônia (ALENCAR, 2016). A corrida pela exploração intensiva da borracha vegetal entre o final do século XIX e início do século XX, colocou no âmbito nacional o látex como o principal produto de exportação. Neste contexto, foram fortalecidos na região, dinâmicas especificas de relações sociais e de trabalho, envolvendo diferentes agentes de uma cadeia hierárquica, marcadas pelas relações de conflito, dependência e dominação, tendo como plano de fundo um modelo de trabalho baseado no sistema de aviamento.

O trabalhador da floresta na Amazônia brasileira apresenta-se como objeto de interesse acadêmico fundamental para compreender aspectos do mundo do trabalho, esse esforço que na segunda metade do século XX buscou destacar outros aspectos da vida social e das relações de trabalho no ambiente dos seringais de várias regiões da Amazônia, e contribuem para uma revisão desse sujeito histórico ao apontar a existência de formas de resistência desses trabalhadores, como os realizados nas pesquisas de Mauro Almeida (1990).

No contexto local, é importante ressaltar que os processos e a história dos trabalhadores e trabalhadoras da floresta estão diretamente relacionados com o processo de ocupação e povoamento da região do Vale do Jari nas suas três grandes fases extrativistas, com

características migratórias muito ligadas aos processos de exploração e comercialização dos produtos nativos das florestas.

Desse modo, a problemática norteadora do trabalho é esta: quais são os processos, tramas e sistemas que configuram o trabalhar da floresta em seu espaço de existência e fazer-se. Desta forma, a pesquisa pretende compreender os processos históricos de ocupação e as experiências dos trabalhadores da floresta, articulando as particularidades do trabalho e do seu *fazer-se*, a partir das tramas do cotidiano, dos ofícios do trabalho e das funções nas colocações, marcado pela relação patrão-freguês dentro dos limites das filiais extrativistas.

Contudo, parte-se da hipótese, que foram os caminhos dos seringais que figuravam entre os principais locais de trabalho e de reprodução da vida social de migrantes cearenses, potiguares, paraibanos, entre outros nesse período que aqui chegavam na região do Vale do Jari. Bem como, a constituição de teias de relações marcadas pela dominação das filiais extrativistas durante o apogeu da economia da borracha. O monopólio extrativista do Coronel José Júlio de Andrade e Silva (1865-1953) foi também preponderante por mudanças significativas no desenvolvimento econômico, político e social da região, especialmente, na constituição de uma nova organização espacial e social tendo como força de trabalho as famílias aviadas nas colocações extrativistas do coronel.

A presente pesquisa, à luz da História Social Inglesa, busca dar continuidade na discussão sobre as experiências de trabalho e as relações de interesse ao qual trabalhadores estão inseridos em determinados contextos. Este debate contempla a problemática do projeto, pois, coloca em evidência as tramas das relações de trabalhadores frente as facetas do fenômeno extrativista na segunda fase econômica do rio Jari.

Porém, neste momento é necessário e fundamental expandir o debate desses processos, tais como, formas de trabalho, costumes e cotidiano desses sujeitos, tendo em vista que toda a produção local da comunidade científica discutida nos trabalhos de Garrido Filha (1980); Sautchuk et al (1980); Silveira (1980); Pinto (1986); Lins (1991, 1997); Silva (2007); Greissing (2011) e Camargo (2015) abrangem apenas os temas que envolvem os empreendimentos, o latifúndio, a exploração e a consolidação dos projetos extrativistas centrados na dominação vertical a partir das figuras marcantes do Coronel José Júlio de Andrade e do empresário americano Daniel Keith Ludwig.

Neste sentido, a pesquisa surge como um esforço autêntico de contribuição para o debate na História Social do Trabalho, tendo como referência os trabalhadores e trabalhadoras da floresta. E, mais, visa contribuir para o estudo e as futuras pesquisas sobre os processos

históricos de uma parcela significativa dos povos da floresta que ainda se encontram invisibilizados em diversas regiões extrativistas do país.

O interesse do projeto surgiu a partir do contato com a pesquisa realizada no Vale do Jari no ano de 2019, intitulada, "Caracterização Histórica-Cultural das comunidades da área do Projeto Jari". Na oportunidade, foram realizadas atividades de campo que envolviam entrevistas com trabalhadores extrativistas de diversas comunidades do vale, enfatizando, o histórico e os processos de consolidação dessas comunidades.

Desde então, tendo como base a literatura que foi levantada para o estudo, percebeu-se que não existe pesquisas que discutem as experiências dos trabalhadores da floresta na fase extrativista de atuação dos empreendimentos portugueses no Vale do Jari, e, em virtude disso, existe uma necessidade historiográfica de discussão do tema. E é nesse contexto que essa pesquisa se encaixa, pois, apesar de existir uma literatura consagrada sobre a ocupação e a formação das espacialidades da região, as pesquisas com base na "História Social do Trabalho" e que envolvem o tema experiências de trabalho desses trabalhadores e trabalhadoras no Vale do Jari, são inexistentes na historiografia brasileira.

Inicialmente, a historiografia do Vale do Jari emerge nos debates acadêmicos a partir da etnografia das populações indígenas nos trabalhos de Farabee (1917), Nimuendajú (1927), Clifford Evans (1951), e posteriormente, estudado pelos antropólogos Facó (1978) e Chmyz & Sganzerla (2006). Com o advento dos estudos sobre os ciclos da borracha na Amazônia, trabalhos importantes como o de Dominique Gallois (1981), Sousa (2006) e Greissing (2011), remontam o processo de formação e ocupação de algumas comunidades do Vale do Jari. Posteriormente, dado a ênfase nos grandes projetos implementados na Amazônia pelos governos militares, trabalhos como os de Garrido Filha (1980); Sautchuk et al (1980); Silveira (1980); Pinto (1986); Lins (1991, 1997); Silva (2007) e Camargo (2015), traçam debates enfatizando a experiência desses projetos frente aos incentivos do capital estrangeiro e as discussões sobre o latifúndio e o monopólio extrativista no Vale do Jari.

Julgo oportuno enfatizar a necessidade da pesquisa, pois ela problematizará temas importantes não só para a "História Social do Trabalho", mas como também, no protagonismo para manter a memória desses trabalhadores da floresta, tendo em vista que o recorte da pesquisa atende as décadas de 1948 e 1967, período em que o Vale do Jari experimentou um fluxo populacional de trabalhadores oriundos das ilhas do Pará e que pouco se tem estudado sobre eles.

A metáfora do título desta dissertação “Contidos pela Esperança” é parte de uma primeira reflexão a partir do livro de memórias de Cristovam Lins (1991), cujo tema sugere que os empreendimentos portugueses na região representavam no imaginário social local, uma possibilidade de ascensão econômica, o que foi completamente diferente na fase do Coronel José Júlio, marcado pelo trabalho degradante do sistema de aviamento. A pesquisa é de suma importância tanto social quanto científica, pois a discussão do tema é de extrema relevância para ambos os campos, constitui-se de um processo histórico, que trata das experiências de trabalho e envolve um fenômeno complexo, marcados por conflitos e relações de trabalho em uma região remota da Amazônia.

Assim, o presente trabalho pretende compreender a partir dos processos históricos e das espacialidades, a luz das filiais extrativistas do rio Jari, as tramas das relações que compreendem o recorte cronológico entre os anos de 1948 e 1967, período dominado pelos empreendimentos de empresários portugueses na região. Buscando analisar as *experiências de trabalho* e as *relações de interesse* ao qual trabalhadoras e trabalhadores estão inseridos em determinados contextos, está pesquisa pretende analisar as tramas das relações de trabalhadores frente as facetas do fenômeno extrativista na segunda fase econômica do rio Jari.

Quanto aos aspectos metodológicos, a pesquisa com ênfase na etno-história com foco nas histórias de vida narradas em campo, e à luz da História Social do Trabalho, se desenvolveu a partir de três vertentes: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e a pesquisa de campo com a realização de entrevistas abertas e semiestruturadas. As fontes orais ampliaram a compreensão das condições de trabalho, das relações familiares, da relação com as filiais, das relações de conflito dos trabalhadores.

A pesquisa de campo, ou como afirma Laplantine, “é a coleta de dados em profundidade [...] imersão total [...] apreensão da realidade como é percebida de dentro pelos atores sociais com os quais mantenho uma relação direta” (LAPLANTINE, 1996, p. 150). O trabalho de campo foi dividido em três frentes: a primeira o período de reconhecimento e familiarização com o local pesquisado. Neste processo foi possível identificar a partir da informações dadas pelos agentes do Museu da Jari, os sujeitos à serem entrevistados que possivelmente residem no Distrito de Monte Dourado e Laranjal do Jari; a segunda frente foi a realização e análise documental no museu; e a terceira frente foi a realização das entrevistas e a coleta dos arquivos familiares dos trabalhadores das seguintes comunidades, Jarilândia, São Francisco do Iratapuru, Santo Antônio da Cachoeira, São Militão, Padaria, Paraguaia, Bom Jardim, Marapi, Baioa, Porto Alegre, Fazenda Saudade, Tira Couro, Bananal, Serrinha, Itapucu, Castanhalzinho, Paga

Dívida, Marajó, Tucunareí, Ipitinga, Furo do Maracujá e Nossa Senhora Aparecida, totalizando pelo menos 17 entrevistas.

O trabalho estrutura-se em três capítulos: o primeiro, intitulado "Ocupação, trabalho e extrativismo no Tempo do Pau", contempla uma discussão dos processos históricos de formação e ocupação das espacialidades do Vale do Jari, dialogando com os aspectos sociais, políticos e econômicos durante a fase de consolidação e exploração do extrativismo no período de atuação da companhia do Coronel José Júlio de Andrade (1899 – 1948).

O capítulo II, intitulado "A movimentação do trabalhador na companhia dos sócios portugueses e a transição para o Projeto Jari", busca destacar as transformações do modelo de trabalho comercial-extrativista, durante a transição do monopólio do Coronel José Júlio para a companhia dos sócios portugueses, bem como, apresenta a introdução do modelo americano durante o advento do Projeto Jari a partir de 1967, impulsionando a movimentação de trabalhadores de diversas regiões do país, principalmente, dos estados do nordeste como, Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte. O capítulo destaca ainda, a estruturação do empreendimento dos sócios portugueses e os arranjos tecnológicos que modificaram o cotidiano do trabalhador extrativista.

No último capítulo, intitulado "O rio Jari nas rédeas das filiais no Tempo dos Portugueses", apresenta e discute a estrutura das filiais extrativistas na fase de atuação do grupo de empresários portugueses na região do Vale do Jari. Destacando as questões relacionadas ao trabalho e a forma hierárquica de como estes conduziam seus projetos de exploração dos produtos da floresta no curso de águas do rio Jari.

CAPÍTULO I
OCUPAÇÃO, TRABALHO E EXTRATIVISMO NO TEMPO DO PAU

Este capítulo busca apresentar os processos históricos de formação e ocupação das espacialidades do Vale do Jari, dialogando com os aspectos sociais, políticos e econômicos, aos quais os trabalhadores e trabalhadoras estavam inseridos, durante a fase de consolidação e exploração do extrativismo no período de atuação da companhia do Coronel José Júlio de Andrade (1899 – 1948).

A noção de espacialidade segundo Ramos (1982), traz consigo a ideia de processo em permanente movimento, ou seja, o espaço na história, pensado como processo histórico, incluindo tanto o realizado quanto o possível, num constante movimento dialético. Na Amazônia, a configuração dos seus espaços teve relação direta com a economia dos produtos da floresta, uma vez que, desde o período colonial a coleta das essências florestais e animais, frutas, substâncias oleaginosas, baunilha, ananás, peles de animais, carne salgada de peixes animais, cacau, cravo, canela, salsaparrilha, urucum, entre outros produtos, movimentaram o humano Amazônia adentro (COSTA, 2002).

Em relação à economia da borracha, os indígenas da Amazônia já praticavam uma produção primaria de artefatos de borracha a partir da seringa[1], produtos como, materiais de caça e caçados, que mais tarde foram aperfeiçoadas pelos portugueses durante o período de colonização da região. Segundo Pinto (1984), o processo da descoberta da "vulcanização, [...] que consistia no aquecimento de uma mistura de borracha com enxofre por algumas horas" (PINTO, 1984, p. 14), desencadeou todo um processo de corridas às fontes supridoras de matéria-prima, e já em meados do século XIX, este era o setor com melhor tecnologia para a época.

E na região do Vale do Jari[2] não foi diferente, a economia da borracha teve um papel determinante para a ocupação, colonização e consolidação dos espaços de produção e vivência humana ao longo do curso de águas do rio Jari. Para Picanço (2005), os processos históricos de ocupação do Vale do Jari podem ser divididos em três períodos: (a) expropriação e controle

[1] A seringa é uma espécie de pêra oca, feita com látex, na qual os indígenas colocavam rapé e com uma cânula introduziam em suas narinas (PINTO, 2002).
[2] A extensão de terras do Vale do Jari compreende os atuais municípios de Laranjal do Jari e Vitória do Jari no Amapá e o município de Almeirim no Pará, todos fazem confluência com o rio Jari.

individual (1899-1948)[3]; (b) o controle pela empresa comercial-extrativista (1948-1967)[4]; e, (c) o controle pelo grande capital (1967-1982)[5]. Todos esses períodos foram de exploração extrativista, porém, os dois primeiros tendo como base os produtos da floresta e o terceiro a monocultura, matéria-prima para a celulose. Em relação a esses períodos, e utilizando-se da similaridade do recorte histórico-temporal do autor, este capítulo apresenta, a luz do prisma da metodologia da etno-história e da história oral a partir do trabalho de campo, utilizaremos as seguintes denominações das fases extrativistas no Vale do Jari: (a) "Tempo do Pau" (1899-1948)[6]; (b) "Tempo dos Portugueses" (1948-1967)[7]; e, (c) "Tempo do Ludwig" (1967-1982)[8].

1.1 – A movimentação humana no Vale do Jari

A literatura especializada sobre a ocupação humana no Vale do Jari tem como referência os trabalhos na área da arqueologia e da etno-história. Essas pesquisas iniciadas por Betty J. Meggers e Clifford Evans (1957), foram desenvolvidos potencialmente por arqueólogos do Museu Paraense Emílio Goeldi no final da década de 1940. Nesses trabalhos, constatou-se que a região do Vale do Jari foi fortemente ocupada por grupos Aruãs, Arawak, Aparaí, Wayâna e Waiãpi. Os Waiãpi, por exemplo, como foi registrado posteriormente nos trabalhos de Dominique Gallois (1981), são originários do baixo Xingu e migraram no final do século XVII para a margem esquerda do rio Amazonas, e no século XVIII já ocupavam a área compreendida entre os rios Jari, Araguari e Oiapoque. Segundo Chmyz; Sganzerla (2006), em 1824, estimasse que só na região do rio Jari e seus afluentes, a população Waiãpi era de 600 a 1.000 indivíduos. Esses povos praticavam a caça e a pesca como mecanismo de sobrevivência, utilizavam-se dos recursos da floresta ao longo do curso de águas do rio Jari.

Durante meados do século XIX os povos indígenas da região do Vale do Jari estabeleceram contatos com populações não indígenas através das atividades da exploração do

[3] Tem início no último quarto do século XIX e vai até 1948. Esse período é marcado pelo monopólio extrativista da companhia do Coronel José Júlio de Andrade e Silva.
[4] Essa fase durou 19 anos (de 1948 até 1967), e teve o controle das terras e das riquezas da região sob o comando da empresa comercial-extrativista administrada por empresários de nacionalidade portuguesa.
[5] Esse período culminou na transferência do controle das áreas para o Projeto Jari, cujo proprietário era o empresário americano Daniel Keith Ludwig (1897-1992), e inseriu-se na estratégia do governo militar de modernizar a Amazônia. Esse período vai de 1967 a 1982 quando o projeto foi nacionalizado.
[6] Esse período é popularmente conhecido no imaginário social dos trabalhadores da região, como a fase em que o Coronel José Júlio de Andrade e Silva dominou a região através de seu poder político e na economia dos produtos extrativistas. Seu poder e controle político-econômico da região do Vale do Jari durou até 1948.
[7] Período de atuação da companhia constituída por cinco empresários de nacionalidade portuguesa e um brasileiro. A sede administrativa da empresa era situada em Belém/PA e a Matriz em Jarilândia (rio Jari).
[8] Esse período marcou a consolidação do Projeto Jari que tinha como proprietário o americano Daniel Keith Ludwig. Nesse período as atividades desenvolvidas ganharam um caráter completamente diferenciado, principalmente no que se refere ao trabalho assalariado e as jornadas de serviços sazonais.

extrativismo da balata e da seringa. Segundo Clifford Evans (1951), o grande número de balateiros e seringueiros que chegou à região a partir dos anos 1870 foram determinantes para que grupos indígenas abandonassem os seus territórios e, recuassem para regiões mais isoladas, situadas nas cabeceiras dos afluentes do rio Jari[9].

A movimentação desses grupos foi registrada por Farabee (1922) nas áreas do povoado da cachoeira Santo de Antônio (rio Jari). O resultado deste contato, possibilitou a integralização de famílias indígenas junto as demais populações extrativistas. Com a expansão dessas relações intertribais, os índios Wayâna e Aparai, habitantes do rio Jari e da região do rio Paru mantiveram o fornecimento do comércio de produtos nativos, em troca de ferramentas, panos e miçangas (CHMYZ; SGANZERLA, 2006).

O crescimento populacional de trabalhadores extrativistas que chegaram na região do Vale do Jari se deu com o *boom* da borracha no final do século XIX e na primeira década do XX entre os anos de 1870-1912, durante o apogeu do látex no norte brasileiro. Neste contexto, o movimento expansionista das atividades extrativistas ligados a balata e a seringa foram responsáveis pela criação de novas vilas e povoados situados ao longo do curso de águas dos rios da Amazônia, bem como, responsável por um aumento populacional através da migração, principalmente de pessoas do atual Nordeste[10], os quais tiveram um papel significativo nas mudanças políticas, econômicas e culturais da região (CHMYZ; SGANZERLA, 2006).

Um dos fatores que foi responsável pelo deslocamento de famílias do atual Nordeste para os diversos lugares do vale amazônico foi a grande seca ocorrida entre os anos de 1877 a 1879 que atingiu a região[11]. Segundo Lacerda (2006), entre os anos de 1838 a 1909 a população do Ceará experimentou alguns períodos de seca, marcados pela busca de sobrevivência nos lugares atingidos por esse fenômeno, bem como, pelo êxodo rumo a Fortaleza e também para outros territórios como o estado do Pará. Já para Facó (1978) só no ano de 1878 cerca de 120.000 indivíduos se deslocaram do interior do Ceará para o vale amazônico em busca de trabalho nas colocações extrativistas[12]. Concomitantemente, a pulverização do látex no

[9] Atualmente a região do alto rio Jari abriga as aldeias dos povos Aparaí, Wayana, Katxuyana e Tiriyó. Todas nas terras indígenas do Parque do Tumucumaque e Rio Paru d´leste. O parque cobre um território de 3.071.067 ha, entre os municípios de Oriximiná, Óbidos, Alenquer, Monte Alegre e Almeirim. As terras foram criadas originalmente pelo Decreto nº. 62.998 do dia 19 de julho de 1968 (DOU 19.07.68).

[10] Nordeste se tornou região política-administrativa e geográfica somente no ano de 1919. Antes disso, maior parte de seu recorte espacial estava nos limites da região Norte juntamente com a Amazônia. Por este motivo, não se usa a nomenclatura Nordeste e nordestino anterior a essa data (Cf: Albuquerque Jr., 2009).

[11] Sobre os processos de migração para região amazônica, conferir os trabalhos de Secreto (2003) sobre a migração no final do século XIX e de Lacerda (2006), que trata dos migrantes cearenses que se deslocaram para o Pará.

[12] As colocações extrativistas são porções de terras constituídas basicamente por um barracão (deposito dos produtos), as estradas (pequenas porções de árvores de seringa e/ou balata que em média variam de 80 a 100

comércio interno e a sua importância no mercado externo, possibilitou a integração comercial do vale amazônico com as demais regiões do país e, até mesmo com o exterior (CHMYZ; SGANZERLA, 2006). Além de trabalhar no interior da floresta com extrativismo, esses migrantes também labutavam com agricultura dentro e fora das colônias agrícolas, pesca e outros trabalhos do mundo rural, assim como no comércio, portos e fábricas, em funções mais associadas ao mundo urbano (CARDOSO, 2017).

Contudo, certamente, são os caminhos dos seringais que figuravam entre os principais locais de trabalho e reprodução da vida social de migrantes cearenses, potiguares, paraibanos, entre outros nesse período. Não por acaso, é no apogeu da economia da borracha, que surge na região do Vale do Jari, a figura do Coronel José Júlio de Andrade e Silva (1865-1953), personagem marcante que foi responsável por mudanças significativas no desenvolvimento econômica, político e social da região, especialmente, na constituição de uma nova organização espacial e social tendo como força de trabalho as famílias do atual Nordeste que eram aviadas nas colocações extrativistas do coronel.

1.2 - O monopólio extrativista do Coronel José Júlio de Andrade e Silva

O "Coronel Zé Júlio", como era conhecido popularmente pelos trabalhadores e trabalhadoras da região, se instalou no Vale do Jari no ano de 1882, aos 17 anos de idade. cearense da cidade de Sobral, José Júlio de Andrade e Silva chegou ao Pará no final do século XIX, em um período que se acelerava a migração do tido norte seco para o vale amazônico. Segundo Lins (1991), a sua primeira estadia foi na cidade de Benevides, local onde foi trabalhar com seu tio nas atividades da agricultura familiar. Corroborando com as informações de Lins, Camargo (2015) afirma que neste período o Governo da Província realizou um programa migratório do Nordeste para suprir a falta de mão de obra nas atividades agrícolas, uma vez que a exploração da seringa ocupava grande parte dos trabalhadores locais. Um dos objetivos do projeto era colonizar a região bragantina (onde estava situado Benevides) justamente para onde se dirigiu José Júlio. Só nesse período a região recebeu mais de oito mil nordestinos (CAMARGO, 2015). Porém, a permanência do Coronel Zé Júlio na cidade de Benevides foi curta, pois em 1882:

arvores), tapiris (abrigos provisórios) e defumadores (local de fabrico do látex). Nessas colocações, dependendo da quantidade de estradas, podem ser exploradas por uma ou mais famílias (Cf. Santos, 1980).

> Viajou para área do Rio Jari, fixando residência primeiramente na localidade de Limão, situada à margem direita no baixo curso do rio, próxima à foz com o Amazonas. Na localidade de Limão, José Júlio de Andrade demorou pouco tempo, tendo se transferido para o local denominado Padaria, situado no médio curso do Rio Jari pela margem esquerda deste. Foi neste local que realmente José Júlio teve contato direto com a potencialidade da região. Trabalhou como seringueiro e coletor de castanha, vendendo sua produção para o comércio ambulante da época, o qual era feito na base do transporte a vela ou mesmo a remo (LINS, 1991, p. 35).

Utilizando-se da prática do escambo (realizado com os donos das terras situadas as margens dos rios), através das trocas por conjuntos de redes de pesca, tecidos, ferramentas e gêneros alimentícios, José Júlio adquiriu grandes proporções de terra, no passo que, a maior parte das áreas a partir de 1899 foram adquiridas do município de Almeirim (LINS, 1991). Em entrevista[13], o Sr. Acelino Batista de Lima, 93 anos – "Seu Acelino" –, conta que, "no Tempo do Pau, meu pai contava que a região era muito carente de produtos, principalmente de roupas e material de pesca, a roupa era vendida no corte, e era só um tipo de pano, então, o que o Zé Júlio trazia era novidade, e muito fácil de trocar com a nossa produção".

Seu Acelino é natural do Pinaré (Rio Paru) e morador da comunidade da Ribeira (Almeirim) desde 1948. Aproximadamente por volta dos anos de 1910, o seu pai, o senhor Antônio Batista de Lima, que era natural do Ceará, foi trabalhar como seringueiro no estado do Acre. Em 1915, depois de uma série de dificuldades na exploração da seringa, mudou-se para o Pará, e lá, foi trabalhar como balateiro aviado do Coronel José Júlio na Matriz Arumanduba em Almeirim. No mesmo ano, ele foi deslocado para ir trabalhar na região do alto rio Paru. Já por volta de 1920, o senhor Antônio Batista foi trabalhar na localidade do Pinaré, e lá conheceu a dona Maria da Silva (natural do Pinaré). Dois anos depois, eles casaram-se e tiveram vários filhos ao longo dos anos, inclusive o Seu Acelino (1928). O avô de Seu Acelino, Gregório Alves da Silva, que também era natural do Ceará, já morava na região do Pinaré desde o ano de 1915 quando eles saíram de Arumanduba para trabalhar com a exploração da balata. Em 1938, depois da morte do pai do Seu Acelino, a família dele foi morar na localidade do Barreiras (na época já existia um pequeno povoado) e depois, por volta de 1943, eles foram morar na localidade do Santa Maria (nesse período não existia morador na região), tudo em função das atividades extrativistas. Em 1948, Seu Acelino casa-se e vai morar na localidade da Ribeira, local que na época da extração da balata fazia parte da administração da Filial Bananal e era gerenciada pelo senhor Arlindo Farias, gerente nomeado pelo Coronel José Júlio.

[13] Entrevista realizada no dia 23/02/2021 na comunidade da Ribeira – Almeirim/PA.

Observando a trajetória de Seu Acelino e do próprio Coronel José Júlio compreendemos o modo como as diferentes formas de mobilidades conformavam os modos de vida de muitas famílias em condições de insegurança e como a Amazônia representava um importante horizonte de expectativas para as melhorias de condições materiais de existência, algo já refletido em ampla historiografia sobre o assunto. Outra importante avaliação é que no amplo campo de possibilidades, embora essas pessoas tivessem um projeto inicial de partida e chegada, as reconfigurações desses trajetos em função de novas redes e novas experiências estabelecidas eram quase uma regra e não uma exceção.

E foram pessoas com histórias parecidas que se ocuparam nos negócios estabelecidos pelo Coronel José Júlio. Terras que se estendiam do "estado do Pará, nos municípios de Almeirim, Porto de Moz até o Território Federal do Amapá, beiravam três milhões de hectares" (LINS, 1991, p. 35), um patrimônio construído entre os anos de 1899 e 1948. Após a Proclamação da República, o Governo Provisório a partir do decreto nº. 109 de 17 de março de 1890 concede a Almeirim o status de município[14]. No ano seguinte, José Júlio toma posse como como vereador municipal durante a cerimônia de criação do primeiro Conselho Municipal de Almeirim em 1891. Sob influência do seu poder na política municipal, José Júlio começou a adquirir grandes proporções de terras na região do Vale do Jari (FOLHES; CAMARGO, 2013). Só no ano de 1899, o Coronel José Júlio obteve títulos primários de algumas terras, que foram assinados pelo Intendente do Conselho Municipal de Almeirim. Foi neste ano também que o coronel fundou a sua companhia extrativista, a J. J. Andrade e Silva (LINS, 1991).

A dimensão das terras dominadas pelo Coronel José Júlio era imponente. Segundo Camargo (2015) só a gleba da Fazenda Saracura, por exemplo, remetia uma área de 2,6 milhões de hectares. Em suas pesquisas, Camargo (2015) analisa as falhas documentais na cadeia sucessória dos títulos de posse da Fazenda Saracura compradas pelo Coronel José Júlio. Nos documentos oficiais analisados por Camargo (2015)[15], a Fazenda Saracura teve seu título de posse registrado no dia 17 de outubro de 1894 em nome dos órfãos, Anna Fonseca, Raymundo Fonseca e Lisbino Fonseca, filhos legítimos do Capitão Inácio José Cardoso da Fonseca e de sua mulher Maria Pingarilho da Fonseca. "Os seus filhos teriam recebido as posses como herança no ano de 1888" (CAMARGO, 2015), porém, não há registro de compradores ou títulos de venda das terras para o Coronel José Júlio, sabe-se apenas que ele obteve as terras por volta

[14] Cf. IBGE, Almeirim – Pará, 2017.
[15] ALMEIRIM. Registro de Posses de Almeirim, livro 2, fls. 49v. a 50v., a Fazenda Saracura, e fls. 50v. a 51v., o Imóvel Saracura, 1894.

de 1901[16]. No mesmo ano, segundo Lins (1991) "José Júlio adquiriu terras sob a forma de títulos definitivos, através da Inspetoria de Terras e Colonização, títulos estes assinados pelo governador do Estado do Pará, José Paes de Carvalho" (LINS, 1991, p. 43).

As circunstâncias nas quais o coronel José Júlio obteve a posse das terras são rodeadas de relatos que sugerem fraudes nas eleições municipais e nos documentos de posses de terras localizados nos cartórios da região de Almeirim. No período que marca os anos de 1891 a 1906, os estudos de Pinto (1989) Picanço (2005), Folhes (2013) e Camargo (2015) demostram as diversas possibilidades de fraudes documentais cometidas pelo Coronel José Júlio na região de Almeirim. Pinto (1989), por exemplo, afirma que a partir de 1890 o poder político do coronel permitiu a consolidação do latifúndio e do seu monopólio extrativista. Para o autor, o Coronel José Júlio "levava de Belém ata de eleições e as preenchia em Arumanduba, em nome de todos os seus eleitores, em favor do candidato político que apoiava. Em troca os políticos concediam títulos de posse" (PINTO, 1989, p. 16).

Em relação às fraudes documentais e eleitorais, o jornal "Correio Paraense", em matéria publicada no dia 09 de julho de 1892, Bento Aranha[17] assina a seguinte constatação:

> **Admirável!**
> Da villa de Almeirim, comarca de Gurupá escrevem-nos que se acha exercendo o lugar de intendente municipal, um indivíduo que não foi votado para tal lugar, nem para vogal, nem tampouco foi nomeado pelo Governador. Chama-se José Júlio D'Andrade, e no exercício do cargo que intruza e illegalmente está de posse tem commettido arbítrios, principalmente no que diz respeito ao registro de terras.
> Tudo serve-lhe de pretexto para dificultar, protellar o direito das pessoas de quem não gosta.
> (...) o intruzo intendente está sujeito a penalidade da Lei, e para exemplo torna-se necessário que ela se faça effectiva.
> (...) Foram apurados os votos constantes que deo os seguintes resultados: Para Vogaes Miguel Cláudio da Siva Saldanha, 109 votos, Antônio Quirino da Fonseca Junior, 109, Gustavo Rodolpho Vieira Lima, 109 votos. Para intendente Manoel Maria da Silva Neno, 109 votos.
> Como se vê não foi José Júlio d'Andrade, actualmente no exercício do cargo de Intendente votado, e só pelo mais solene desprezo ao respeito da Lei vemo-lo exercer um cargo electivo sem ter sido votado (CORREIO PARAENSE, 1892, p. 3).

[16] Entre os anos de 1901 e 1906 o Coronel José Júlio obteve oito títulos de legitimação de posse no município de Almeirim, os quais foram demarcadas e aprovadas durante o governo de Augusto Montenegro (1901-1909) (MUNIZ, 1909).

[17] Proprietário e diretor de redação do jornal, Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha II, era crítico dos Governos Federal e estadual. Em 1894 seu jornal foi suspenso por empastelamento (Cf. CAMARGO, 2015 apud SALLES, 2001).

Somado às constantes tentativas de fraudes documentais e eleitorais, o Coronel José Júlio tinha também como prática corriqueira, a expulsão arbitrária de posseiros dos quais as terras o interessavam (CUNHA, 2008). A respeito disso, o senhor Juvêncio Ramos de Aragão protesta contra o coronel no jornal "A Província do Pará", publicado em 03 de abril de 1892.

> Constando que o abaixo assinado que o cidadão José Júlio de Andrade pretende apossar-se abusivamente e registrar na Intendência de Almeirim as posses de seringais, que tem no Estirão-Grande do rio Jary, vem por meio da imprensa protestar contra esse registro, pois é posseiro do lugar denominado Paga-Dívida, desde 1855 e do lugar denominado Castello desde 1872 sem interrupção, terras que tem tido cultura efetiva de goma elástica, suspendendo apenas os trabalhos por alguns meses para o descanso das seringueiras a fim de sustentar a conservação das mesmas por julgar isso necessário (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1892, p. 3).

Destas contradições em relação as posses de terra e a posição de correligionário do governo do Pará, José Júlio "em 1901 adquiriu títulos de posses assinados pelo governador do Estado, Augusto Montenegro. Também adquiriu terras por escrituras públicas, como por exemplo no ano de 1906, lavrada pelo tabelião Vicente Rolim Moraes (LINS, 1991, p. 43). Segundo Lins (1991), o Coronel José Júlio é considerado um dos maiores latifundiários do Brasil (quiçá do mundo!), que sob forte influência política familiar em Almeirim[18], constituiu uma companhia que atuou diretamente na exploração das atividades extrativistas através do sistema de aviamento, principalmente de famílias do atual nordeste, dada a relação política que ele estabeleceu com a elite do Ceará. Com esse sistema de trabalho, José Júlio construiu um patrimônio incalculável, tornando-se um dos principais comerciantes do Vale do Jari.

Com forte prestígio social e político, os coronéis fizeram parte do imaginário político nordestino datados historicamente na Primeira República (1889-1930) e deram origem ao movimento chamado de coronelismo. O conceito surgiu da ruptura do poder privado em consonância com o poder público mais fortalecido. O coronelismo durante décadas se constituiu numa oligarquia dominante nos conchavos políticos durante as eleições (LEAL, 1976). "A figura do coronel era de chefe político e para ele se pediam votos em tempos de eleição. Usavam sua influência para fazer com que as decisões do poder público se direcionassem para seus interesses" (MENDES; QUEIRÓS, p. 81, 2012).

[18] Segundo Camargo (2015), existem evidências, com base nos relatos de alguns entrevistados durante a sua pesquisa, que José Júlio conseguiu regularizar grande parte de seus títulos de terras após ter se casado com Laura Neno, filha do Intendente de Almeirim, Tenente-coronel Manoel Maria da Silva Neno.

No caso da Amazônia, o coronel de barranco mantém o mesmo significado do restante do país. "Um homem que manda na região e dita as regras, delegando funções em meio à floresta" (MENDES; QUEIRÓS, p. 83, 2012). Segundo Vilaça; Albuquerque (2006), no Nordeste e no Norte, o coronelismo sustentou-se no seio das relações da família, do trabalho, da posse, do uso da terra e das estruturas de poder tradicionais. Deste contexto, associam-se nas relações do trabalho da borracha na Amazônia, o caráter do seringalista em Coronel de Barranco. Na posição de coronel, o seringalista e todos os demais tinham importante função a desempenhar no sistema produtivo da borracha. O coronel na Amazônia, assim como no Nordeste, exercia forte interferência na vida dos trabalhadores e trabalhadoras que dependiam das colocações para sobreviver. Assuntos de rixas e desavenças eram tratados pelo coronel que muitas vezes preferia resolver na base de arbitrariedades (FORTUNATO, 2000).

Em meio ao cenário do coronelismo na Amazônia e o contexto de grandes posses de terra, distribuídas e organizadas por colocações extrativistas é que o Coronel José Júlio se tornou o responsável principal pelo povoamento de famílias nordestinas nas localidades do rio Jari, rio Cajari, rio Paru, rio Caracuru, rio Muriacá, rio Arraiolos, rio Iratapuru, rio espusento, baixo rio Amazonas e seus afluentes. A riqueza do coronel foi estabelecida sobre os alicerces da economia extrativista de produtos como, látex (balata e seringa), castanha[19], maçaranduba, copaíba, andiroba, e outras atividades como o gado de corte (ele chegou a possuir 25.000 cabeças de gado[20]) e a exploração do ouro.

1.3 - O sistema de aviamento nas filiais do Coronel José Júlio

No "Tempo do Pau", o povoamento de nordestinos na região do Vale do Jari foi desenvolvido em grande medida através da relação de exploração entre *patrão* e *aviado*, "enquanto o patrão necessita de mão de obra para suas estradas de seringa, o freguês depende dos aviamentos do patrão para a sua sobrevivência" (CHEROBIM, 1983, p. 102). Segundo Santos (1980), aviar, na região amazônica, significa necessariamente fornecer mercadorias à crédito, baseado no escambo, ou seja, "a melhor modalidade de disfarçar a usura e outros meios de exploração" (SANTOS, 1980, p. 156). Esse modelo de trabalho foi preponderante para a ascensão do monopólio extrativista de José Júlio na região.

O monopólio do Coronel José Júlio, sustentou-se do sistema de aviamento para garantir o seu vasto comércio de produtos da floresta, "acorrentando" os trabalhadores com

[19] A castanha, seu principal produto, era exportada para a Europa, principalmente para Alemanha (LINS, 1991).
[20] Cf. Lins, 1991.

mercadorias a crédito, cujos valores cobrados eram excessivos e abusivos (PINTO, 1989). Para Barbara Weinstein (1993), os preços extorsivos cobrados pelo patrão, obedeciam a uma lógica que pretendiam muito mais do que conseguir lucro, ou seja, para o patrão esse modelo de trabalho era fundamental para controlar a mão de obra a partir do endividamento.

A respeito disso, o Sr. Teófilo Antônio da Silva, 104 anos – "Seu Teófilo" –, conta que "no tempo do pau, ninguém saldava nas filiais, todos os fregueses do Zé Júlio sempre ficavam devendo na filial, e essa dívida do ano era descontada no próximo fabrico".

Seu Teófilo é natural do Rio Arraiolos (Almeirim/PA) e morador de Barreiras desde 1968. Segundo Seu Teófilo, no ano de 1932 com apenas 16 anos de idade, ele foi trabalhar como ajudante de vaqueiro na Fazenda Xiaú, localizada no igarapé Xiaú, afluente do rio Amazonas (Almeirim). Por volta de 1938, Seu Teófilo mudou de atividade e começou a trabalhar na localidade do Paraná das Velhas em Almeirim, como abastecedor de lenha para os navios da Companhia J. J. Andrade. Naquela época, os navios a vapor da companhia do Coronel José Júlio eram: *Sobralense*, construído em 1911[21]; *Ajuricaba*, construído em 1900[22]; *Maracanã, Cidade de Alenquer, Rio Cajari, Fortaleza, Maio, Cidade de Almeirim, Cisne Branco, Aquiqui* e *Tapuia*. Em 1951, e já com 35 anos de idade, Seu Teófilo foi morar na vila de Almeirim. Naquele período, a vila tinha poucas casas e era composta por apenas três ruas, a *Rabo da Besta*, a *Sovaco de Sapo* e a *Rua dos Inocentes*. Na vila, Seu Teófilo continuou trabalhando como lenhador, e depois, abastecendo as casas com água da cacimba, uma vez que na vila não tinha água encanada. Por intermédio do patrão Ofir Sadala[23], no ano de 1958 Seu Teófilo foi trabalhar como balateiro na comunidade de Barreiras, naquele período ele trabalhou para vários patrões, entre eles Ofir Sadala, Nilo Costa, Dudu Ferreira e Velho Neves. Depois de balateiro, foi seringueiro, castanheiro e agricultor (sua profissão atual)[24].

A fala do Seu Teófilo, reflete também a fala dos demais entrevistados durante a pesquisas de campo[25]. Segundo eles, no "Tempo do Pau" nenhum freguês (extrativista) conseguia ter saldo positivo nas gerências, uma vez que durante o período da produção da borracha e/ou da castanha, os trabalhadores abasteciam as suas colocações com mercadorias que eram retiradas quinzenalmente nas tabernas das filiais. Como eles retiravam as mercadorias a crédito durante todo os meses do ano, e o valor cobrado era um valor abusivo, as suas contas

[21] Cf. Sobralense. Caledonian Maritime Research Trust, 2022.
[22] Cf. Ajuricaba. Caledonian Maritime Research Trust, 2022.
[23] Comprador de látex da balata, morador da sede de Almeirim, exerceu a atividade entre os anos de 1950 a 1975.
[24] Entrevista realizada no dia 23/02/2021 na comunidade da Barreiras – Almeirim/PA.
[25] Durante a pesquisa de campo foram realizadas 17 entrevistas com trabalhadoras/res com idade entre 65 à 104 anos.

na gerência eram sempre altas, inclusive, o que eles produziam nas colocações durante o período da safra era insuficiente para saldar as dívidas com os gerentes das filiais.

Imagem 1 – Livro Caixa do Coronel José Júlio (1926)[26]

Fonte: Museu Casa do Jari – Fundação Jari (Livro Caixa), p. 232-233, 1926.

A Imagem I, fotografada durante a pesquisa de campo, refere-se ao Livro Caixa da Filial Cachoeira de 1926, que encontra-se em exposição no Museu Casa do Jari, localizado no Distrito de Monte Dourado/PA. O conteúdo da fotografia é um demonstrativo das receitas da filial, e nela apresenta as dívidas de Raymundo Nonnato da Silva, José Santos, Antonio Carreira Lima, Antonio Carlos de Amorim e Hippolyto Barbosa Lima. Na fotografia é possível constatar a relação de endividamento dos trabalhadores com o Coronel José Júlio. Seu José Santos, por exemplo, tinha uma dívida de 345.950 réis, que foram acumuladas entre os meses de abril a setembro de 1926. Já seu Hippolyto Barbosa Lima tinha uma dívida de 113.250 réis, que foram acumuladas entre os meses de abril a junho de 1926.

Essas fontes revelam a relação de trabalho por meio do endividamento do sistema de aviamento, por outro lado, elas corroboram com as falas que foram citadas por nossos entrevistados durante as entrevistas orais. Segundo Seu Teófilo, esse sistema de receber mercadorias a crédito era o que sustentava a vida dos trabalhadores nas colocações extrativistas, ainda que elas tivessem preços muito acima do mercado. Seu Teófilo afirma ainda, que ele

[26] Para este momento, a Imagem I está inserida no texto apenas como instrumento de ilustração da forma pela qual as despesas dos trabalhadores eram registradas e controladas pelas filiais do Coronel José Júlio de Andrade.

desconhecia os valores de mercado dos produtos que vinham para as filiais, por isso, para ele aquele valor era normal, e quando iria "saldar o fabrico"[27] não tinha dimensão dos valores a pagar.

Sobre esses preços abusivos nas colocações, Cherobim (1983) a partir das suas pesquisas nos seringais da Amazônia, apresenta um quadro demonstrativo interessante de como o preço das mercadorias fornecidas pelos patrões para a venda nas colocações eram abusivos, o açúcar, por exemplo, era retirado nas filiais pelos fregueses com 233% do valor que saía da praça, o mesmo acontecia com o sal 300%, café em grão 127%, manteiga 177% entre outros. Em Teixeira (1980), o barracão não é apenas o lugar de trocas de mercadorias entre o patrão e seus aviados, mas, caracteriza-se como uma legítima organização social, com leis e costumes peculiares, o gerente é quem dita as regras de valores cobrados e do que pode ou não ser retirado pelo freguês.

Dessa forma, os gerentes utilizavam diversos mecanismos para manter o controle do trabalhador. Em muitos casos esses indivíduos já chegavam nas colocações endividados com as despesas da viagem e das ferramentas de trabalho. Além disso, os castigos corporais promovidos pelos capatazes das filiais, foram eventos que marcaram profundamente a memória dos trabalhadores do Valer do Jari. No "tempo do pau", e como é constatado nos trabalhos de Pinto (1989) Picanço (2005) e Camargo (2015), a forma mais utilizada de disciplinar os trabalhadores às regras dos patrões, era por meio dos castigos corporais e as ameaças psicológicas.

Sobre os processos disciplinares estudados nos seringais da Amazônia, Davi Avelino Leal (2007), à luz de Foucault (2008), destaca que dentro da dinâmica dos seringais, os patrões precisavam fomentar o controle dos corpos dos seringueiros, visando com isso, aumentar a produtividade e diminuir o risco de revoltas nas colocações. Assim, o estabelecimento da disciplina como forma de impor o controle do tempo e do espaço, atuava diretamente no controle dos corpos dos trabalhadores e trabalhadoras da floresta.

Em Camargo (2015), por exemplo, os modelos disciplinares produzidos nas colocações se definiam:

> Devido ao isolamento e/ou a coerção os vínculos eram exclusivos com o aviador, que estabelecia tanto o preço pago pela produção, como os das mercadorias vendidas restando ao seringueiro e ao castanheiro sujeitar-se. Estabeleceu também todo um sistema de punição e

[27] Expressão utilizada pelos trabalhadores extrativistas referindo-se ao fato deles quitarem suas dívidas nas filiais (Pesquisa de Campo, 2021).

> condenação, amparado pela polícia, para evitar desvio e fuga dos endividados (CAMARGO, 2015, p. 66).

Já nos estudos de Picanço (2005), ele demonstra que a violência empregada no "Tempo do Pau" marcou não só os corpos dos trabalhadores e trabalhadoras a partir dos sistemas punitivos, como também, estabeleceu-se na memória através dos nomes de lugares.

> O nome de localidades como "Pagar dívida" e "Tira Couro", estão associadas a lugares onde os trabalhadores eram levadas para "acertar as contas", que por reclamar saldo a receber ou poder dever ao patrão eles eram torturados. A violência e a crueldade usada pelos patrões chegavam a requintes de extrema crueldade, como apontado pela Sra. Helena Ribeiro do Carmo, 82 anos, em seu depoimento, "o Crispim[28] tirava as mulheres dos maridos que ele achava pouco trabalhadô e passava para outro mais trabalhadô" (PICANÇO, 2005, p. 57).

Esse tipo de violência psicológica empregada pelos patrões no período do Coronel José Júlio foi constante, as mulheres, por exemplo, eram ameaçadas de ir morar com outro trabalhador e em outra colocação (que era escolhido pelo patrão), caso o trabalho do companheiro atual não rendesse uma boa produção mensal na colocação. A fala de Seu Teófilo corrobora para os depoimentos sobre os assédios contra as mulheres. Durante a entrevista de campo, ele conta que "a forma que os patrões utilizavam para castigar os seringueiros considerados preguiçosos, era com base nas ameaças de tirar as suas esposas e passar para outro seringueiro[29]".

O homem, como sujeito responsável pela família, via sua condição de chefe e sua moral viril ameaçada. Enquanto a labuta da mulher, como era de costume nesse contexto espacial e temporal, era completamente desconsiderada. Ambos se viam, ainda, inseguros do ponto de vista da organização do sustento e trabalho familiar com a desestruturação daquele arranjo essencial a garantia da sobrevivência. Desta forma, já não bastassem os castigos corporais, a violência que intersecciona questões de classe e gênero era frequente durante esse período.

Segundo Pinto (1989), "José Júlio tinha direitos de vida e morte em todo Vale, exercendo-o soberanamente devido o apoio de autoridade de Belém" (PINTO, 1989, p. 16). Castigos físicos, perseguição, violência psicológica com base numa série de inseguranças como

[28] Francisco Crispim de Almeida, ou Capitão Crispim como era conhecido, foi o sócio fiel do Coronel José Júlio, e gerente da Filial Água Branca do Cajari, seu domínio territorial estendia-se por todo curso de águas do rio Cajari.
[29] Entrevista realizada no dia 23/02/2021 na comunidade da Barreiras – Almeirim/PA.

pobreza, fome, isolamento, distância da família, endividamento, ausência de contratos, exploração do trabalho, entre outros, conformaram as experiências dessa população pobre e multiétnica descritas nesse texto. Essas relações de forte opressão e violência do mundo do trabalho ocorridas no final do século XIX, sobreviveram nas primeiras décadas da república mesmo após a dissolução dos recursos legislatórios compulsórios do trabalho. Certamente, isso se deu em virtude de uma longa prática de trabalho não livre na região amazônica e ampla legislação de compulsão de populações pobres ao trabalho que, aliás, remontam ao período colonial[30].

1.4 - A Revolta do Zé Cezário

Mesmo com um cenário de trabalho marcado pela ampla exploração e degradação do humano nas colocações extrativistas, muitos trabalhadores não se rendiam a tal situação. Organizadas ou não, muitas revoltas foram desencadeadas na Amazônia ao longo desse processo, no Vale do Jari a mais famosa delas, por exemplo, foi a "Revolta do Zé Cezário" que ocorreu em 5 de julho de 1928 na Filial Cachoeira (Rio Jari).

Para tentar fugir das péssimas condições de trabalho nas colocações, aproximadamente 358 trabalhadores extrativistas, entre balateiros, gateiros, juteiros, seringueiros e castanheiros, "tomaram um barco e vieram à Belém denunciar as condições de trabalho e os crimes praticados naquele rio" (PINTO, 1989, p. 16). O episódio da revolta destacado por Pinto (1989), teve também grande repercussão nacional, e foi denunciada pelos jornais, "O Ceará", do dia 22/07/1928[31], "Diário Carioca", do dia 24/07/1928[32] e "A manhã", do dia 01/08/1928[33].

A Revolta do Zé Cezário foi desencadeada na Filial Iratapuru, localizada na comunidade de São Francisco do Iratapuru, e arquitetada na Filial Cachoeira por José Cezário de Medeiros (1904-1980)[34], balateiro que liderou o levante dentro das colocações do Coronel José Júlio. Armados de faca, terçado[35], foice e pedaços de pau, em 05 de julho de 1928 os

[30] Cf. PAZ, Adalberto Júnior Ferreira. *Repúblicas contestadas: liberdade, trabalho e disputas políticas na Amazônia do século XIX*. 2017. 296 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Campinas, 2017.
[31] O CEARÁ, N° 935. *A Escravidão dos Cearenses na Amazônia* – Brasil – Fortaleza, CE – O Ceará, n° 935, 22.07.1928.
[32] DIÁRIO CARIOCA, N° 7. *A Emigração Forçada dos Trabalhadores do Extremo Norte* – Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Diário Carioca, n° 7, 24.07.1928.
[33] A MANHÃ, N° 808. *O Inferno Verde do Rio Jari* – Brasil – Rio de Janeiro, RJ – A Manhã, n° 808, 01.08.1928.
[34] José Cezário de Medeiros foi um caicoense (Rio Grande do Norte) que migrou para o estado do Pará no início de 1928. No Pará foi trabalhar na colocação aviado da Filial Cachoeira na região do São Francisco do Iratapuru no atual estado do Amapá (NENEVÉ; SILVA, 2020).
[35] Facão Grande, popularmente conhecido na região Norte e é utilizado para o desbaste de matas rasteiras e árvores de pequeno porte.

trabalhadores tomaram a Filial Iratapuru, prenderam o Capitão Filomeno e seguiram rumo a Filial Cachoeira. “Naquele dia, com meia dúzia de companheiros, Cezário deu o brado de revolta e agiu com tanta energia, com tal desassombro que, dentro de poucos momentos, contava com a adesão de 358 homens” (O CEARÁ, 1928, p. 6). Ao chegar à Filial Cachoeira os revoltosos prenderam o gerente “Velho Monsão” e todos os capatazes (LINS, 1991). Da Filial Cachoeira ninguém saiu, pois eles aguardavam a chegada do navio de mercadorias que abasteciam as filiais do rio Jari, e até o dia 17 de junho o movimento já tinha ganhado bastante adesão dos balateiros e seringueiros da região do Alto Jari.

Quando o [navio] Cidade de Alenquer aportou na Filial Cachoeira, o movimento de trabalhadores extrativistas tomou a embarcação, rendeu o comandante “Jararaca” e zarparam rumo a Vila de Arumanduba, sede administrativa e residencial do Coronel José Júlio. Em Arumanduba os revoltosos tomaram a vila, cortaram as linhas de telegrafo, saquearam os suprimentos da taberna, trocaram de navio com capacidade maior de viagem (Sobralense) e seguiram rumo a Belém, para denunciar as mazelas por eles sofridas nas colocações do coronel. “Ali, sem que a Capitania do Porto do Pará tivesse a mínima audiência no caso, o comandante do Cidade de Alenquer cambou sua tripulação para o Sobral, que ali se achava de descida, e inteiramente tripulado por escravos do senador José Júlio” (A MANHÃ, 1928, p. 2).

Quando o movimento liderado por Zé Cezário desembarcou em Arumanduba, a revolta ganhou a adesão de muitos trabalhadores que estavam na vila. Essa informação foi confirmada em entrevista, pelo Sr. Gilberto Lopes da Silva[36], 83 anos – “Seu Gilbertinho” –, que nos contou que quando os trabalhadores tomaram a vila, “muitos balateiros que estavam de dormida[37] em Arumanduba, resolveram seguir a revolta do Zé Cezário”. O trecho da canção abaixo, foi narrada pelo Seu Gilbertinho durante seu depoimento, segundo ele, a “Revolta do Zé Cezário”

[36] Seu Gilbertinho é natural de Serra Azul no Queixada/CE e morador da comunidade do Braço em Almeirim/PA desde 1953. Segundo Seu Gilbertinho, a convite do amigo Zequinha de tal (que já trabalhava na região), no ano de 1953 ele veio trabalhar como tropeiro nas colocações do Braço, naquela época ele tinha 17 anos de idade. Quando o Seu Gilbertinho chegou ao Braço ele foi morar em um barraco disponibilizados pela Filial Casa Caracuru. O barraco era construído de madeira nativa e palha de paxiúba. No dia 18 de novembro de 1955, Seu Gilbertinho se casou com a senhora Francisca Moreira Silva, hoje com 80 anos, natural do Braço e filha do senhor Don João (um dos capatazes do Coronel José Júlio). Por volta de 1960, Seu Gilbertinho assume o cargo de chefe de comboio que era do seu sogro, e começa a trabalhar no novo cargo que foi instituído pelo gerente da Casa Caracuru, o Zé Tavares (já sob administração da companhia de empresários portugueses). Quando o Seu Gilbertinho chegou ao Braço no ano de 1953 as únicas famílias que já estavam na comunidade eram as do Sr. Luis Maciliel, Duca Martins e do seu Don João. Atualmente a população da comunidade do Braço é de 141 famílias (DI CIERO, 2021). Entrevista realizada no dia 15/12/2021 na comunidade do Braço – Monte Dourado/PA.

[37] Pernoite na casa de amigos ou parentes na vila. Os trabalhadores geralmente estavam de passagem, pois no dia seguinte, partiriam para trabalhar nas colocações destinadas pelo Coronel José Júlio (Entrevista, SILVA, 2021).

foi lhe contada diversas vezes pelo seu sogro, o Sr. Don João[38], que chegou ao Vale do Jari em 1923, aos 18 anos de idade para trabalhar como chefe de comboio para o Coronel José Júlio.

> A revolução do Jari arrebentou,
> José Cesário foi o chefe que mandou.
> Ajuricaba, Ajuricaba e Amapá,
> O vapor fazia a manobra
> Onde foram se encontrar.
> Avança, rapaziada,
> Que o caso está para tudo
> Avança, vamos embora
> E despreze Arumanduba (Anônimo).

Seu Don João contou a ele que a canção virou um hino dos trabalhadores da região, e foi cantada pelos revoltosos durante a viagem para a cidade de Belém. Por outro lado, a revolta tomou proporções nacionais chegando a ser vinculada na imprensa do Ceará e do Rio de Janeiro, "nada menos de 787 trabalhadores, com as suas famílias, dirigidos por um caboclo do Rio Grande do Norte, cujo nome justo é um que fique estampado nos anais da Câmara – Cesário Medeiros, vieram corridos dos sertões do Pará (DIÁRIO CARIOCA, 1928, p.10).

A insurreição destes trabalhadores foi levada ao governador do Pará, Dionísio Ausier Bentes (1925-1929) que não tomou nenhuma providência legal sobre os acontecimentos relatados por Zé Cezário, uma vez que o Coronel José Júlio era seu correligionário eleitoral no município de Almeirim. No entanto, a revolta foi preponderante para pôr em evidência a nível nacional as práticas violentas realizadas a mando do Coronel José Júlio nas suas colocações do Vale do Jari (PICANÇO, 2005).[39]

O episódio da "Revolta do Zé Cezário" reflete as tentativas de fuga da condição de *cativo* do patrão. Esse sentimento de fuga do "cativeiro" está diretamente relacionado com existência de uma migração constante da mão de obra em busca de melhores condições de trabalho nas colocações. Os trabalhadores da floresta procuravam áreas mais produtivas e "seguras", cujos patrões não fossem reconhecidos como violentos e exploradores.

Utilizada nos estudos sobre campesinato no Brasil a partir dos anos 1970, a categoria "cativeiro" não se restringiu aos trabalhadores dos engenhos de cana do nordeste, sendo amplamente discutida também nos trabalhos realizados na Amazônia, pesquisas importantes

[38] João Antero Moreira, nasceu em 1905 no estado do Ceará, chegou na comunidade do Braço em 1923, e faleceu em 2002 com 96 anos de idade na mesma comunidade.
[39] Essa revolta será descrita e analisada de forma mais densa no segundo capítulo da dissertação.

como de Otávio Velho (1972 e 1976); Moacir Palmeira (1977) Garcia Júnior (1975); Martins (1979), entre outros, buscavam compreender o fenômeno (ALENCAR, 2018).

Neste cenário de disputas por sobrevivência e revoltas extrativistas locais, uma série de acontecimentos no âmbito da política nacional, mudaram os rumos do monopólio extrativista do Coronel José no Vale do Jari. Conforme Camargo (2015), a partir da década de 1930 e com a eclosão do movimento tenentista no Brasil e o sucesso obtido por Getúlio Vargas na revolução de 1930, alguns tenentes que o apoiaram na tomada do poder foram nomeados interventores federais em alguns estados. Era o fim do coronelismo da primeira república, pelo menos era isso que se desejava.

No caso do Pará, Getúlio Vargas nomeou o tenente Joaquim de Magalhães Barata para ocupar o cargo no período de 1930 à 1935. Depois, dado o contexto de crise na política paraense nos anos de 1940, Magalhães Barata é nomeado novamente interventor federal do Pará no ano de 1943, cargo que ocupou até 1945 (deixado em razão da disputa ao senado federal). E é neste período de disputa por eleitorado local, que Magalhães Barata se torna adversário e inimigo político do Coronel José Júlio. Assim, a partir das divergências políticas com Magalhães Barata, que era correligionário, governador do Pará, Luís Geolás de Moura Carvalho (1947-1950), José Júlio passou a ser considerado inimigo político do governador.

Com o enfraquecimento político do Coronel José Júlio no município de Almeirim, as resistências dos trabalhadores e trabalhadoras ao sistema de exploração e as constantes ameaças de prisão devido às práticas de trabalho análogo ao de escravo nas suas terras situadas no Vale do Jari, o Coronel José Júlio, já com a idade avançada e doente, foi obrigado a refugia-se no Rio de Janeiro e, em 1948 vende para um grupo de empresários de nacionalidade portuguesa[40], suas terras e seus negócios, que incluíam as filiais, as vilas residenciais, as frotas de embarcações e as fazendas de gado de corte (CAMARGO, 2015).

Todavia, na fase do Coronel José Júlio, as táticas de sobrevivência e os meandros de fuga dos cativeiros foram exceções, como foi constatado em diversas falas dos entrevistados durante a pesquisa de campo "naquele tempo, se fizesse coisa errada nas colocações, o freguês era muito judiado, o coro era logo tirado e a mulher dele ia para outro" (Entrevista, TEÓFILO DA SILVA, 2021)[41], "Não era só o medo que o freguês tinha, tinha também os olhos dos gerentes e dos capatazes, que viviam vigiando o trabalhador, não dava nem para negociar além

[40] "A escritura de venda foi lavrada no dia 24 de dezembro de 1948 pelo Tabelião Edgar da Gama Chermont de Belém do Pará; e registrada no cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Monte Alegre sob o nº 829, folha 7 do livro 3-E, em 14 de janeiro de 1949, pelo Tabelião Acylino d'Almeida Lins. O valor global da transação foi de Cr$ 625.000,00 (Seiscentos e vinte e cinco mil cruzeiros)" (LINS, 1991, p. 85).

[41] Entrevista realizada no dia 23/02/2021 na comunidade da Barreiras – Almeirim/PA.

do rio" (Entrevista, GILBERTO LOPES DA SILVA)[42]. Contudo, mesmo que de forma tímida, as táticas de sobrevivência eram possíveis, e isso leva a compreensão de que no seu *fazer-se* (THOMPSON, 2004), o trabalhador buscava ser protagonista de sua existência utilizando-se de estratégias para fugir da vigilância dos gerentes e obter melhores condições de vida nas colocações do Coronel.

[42] Entrevista realizada no dia 15/12/2021 na comunidade do Braço – Monte Dourado/PA.

CAPÍTULO II

A MOVIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR NA COMPANHIA DOS SÓCIOS PORTUGUESES E A TRANSIÇÃO PARA O PROJETO JARI

O segundo capítulo busca destacar as transformações do modelo de trabalho comercial-extrativista, durante a transição do monopólio do Coronel José Júlio para a companhia dos sócios portugueses, bem como, apresenta a introdução do modelo americano durante o advento do Projeto Jari a partir de 1967, impulsionando a movimentação de trabalhadores de diversas regiões do país, principalmente, dos estados do nordeste como, Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte.

O capítulo destaca ainda, a estruturação do empreendimento dos sócios portugueses e os arranjos tecnológicos que modificaram o cotidiano do trabalhador extrativista. Por outro lado, o sistema comercial-extrativista fomentou as atividades agrícolas e a criação de animais de pequeno porte, possibilitando maior autonomia na escolha das atividades extras das colocações, uma vez que, era o próprio trabalhador que decidia o que iria plantar e/ou criar em sua colocação de exploração.

2.1 - As empresas dos sócios portugueses

O "Tempo dos Portugueses" como era popularmente conhecido, foi a segunda grande fase extrativista no Vale do Jari. Com duração de 19 anos (1948-1967) de atuação, o grupo de empresários portugueses, fundou no dia 19 de agosto de 1948[43], a **Empresa Jari Ltda.**, que tinha como área de exploração, todas as terras outrora pertencentes ao Coronel José Júlio, exceto as áreas da Fazenda Aquiqui, localizada na margem direita do rio Amazonas, no município de Porto de Moz/PA, que foram vendidas para o empresário Michel de Melo e Silva[44].

Como foi analisado por Picanço (2005) a atuação do grupo de empresários portugueses marca o início do período em que "a expropriação e o controle das terras e riquezas da região passa a ser feito sob o controle da empresa comercial-extrativista" (PICANÇO, 2005, p. 58). No entanto, é importante destacar que raras são as pesquisas que discutem os processos históricos de consolidação e atuação do grupo de empresários portugueses nessa fase, por isso,

[43] Cf. Camargo, 2015.

[44] "Michel de Melo e Silva, que é presidente das Fazendas Aquiqui S/A e segundo seu depoimento possui certa de 200.000 ha, no município de Porto de Moz no estado do Pará, informou haver declarado ao IBRA apenas 30.000 ha em virtude dos 170.000 ha serem constituídos de alagados e mata" (CORREIO DA MANHÃ, 1968, p. 11).

aspectos importantes tendo como plano de fundo as filiais e temas como, relação, formas de trabalho e cotidiano dos trabalhadores, são debates inexistentes na literatura especializada. Pinto (1989); Lins (1991); Filocreão (1992); Picanço (2005) e Camargo (2015), por exemplo, discutem o percurso histórico desta fase, mas não articulam a posição das filiais frente ao debate de temas, como trabalho, modos e cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras do Vale do Jari.

Neste contexto, podemos sugerir que o pouco interesse em pesquisar sobre os processos históricos desses trabalhadores e trabalhadoras, está ligado, primeiro; a falta de fontes produzidas e deixadas pela companhia dos portugueses na região; e em segundo, pela coincidência do recorte cronológico do projeto ICOMI[45] com a fase de atuação da companhia portuguesa (1948-1967), tema de maior interesse acadêmico por se tratar de um projeto de desenvolvimento nacional, o Projeto Icomi alcançou maior interesse acadêmico.

Adotando a mesma forma de trabalho, baseado no sistema de aviamento, o grupo de empresários portugueses formados por Joaquim Nunes de Almeida[46]; Antônio Teixeira; José Joaquim Martins; Júlio Aires da Fonseca; José Antunes Fonseca e Crispim Joaquim de Almeida (Capitão Crispim), continuaram com os mesmos negócios da fase extrativista do Coronel José Júlio, mas, em maior escala, explorando potencialmente o extrativismo da castanha, juta e seringa, bem como, comercializando diversos produtos da agricultura familiar, da exportação de madeira nobre, manejo do gado e a venda de pele de aninais silvestres através do trabalho dos gateiros[47].

Segundo a literatura especializada, entre as principais diferenças do "tempo dos portugueses" e o "tempo do pau", destacam-se, o fim dos castigos corporais praticados pelos capatazes das filiais, o incentivo e o fomento na produção da agricultura familiar liberada como atividade secundária nas colocações, e principalmente, o formato de cunho mais empresarial que os portugueses deram para os negócios na região.

Para fins de racionalizar as diversas atividades realizadas nas terras do Vale do Jari, o grupo de empresários portugueses cria três empresas para gerenciar os seus empreendimentos na região.

> Basicamente as empresas que formavam a Jari na fase dos Portugueses foram: Jari Indústria e Comércio, (...) A Companhia Industrial do

[45] Sobre o Projeto Icomi, conferir em: Brito (1994); Porto (2002); Paz (2014); Nunes (2018), Lobato (2019) e Matos (2022).
[46] Diretor Financeiro da companhia, era considerado o cérebro da empresa, residia diretamente na matriz, localizada na comunidade de Jarilândia, na margem esquerda do rio Jari (LINS, 1991).
[47] "Os gateiros, como eram denominados, embrenhavam-se nas matas, onde passavam até cinco meses caçando gatos e onças. O preço da pele era valorizado pela não existência de orifícios" (LINS, 1991, p. 101).

> Amapá, (...) Por último a Companhia de Navegação Jari S/A, composta pelas mesmas embarcações da fase José Júlio, em número de quatorze, entre navios e empurradores (LINS, 1991, p. 87).

A **Empresa Jari Ltda** (Jari Indústria e Comércio), foi a primeira empresa a ser constituída, fundada no dia 19 de agosto de 1948, tinha como objetivo principal a comercialização dos produtos nativos, sua sede era localizada na cidade de Belém/PA. Depois, para organizar a frota de embarcações que antes pertenciam ao Coronel José Júlio, foi criado no dia 11 de abril de 1949 a **Empresa de Navegação e Comércio Jari Ltda** (Companhia de Navegação Jari S/A). E por fim, com Matriz na comunidade de Jarilândia/AP, foi criada a **Jari Indústria e Comércio S/A** (Companhia Industrial do Amapá), cujo objetivo era a industrialização da castanha e a exportação da madeira nativa.

Em relação ao fomento das atividades da agricultura familiar, os portugueses foram os principais incentivadores da prática realizada nas colocações de seringa, juta e castanha, uma vez que, na fase do Coronel José Júlio "os trabalhadores eram proibidos de plantar e ter criação" (Entrevista, TEÓFILO DA SILVA, 2021)[48]. No Tempo do Pau, o grande potencial comercial era os produtos extrativista e o manejo da cultura bovina. Filocreão (1992), por exemplo, afirma que a partir de 1949 a liberação para as atividades da agricultura familiar na região do Vale do Jari, aconteceu primeiramente nas colocações situadas "nas regiões detentoras de poucos seringais, como o alto Cajari e alto Jari (FILOCREÃO, 1992, p. 76).

O fomento por parte dos portugueses para a prática da agricultura, permitiu, no entanto, a organização da produção, a autonomia na escolha do tipo de cultivo plantado nas colocações, e o desenvolvimento de algumas vilas agrícolas, a exemplo, da vila de Santo Antonio da Cachoeira, no rio Jari/AP. A vila desenvolveu uma agricultura que permitiu o abastecimento de farinha de mandioca, feijão, arroz e milho[49] para todas as filiais pertencentes ao monopólio dos portugueses.

Já Lins (1991), destaca que a companhia dos portugueses financiava toda estrutura para a prática da atividade agrícola nas colocações, fornecendo desde as sementes às ferramentas necessárias para a realização da produção.

> Os portugueses tiveram mais sucesso na agricultura, financiando os colonos para o preparo das áreas de plantio, fornecendo ferramentas e sementes e com a garantia da compra da produção. Água Branca foi uma colônia muito

[48] Entrevista realizada no dia 23/02/2020 na comunidade da Barreiras – Almeirim/PA.
[49] O milho era utilizado majoritariamente como alimentação para burros que trabalhavam nas atividades da castanha e seringa.

> produtiva, chegando a produzir até trinta toneladas de farinha de mandioca por mês, que eram compradas pela Companhia. Além da farinha, Água Branca fornecia feijão, milho, tabaco e grande quantidade de frutas, principalmente laranja (LINS, 1991 p. 93).

O fomento nas atividades agrícolas praticadas nas colocações extrativistas foi significativo na mudança das dinâmicas do cotidiano dos trabalhadores, principalmente, seringueiros e castanheiros, acostumados a trabalhar em mata fechada e apenas com a coleta dos produtos na floresta. Por outro lado, o desenvolvimento da atividade permitiu a redução da quantidade de mercadorias aviadas, principalmente aquelas consideradas essenciais, como farinha de mandioca, milho, feijão e arroz.

Em entrevista, o Sr. Raimundo Batista da Silva[50], 91 anos – "Seu Neném", conta que, no "Tempo dos Portugueses, a vida do trabalhador melhorou muito, naquele tempo poderíamos plantar à vontade, eles compravam toda a nossa produção agrícola, a farinha, nós já tirávamos uma parte para o rancho da casa, o resto entregava na gerência". Nesse contexto de "produção autônoma" dos produtos da agricultura, é importante destacar que a companhia dos portugueses continuou com o monopólio de comercialização da produção extrativista desses trabalhadores, ou seja, tudo que era produzido nas colocações em matéria de produtos extrativistas tinham que ser entregues na rede de filiais da companhia. Em alguns casos, como constatado durante as entrevistas, alguns trabalhadores comercializavam os produtos com os regatões.

A forma de comercialização às escondidas, praticadas ao longo do curso de águas do rio Jari, desempenhou um importante papel no sistema econômico das colocações, uma vez que, possibilitou o trabalhador a quitar parte de suas dívidas, adquirir produtos com valores mais razoáveis, e de certa forma, deu melhores condições nas atividades extrativistas, principalmente, no que se refere a aquisição de materiais para a coleta da seringa[51].

[50] Seu Neném é natural da comunidade do Bom Jardim (rio Jari/PA) e morador do Água Branca do Cajari desde 1976. Segundo Seu Neném, no ano de 1941 o seu pai, Pacífico Batista da Silva (já falecido) foi trabalhar como seringueiro na localidade do Escondido (rio Cajari/AP), região ao qual se criou junto com os seus dez irmãos. Aos 26 anos de idade, em 1955, Seu Neném casou-se com dona Francisca Teles da Silva, hoje com 87 anos, e foram morar e trabalhar como extrativistas na comunidade do Fundão (rio Cajari/AP), aviados da Filial Água Branca. No ano de 1976 por intermédio das atividades do extrativismo e a condição de evangelizador da igreja Assembleia de Deus, a família do Seu Neném foi morar na comunidade do Água Branca do Cajari, local onde reside ainda hoje. Entrevista realizada no dia 06/02/2021 na comunidade de Água Branca do Cajari – Laranjal do Jari/AP.

[51] Sobre esse tema conferir o trabalho: COSTA, Paulo Marcelo Cambraia da. Na ilharga da Fortaleza, logo ali na Beira, lá tem o regatão: os significados dos regatões na vida do Amapá - 1945 a 1970. 2007. 223 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História Social. PUC São Paulo, São Paulo, 2007.

2.2 - As mudanças estruturais realizada pelos sócios portugueses

Em termos estruturais, a empresa dos sócios portugueses investiu em tecnologia da época, visando maior lucratividade e produtividade nos seus empreendimentos. Durante a administração deles, foram instalados sistemas de comunicação via radiofonia entre as filiais, da matriz Jarilândia e a sede administrativa em Belém. Os navios movidos a lenha, como o "Sobralense", "Ajuricaba" e "Cidade de Alenquer", foram adaptados para sistemas de motor movido a óleo diesel[52]. Em Jarilândia, foi instalado uma serraria para o beneficiamento da madeira e um porto para o embarque dos produtos extrativistas.

> A madeira era embarcada nos navios acionada pelo guincho, sendo a cubagem[53], feita no exato momento em que chegava ao convés do navio. O transporte da madeira para o local do embarque era feito a braço; trabalhavam em dias de embarque aproximadamente duzentos homens em turnos, diurnos e noturnos, sem parar até que toda madeira estivesse dentro do navio (LINS, 1991, p. 90).

Segundo Filocreão (1992), os maiores investimentos estruturais foram realizados na Matriz Jarilândia, e isso se deve pela posição estratégica do lugar, uma vez que a matriz estava situada na confluência do rio Jari com a foz do rio Amazonas, principal rota dos produtos extrativistas para a cidade de Belém. A madeira nobre, por exemplo, era exportada para Portugal e Inglaterra. Em Jarilândia foi estruturada uma "fábrica de aguardente com capacidade de produção para 40 mil litros, que tanto atendia o consumo das filiais quanto era comercializada em Belém" (FILOCREÃO, 1992 p. 77).

Apesar de todo o incremento tecnológico empregado na sede de Jarilândia, principalmente no que se refere a produção, transporte e ao comércio de produtos da floresta, as atividades da agricultura familiar praticadas pelas famílias extrativistas continuavam de forma primária e rudimentar, uma vez que o foco produtivo da companhia portuguesa era o extrativismo. Assim, é preciso ponderar que todo investimento tecnológico realizado pelo grupo de portugueses tinha o objetivo de aumentar a produção e o lucro do grupo, ao mesmo tempo

[52] Cálculo realizado em relação ao peso e volume dos produtos embarcados nos navios.

[53] Seu Neném é natural da comunidade do Bom Jardim (rio Jari/PA) e morador do Água Branca do Cajari desde 1976. Segundo Seu Neném, no ano de 1941 o seu pai, Pacífico Batista da Silva (já falecido) foi trabalhar como seringueiro na localidade do Escondido (rio Cajari/AP), região ao qual se criou junto com os seus dez irmãos. Aos 26 anos de idade, em 1955, Seu Neném casou-se com dona Francisca Teles da Silva, hoje com 87 anos, e foram morar e trabalhar como extrativistas na comunidade do Fundão (rio Cajari/AP), aviados da Filial Água Branca. No ano de 1976 por intermédio das atividades do extrativismo e a condição de evangelizador da igreja Assembleia de Deus, a família do Seu Neném foi morar na comunidade do Água Branca do Cajari, local onde reside ainda hoje. Entrevista realizada no dia 06/02/2021 na comunidade de Água Branca do Cajari – Laranjal do Jari/AP.

que a condição dos trabalhadores e o salário permaneciam os mesmos. Para Marx (2013), o uso da tecnologia aplicado na máquina é preponderante para a produção da "mais-valia relativa", e isso se deve não só por desvalorizar diretamente a força de trabalho, mas também por baratear a mão de obra do trabalhador.

Já em relação a mão de obra para a realização das atividades nas colocações, os empresários portugueses, diferentes do Coronel José Júlio (que estabeleceu fortes relações com as famílias de trabalhadores nordestinos), trouxeram para a região, uma grande quantidade de famílias oriundas das ilhas do Pará, principalmente, das localidades de Porto de Moz, Ilha do Marajó, Afuá, Gurupá e Breves. A relação de trabalho entre os gerentes portugueses e os trabalhadores paraenses, foi possível uma vez que, os portugueses já tinham a experiência com a mão de obra paraense em outros atividades da companhia situados em Gurupá e na cidade de Belém. Cabe ressaltar, que os trabalhadores paraenses, juntaram-se aos trabalhadores nordestinos que ficaram na região após a fase do Coronel José Júlio, esses trabalhadores foram distribuídos em diversas colocações situadas no rio Jari e em outros terras onde dominava os negócios dos portugueses.

A entrada do empreendimento português no Vale do Jari, mudou as relações trabalhistas, pois foi nesta fase que foram formalizados o pagamento de salários e a instituição da carteira de trabalho. Segundo Filocreão, "Os funcionários passaram a ter os seus principais direitos trabalhistas garantidos, tendo salário e carteira assinada, embora, acabassem sempre recebendo o salário em mercadorias" (FILOCREÃO, 1992, p. 78). Corroborando com essas informações, o Sr. Raimundo da Silva, afirma que dificilmente algum trabalhador conseguia obter salários na fase dos portugueses, pois as suas dívidas com mercadorias eram sempre altas nas tabernas das filiais. Porém, "os trabalhadores mais organizados conseguiam obter saldo, ainda que fosse valores bem baixo" (Entrevista, RAIMUNDO DA SILVA, 2021)[54].

As tabernas eram as responsáveis pelo fluxo de endividamento dos *trabalhadores assalariados* e os *trabalhadores de produção*. Os trabalhadores assalariados eram aqueles que trabalhavam diretamente nas funções desenvolvidas nas filiais, como: caixeiros, guarda-livros, cozinheiros, barqueiros, serradores, vaqueiros, gerentes e braçais. Já os trabalhadores de produção eram formados majoritariamente por núcleos familiares que moravam e trabalhavam diretamente em suas colocações. Seus salários dependiam muito da quantidade da produção nas colocações, esses trabalhadores eram: os seringueiros, juteiros, castanheiros, balateiros, pescadores, agricultores e criadores de animais de pequeno porte (como porcos, galinhas e

[54] Entrevista realizada no dia 06/02/2021 na comunidade de Água Branca do Cajari – Laranjal do Jari/AP.

patos). No entanto, esses trabalhadores quase sempre ficavam sem salários, já que eles eram descontados por conta das dívidas do sistema de aviamento. De todo modo, uma vez endividados nas tabernas das filiais o salário acabava sendo uma ilusão.

A parir das décadas de 1950 e 1960, o número de trabalhadores oriundos das ilhas do Pará foi aumentado significativamente na região do Vale do Jari, estes, passaram a trabalhar no sistema de rodízio entre as filiais, a cada dois anos (FILOCREÃO, 1992). Porém, no ano de 1955 houve uma intensificação da migração para região, principalmente depois da constituição da Colônia Agrícola do Aruru[55], projeto criado em 1950 pelos portugueses em parceria com o Território Federal do Amapá no Governo de Janary Nunes (1944-1955) como parte da política de desenvolvimento do território. O projeto tinha como objetivo o fomento das atividades agrícolas realizada pelas famílias assentadas na colônia. Os principais produtos eram, o cultivo do arroz e a produção da farinha de mandioca (DICIERO, 2021).

Tendo como base as pesquisas já realizadas[56] e os dados obtidos nas entrevistas de campo, ficou evidente que a partir da administração dos portugueses houve um aumento na produção e ampliação das atividades extrativistas em relação a fase do Coronel José Júlio, porém, a partir dos anos de 1965, o grupo de empresários apresentava dificuldades em administrar, controlar e fiscalizar a produção extrativista.

Com a chegada e o avanço de núcleos familiares espalhados em diversas regiões do rio Jari, e a constante presença de regatões, começaram a surgir problemas, entre eles a falta de fiscalização nas suas extensas áreas de atuação das colocações. Neste contexto, Lins (1991) aponta dois principais problemas que dificultaram a administração dos portugueses. O primeiro, estava relacionado com os diversos conflitos envolvendo os posseiros (aqueles que não eram aviados das filiais) e os gerentes das filiais; e o segundo, deu-se após a expansão das atividades dos regatões na região, uma vez que, os portugueses tinham dificuldades de fiscalizar a entrada desses comerciantes em suas áreas.

Durante as entrevistas realizadas em campo foi possível considerar um elemento importante que justificasse umas das dificuldades encontradas pelos portugueses em administrar as áreas do Vale do Jari. Esse elemento diz respeito a manutenção de processos de endividamento dos trabalhadores e trabalhadoras extrativistas. E, isso se deve porque o

[55] A "Colônia Agrícola do Aruru" está localizada na confluência do igarapé Aruru e o rio Jari, com acesso pela rodovia AP-160 (Laranjal do Jari-Vitória do Jari), à 32km da sede do município de Laranjal do Jari no Amapá, e é caracterizada por ser um povoamento humano constituída por uma vila de casas e propriedades rurais. A comunidade tem como principal fonte de sobrevivência a produção de alimentos da agricultura familiar, principalmente a produção de farinha de mandioca (DICIERO, 2021).

[56] Pinto (1989); Lins (1991); Filocreão (1992); Picanço (2005); Camargo (2015).

trabalhador já endividado e com poucas variedades de mercadorias nas tabernas, buscava nas "novidades" trazidas pelos regatões uma alternativa em comercializar sem que os gerentes portugueses descobrisses as transações comerciais entre o trabalhador extrativista e o regatão. A exemplo disso, a Sra. Maria Celeste Brasão, conta que apesar da proibição em comercializar com os regatões, muitos trabalhadores extrativistas acabavam se arriscando por conta das mercadorias diversificadas que eram trazidas em seus barcos. "O pano de corte, por exemplo, tinha de várias qualidades, os sapatos também, e lá na taberna, o corte só era o estampado, todo mundo tinha que andar igual" (Entrevista, MARIA CELESTE BRASÃO, 2021)[57].

Dona Celeste é natural da comunidade do Botafogo (Almeirim/PA) e moradora da comunidade do Santa Maria (Almeirim/PA) desde 1964. Segundo Dona Celeste, aproximadamente por volta de 1901, o seu pai Júlio Brasão que era natural do Ceará, foi trabalhar como agricultor e extrativista, freguês e aviado da Filial Botafogo. Depois de poucos anos morando na comunidade do Botafogo, seu Júlio Brasão conheceu a dona Raimunda Fonseca (nascida na comunidade do Botafogo). Dois anos depois, eles casaram-se e tiveram vários filhos, entre eles a Dona Celeste, nascida em 1947. No ano de 1964 já casada com o senhor Joaquim Balieiro (era balateiro e natural do Marajuí – Rio Paru), ela foi morar na comunidade do Santa Maria e trabalhar como extrativista na Filial Santa Maria, durante a fase dos portugueses na região.

Como tática de sobrevivência e para obter mercadorias mais baratas, os fregueses das filiais mais próximas aos rios, como no caso da Dona Celeste, estavam sempre buscando vender de forma sigilosa parte da produção para os regatões. Os chamados regatões eram os comerciantes fluviais ambulantes que viajavam entre os centros regionais e as comunidades ribeirinhas nos rios da Amazônia desde o século XIX. As suas principais atividades consistiam em comercializar mercadorias para os trabalhadores ribeirinhos em troca de diversos produtos nativos produzidos pelo trabalhador da floresta (MARANGONI *et al*. 2018)[58].

Os regatões geralmente eram pequenos comerciantes concorrentes dos patrões das filiais, em alguns casos, estavam subordinados ao gerente. De toda forma, os regatões mantinham um comércio ativo na confluência dos rios, vendendo mercadorias a preços mais baixos do que os praticados nas tabernas das filiais extrativistas. Em forma de escambo, os regatões vendiam as mercadorias e recebiam produtos extrativistas como pagamento, numa clara concorrência sigilosa com os gerentes das filiais.

[57] Entrevista realizada no dia 23/02/2021 na comunidade de Santa Maria – Almeirim/PA.
[58] Sob os eventos históricos de constituição e expansão das atividades dos regatões na Amazônia, conferir os trabalhos de GOULART (1968) e MARANGONI *et al*. (2018).

Entre os anos de 1964 e 1967 dona Maria Celeste e seu esposo, Joaquim Balieiro, trabalharam como extrativistas aviados da Filial Santa Maria. A presença da filial em suas vidas foi fortemente marcada pelo sistema de endividamento e o vínculo como freguês. A história de dona Maria Celeste se cruza com a história de muitas famílias que vieram das ilhas do estado do Pará em buscar de trabalho na região do Vale do Jari, são histórias que se confluem com as histórias de outros trabalhadores e trabalhadoras encontradas ao longo do curso de água dos rios da região.

A presença dos regatões nessa região foi importante na economia dos trabalhadores extrativistas, dado a possibilidade de estes quitarem às suas dívidas e tentarem fugir do endividamento nas filiais. Porém, essa prática de comercialização, reforçava as disputas entre os patrões das colocações e os regatões. E ainda, esse comércio que ocorria às escondidas envolvia o risco de os trabalhadores serem expulsos das colocações, caso fossem pegos. Assim, dado o cenário de dificuldade administrativa e fiscalização das atividades dos regatões em suas posses de terra, em 20 de março de 1967, os portugueses resolvem vender os seus negócios para o projeto do americano Daniel Keith Ludwig, dando início assim, a terceira fase extrativista do Vale do Jari, o "Tempo do Ludwig"[59].

2.3 - Projeto Jari: a invasão americana no Vale do Jari

O "Tempo do Ludwig", ou a terceira grande fase extrativista do Vale do Jari, ficou marcada pelo processo de apropriação direta dos recursos naturais pelo investimento internacional tendo como base a monocultura. Este processo, como é pontuado por Filocreão (1992),

> vem trazer grandes modificações na economia e no "modus vivendus" dos homens da região, ao transformar a economia local de uma economia sustentada basicamente pelo extrativismo vegetal, organizada por uma empresa de caráter predominantemente comercial, que mesclava relações de assalariamento formal com relações predominantemente de aviamento, subsistindo com uma baixa composição orgânica de capital, e que de repente se transforma em um grande enclave econômico, usuário dos mais recentes avanços tecnológicos (FILOCREÃO, 1992, p. 80).

[59] "Os antigos proprietários venderam o controle acionário de três companhias. (...) O preço total da venda foi de 4.703.333 dólares" (Pinto, 1989 p. 11). No dia 08 de outubro de 1970 os novos donos alteram a denominação social da companhia para Jari Florestal e Agropecuária Ltda. (CAMARGO, 2015).

O autor destaca que a transferência do controle das áreas para o Projeto Jari insere-se na proposta do Estado militar como estratégia de ocupação e modernização da Amazônia brasileira. Essa corrida, iniciada no governo do General Castelo Branco (1964-1967) tinha como meta o alcance de um projeto maior, a "Operação Amazônia", cujo objetivo era integrar a Amazônia na economia nacional[60]. Assim, a entrada do Projeto Jari na região, marca profundas mudanças na economia local, nas relações de trabalho, no cotidiano do trabalhador e no modo de vida da população, até então, baseadas na economia extrativista e nas atividades do sistema de aviamento.

O "Tempo do Ludwig", como é conhecido popularmente a presença de trabalhadores americanos de alto escalão na região do Vale do Jari, não faz parte do escopo de análise desta pesquisa, mesmo sabendo das profundas mudanças que ocorreram no cotidiano dos trabalhadores durante a transição da fase dos empreendimentos portugueses para a fase do Projeto Jari. Porém, é de nosso interesse levar o debate do tema para uma futura pesquisa mais detalhada, pois acreditamos que os resultados obtidos serão de grande importância para a pesquisa acadêmica, a sociedade de modo geral e a memória daqueles trabalhadores que ajudaram a desenvolver o Vale do Jari.

Contudo, cabe contextualizar que o Projeto Jari, concebido como um megacomplexo agroindustrial e mineral, projetado para transformar 200 mil ha de floresta nativa em florestas artificiais hegemônicas para a produção de celulose, bem como, desenvolver a agropecuária no plantio de arroz e na criação de gado, visou também o beneficiamento industrial da celulose, caulim e bauxita (PICANÇO, 2005).

Os planos do Projeto Jari para o desenvolvimento de uma Amazônia autossustentável, além da produção de celulose e dos projetos florestais, focaram em atividades diversificadas e integradas, condicionando os trabalhadores nativos às diretrizes do modelo de trabalho assalariado e da administração da gestão americana, além das significativas mudanças espaciais e estruturais nas paisagens das vilas situadas nas áreas do projeto. Sobre a integralização das atividades na região, Greissing (2011) destaca que,

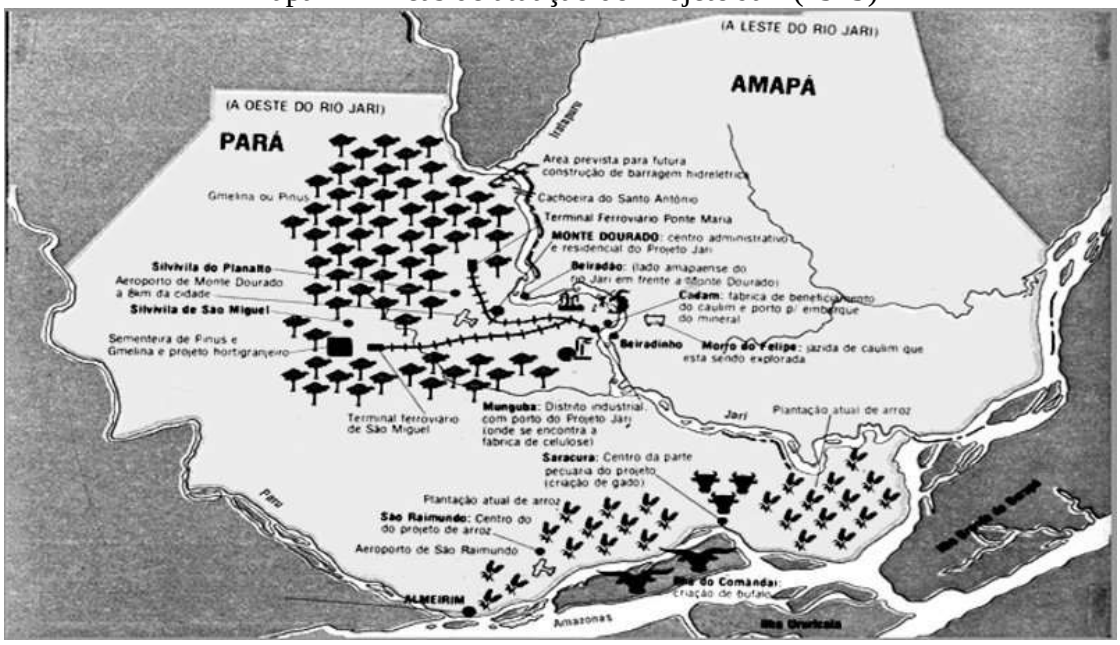
> O multimilionário Ludwig planejava desenvolver um projeto econômico gigantesco nas terras do Jari a partir da construção de um complexo agro-industrial em torno da produção de celulose em grande escala (mas, também, de arroz, da criação de gado, e da mineração de bauxita e caulim). O "Projeto Jari" foi iniciado ainda no mesmo ano com a derrubada de grandes áreas da floresta nativa na região, a fim de plantar no lugar da última uma monocultura

[60] Sobre o advento do Projeto Jari dentro do contexto das ações da "Operação Amazônia", conferir o trabalho de CARNEIRO (1988).

> de *gmelina* arbórea, uma espécie de crescimento rápido originária da Ásia. Nos primeiros anos também foi construída toda a infraestrutura de base necessária para o desenvolvimento das atividades pretendidas pelo empresário americano: estradas, aeroporto, ferrovia, acampamentos para os trabalhadores (as chamadas 'silvivilas', no meio da floresta), e uma vila com nome de 'Monte Dourado' para os funcionários da empresa, com casas, escolas e hospital (GREISSING, 2011, p. 48).

Ainda segundo Greissing (2011), a diversidade de atividades no Projeto Jari somado a grande área produtiva ao qual a empresa era detentora, criou no imaginário social dos moradores locais, fortes expectativas de conseguir emprego no novo empreendimento instalado na região, e consequentemente a possibilidade de mudança de estilo de vida. Assim, centenas de trabalhadores de diversas regiões, e principalmente, da região do nordeste produziram uma onda migratória para o Vale do Jari a partir dos anos de 1968 a 1978, período que marca a derrubada da mata nativa, o plantio e o corte da *gmelina* arbórea.

Mapa 1 – Áreas de atuação do Projeto Jari (1979)



Fonte: MANCHETE, 1979, p. 90.

O mapa acima, publicado pela Revista Manchete na edição de nº. 1.422, do dia 21 de junho de 1979 já demostrava a dimensão das áreas ocupadas e as obras estruturais montadas para as atividades integralizadas do Projeto Jari. "Fisicamente Ludwig recebeu uma área de 1.632.121 hectares, sendo 1.174.391 hectares no estado do Pará, município de Almeirim e 457.730 hectares no Território Federal do Amapá, município de Mazagão" (LINS, 1991, p.

130). O mapa em questão demostra a localização dos projetos, qual seja: Florestal; Pecuária; Arroz; Hortifrutigranjeiro; Área industrial; Jazidas de Caulim e Bauxita; Vila de Monte Dourado; Campos de Aviação; Ferrovia e Silvivilas, todos constituintes do megacomplexo florestal, agroindustrial e mineral do Projeto Jari. Cabe lembrar, que a extensão de terras constituintes do Projeto Jari, eram as mesmas posses que constituíam o monopólio de terras do Coronel José Júlio.

Tendo em vista a necessidade de mão de obra para ocupar as frentes de trabalho do Projeto Jari, a empresa, a partir de 1970 implementou um novo modelo de recrutamento de trabalhadores, estabelecendo uma rede de empreiteiras em estados do Nordeste e no sul e sudeste do Pará. O recrutamento de trabalhadores via gato (agentes intermediários enviados para fazer o recrutamento dos trabalhadores), deu início a um intenso processo de migração subsidiada, principalmente, recebendo milhares de maranhenses, cearenses e piauienses, a grande maioria do sexo masculino com idade entre 18 e 30 anos (PINTO, 1986).

Neste contexto, os dados estatísticos pesquisados e organizados da *tabela 1*, demostram o crescimento populacional da região durante as últimas décadas da atuação da companhia dos sócios portugueses e o período de consolidação do Projeto Jari.

Tabela 1 – Densidade demográfica da Região do Projeto Jari (1960-1991)

Municípios e Distrito	**Censo Demográfico**			
	1960	**1970**	**1980**	**1991**
Almeirim	7.146	11.889	33.077	33.442
Monte Dourado	-	-	-	15.724
Laranjal do Jari	-	-	-	21.372
Mazagão	7.565	10.497	20.436	8.911

Fonte: IBGE. *Censos Demográficos, 1960, 1970, 1980 e 1991* (IBGE, 1960, 1970, 1980, 1991)

Analisando a *tabela 1*, é possível perceber que entre a década de 1960 e 1970, Almeirim e Mazagão apresentaram um crescimento populacional relativamente pequeno e equivalente. A população de Almeirim, por exemplo, aumentou em 4.743 (39%) indivíduos e Mazagão em 2.932 (28%)[61] indivíduos, um retrato do pouco movimento de trabalhadores, ainda condicionados pelo sistema de aviamento. Na década seguinte, de 1970 a 1980, ambos

[61] Neste período as áreas territoriais dos atuais municípios de Laranjal do Jari/AP e Vitória do Jari/AP pertenciam ao município de Mazagão/AP e as áreas do atual Distrito de Monte Dourado/PA eram recenseadas na totalidade do município de Almeirim/PA. O município de Laranjal do Jari foi criado no ano de 1987, pela Lei federal nº 7.639, de 17 de dezembro de 1987, já o município de Vitória do Jari foi criado no ano de 1994, pela Lei estadual nº 0171, de 8 de setembro de 1994. Em relação do Distrito de Monte Dourado, ele foi criado no ano de 1983, pela lei estadual nº 5.075, de 2 de maio de 1983.

apresentaram um crescimento alto e acelerado, com destaque para o município de Almeirim (sede do Projeto Jari), cuja população aumentou em 21.188 (64%) indivíduos, e o município de Mazagão, a população aumentou em 9.939 (48%) indivíduos. Este crescimento foi condicionado principalmente a partir de 1970, quando a região experimentou uma forte migração provocado pelo recrutamento de trabalhadores.

A partir do Censo do ano de 1991, é possível perceber que Almeirim apresentou pouca variação na sua população, e que só no distrito de Monte Dourado, a população concentrada era de 15.724, o que significa 47 % da população de Almeirim, já o decréscimo da população de Mazagão entre a década de 1980 e 1991 está relacionado com a emancipação de Laranjal do Jarí no ano de 1987. De modo geral, a redução da população de Almeirim está diretamente associada à quantidade de empregados do Projeto Jari, que, a partir de 1978 sofreu várias crises, reduzindo o número de trabalhadores (PINTO, 1987). Já o aumento exponencial da população em Laranjal do Jari, está relacionada as empresas terceirizadas que tinham sedes fixas no município (BIOFILICA, 2011). Contudo, o crescimento populacional da região está associado ao movimento das empreiteiras do Projeto Jari.

Para racionalizar a contratação da mão de obra, por conta da sazonalidade das atividades e diminuir os problemas com a previdência Social, no dia 13 de janeiro de 1975 foi criado o Serviços Agrários Silviculturais Ltda - SASI, uma empresa autônoma que substitui o Departamento de Serviços Especiais da Jari, extinto em 01 de setembro de 1975 (PINTO, 1986). O SASI "tinha por objetivo a prestação de serviços a terceiros através de contrato de empreitada, o recrutamento de mão de obra, desmatamento, plantio de mudas florestais, conservação de florestas, assistência, vigilância, fiscalização de áreas rurais, (...)" (LINS, 1991, 156).

Por outro lado, os trabalhadores tradicionais do ramo do extrativismo que estavam na região desde os tempos do Coronel José Júlio se inseriram no Projeto Jari, e isso ocorreu porque em 1970 a empresa arrendou as terras e os serviços de comercialização para uma companhia comercial-extrativista, a "Amazônia Produtos Extrativistas – AMPEX", empresa que continuou com a mesma dinâmica de trabalho e comércio outrora praticados pelos empresários portugueses (1948-1967). A AMPEX manteve o sistema de aviamento como prática comercial até ano de 1977, quando os serviços foram substituídos pelo SASI. Para se ter uma ideia da produção do SASI, entre os anos de 1977 a 1981 a empresa comercializou em média, por safra, 9.081 hectolitros[62] de castanha (LINS, 1991).

[62] Um hectolitro é equivalente a 50 kg – 56 kg de castanha com casca (EMBRAPA, 2008).

A implantação do empreendimento, desencadeou além de um grande movimento migratório, uma série de problemas ambientais e sociais provocados pela presença do Projeto Jari na região. Esses problemas se intensificaram a partir de 1978 quando a plantação de *gmelina* arbórea apresentou problemas de adaptabilidade aos solos da região, impactando seu rendimento florestal e a produtividade da fábrica de celulose, levando a redução da jornada de trabalho e o declínio da mão de obra para o projeto (PICANÇO, 2005).

Com isso, muitos trabalhadores que foram demitidos e que eram alocados no projeto florestal e na fábrica de celulose, acabaram indo buscar moradias em ocupações desordenadas às margens do rio Jari[63], como o Beiradão do Jari[64] (Laranjal do Jari) e o Beiradinho do Munguba[65] (Vitória do Jari), pequenas vilas que cresceram sem planejamento adequado e sem infraestrutura básica. Em entrevista, o Sra. Izete Correia Pereira[66], 69 anos – "Professora Izete", conta que quando chegou à Vila de Monte Dourado/PA, a primeira coisa que ela observou foi o outro lado do rio Jari, "lá do outro lado, era todo mundo amontoado, só tinha uma passarela de madeira, as casas eram uns barracos improvisados com madeira e papelão, tinha pra mais de 500 pessoas morando ali" (Entrevista, IZETE CORREIA PEREIRA, 2021).

As péssimas condições das ocupações desordenadas e a falta de oportunidade e qualificação para trabalhar no projeto, ocasionou a retirada de uma parte significativa de indivíduos para as áreas rurais e as matas nativas, com o intuito de desenvolver a agricultura familiar, especialmente no plantio da farinha de mandioca, banana e milho. Porém, muitas famílias em alguns casos, acabavam se estabelecendo nas áreas do projeto, gerando diversos conflitos com a empresa (Filocreão, 1992).

É importante ressaltar que durante o advento do projeto norte-americano no Vale do Jari muitas áreas já estavam ocupadas por pequenas comunidades tradicionais distribuídas ao longo da floresta e nas margens do curso de águas do rio Jari, resquícios ainda, das primitivas

[63] As ocupações desordenadas eram aglomerados humanos vivendo em péssimas condições estruturais sobre palafitas e passarelas deterioradas de madeira. Essas ocupações conviviam com problemas sociais como a falta de saneamento básico e o agravamento da violência e dos mercados ilícitos.

[64] Beiradão é o nome popular do atual bairro das Malvinas no município de Laranjal do Jari.

[65] Beiradinho do Munguba era o nome popular do atual bairro central no município de Vitória do Jari.

[66] A Professora Izete é natural de Recife/PE e moradora da Vila Planalto/PA desde 1976. Segundo a professora, em setembro de 1976, a convite do seu tio Eduardo Silva Pereira (já falecido), ela veio para a vila de Monte Dourado trabalhar como professora no ensino fundamental na escola da Silvivila Planalto/PA. Quando a Professora Izete chegou na Silvivila Planalto ela foi morar na república dos professores, naquele período, as casas planejadas da Silvivila, na sua maioria não tinham água encanada e nem energia elétrica, estavam em processo de finalização. A Professora Izete nos conta ainda, que as casas da Silvivila começaram ser construídas por volta dos anos de 1972 e finalizadas em 1974. Na Silvivila, existiam muitas famílias de trabalhadores de outros estados, principalmente do estado do Maranhão. Porém, a rotatividades de famílias que residiam nas casas, variavam de acordo com as necessidades das atividades do Projeto Florestal, como plantio, conservação e desbaste das monoculturas. Entrevista realizada no dia 09/12/2021 na Silvivila Planalto – Monte Dourado/PA**.**

colocações iniciadas ainda na fase do Coronel José Júlio. A entrada do projeto nessas localidades causou um impacto forte na região, tanto na utilização do território, quando a floresta nativa foi substituída pela monocultura, e principalmente, no sistema socioeconômico, quando foi desorganizando as filiais e todas das redes comerciais do extrativismo.

O Projeto Jari tinha como objetivo a produção agrícola e florestal em larga escala para atender a demanda de exportação das grandes cidades brasileiras e mundiais. Porém, sob forte pressão do Governo Militar em nacionalizar o projeto, e depois de ter acumulado um prejuízo de 1,3 bilhões de dólares, Ludwig resolveu vender o Projeto Jari por 80 milhões de dólares para um consórcio de empresas brasileiras liderado pelo Grupo CAEMI (Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração) no ano de 1982 (SOUSA, 2006).

Como podemos observar, o processo de ocupação e o povoamento de trabalhadores da floresta na região do Vale do Jari, teve ao menos três fases de desenvolvimento, com características migratórias muito ligadas aos processos de exploração de produtos extrativistas e da sociobiodiversidade, bem como, a migração subsidiada pelo Projeto Jari. Nesse sentido, é possível destacar que essas fases foram importantes para o surgimento de novas relações de trabalho, de redes de comercialização, de povoados agrícolas e comunidades tradicionais (extrativistas, pesca artesanal e vaqueiros).

Observando o contexto histórico de ocupação e a distribuição de trabalhadores é possível sugerir, que de modo geral, o "Tempo do Pau" foi responsável pela migração expressiva de nordestinos, especialmente, do estado do Ceará. Já no "Tempo dos Portugueses", ocorreu uma onda migratória subsidiadas de famílias oriundas das ilhas do Pará (Breves, Porto de Moz, Afuá, Gurupá e Ilha do Marajó). E por fim, no "Tempo do Ludwig", a migração foi estimulada, mobilizou um número significativo de trabalhadores que chegaram à região vindos potencialmente dos estados do Nordeste e sul e sudeste do Pará.

Desta forma, a ocupação territorial de trabalhadores no Vale do Jari, está fortemente ligada aos projetos e empreendimentos que tinham como objetivo a exploração de produtos nativos, baseados em sistema de aviamento e distribuição populacional via colocações, e em segundo momento, na ocorrência de grandes movimentos migratórios visando o trabalho assalariado no Projeto Jari. Assim, é comum observar que diante de tais fases de ocupação esses movimentos migratórios foram importantes para a consolidação de povoados, vilas, comunidades e pequenos centros urbanos por onde se deslocaram diversos trabalhadores em busca de melhores condições de vida.

CAPÍTULO III
O RIO JARI NAS RÉDEAS DAS FILIAIS NO TEMPO DOS PORTUGUESES

Neste capítulo, vamos apresentar e discutir a estrutura das filiais extrativistas na fase de atuação do grupo de empresários portugueses na região do Vale do Jari. Destacando as questões relacionadas ao trabalho e a forma hierárquica como estes conduziam seus projetos de exploração dos produtos da floresta no curso de águas do rio Jari.

O contexto em que os "portugueses" adquiriram posses de terras e benfeitorias alicerçadas sobre o trabalho de aviamento, ainda do "tempo do pau", permitiu a eles um novo modelo de administração da produção das colocações, porém, com a mesma forma de trabalho e baseado no endividamento do trabalhador. Este "novo modelo" de administração das colocações permitiu mudanças significativas no poder hierárquico das colocações, principalmente, na figura do gerente, que se tornou o principal intermediador ente o patrão e o freguês. Assim, e a luz das informações prestadas nas entrevistas realizadas em campo, por meio da constituição e relação da memória individual e da memória coletiva[67], é possível conhecer os processos históricos de formação, localização e atuação das filiais situadas no rio Jari, destacando a estrutura espacial e o sistema de produção naquele período.

Para a descrição das filiais, o recorte temporal das memórias recuperadas nas narrativas dos entrevistados remete à segunda fase de exploração extrativistas no Vale do Jari, que vai de 1948 a 1967, período de utilização da mão de obra de trabalhadores oriundos das ilhas do Pará, principalmente, Gurupá, Afuá, Porto de Moz e Breves. Portanto, é objetivo deste capítulo destacar as formas de trabalho e as relações entre esses sujeitos, bem como, as relações hierárquicas constituídas com base no sistema de aviamento nas colocações, destacando a localização, tipos de trabalho e modelos de produção.

3.1 - No curso de águas do Rio Jari

O rio Jari possui uma extensão de 845 quilômetros, e é a fronteira natural entre os estados do Amapá e do Pará, sua nascente ocorre nas serras da Cordilheira do Tumucumaque, e desagua na margem esquerda do rio Amazonas, em frente a Ilha Grande de Gurupá. O fluxo natural do curso de águas do rio Jari é dividido em três áreas: o Baixo Jari, cujo trecho estende-se da foz com o rio Amazonas até a confluência do rio Caracuru (próximo a fábrica de celulose da Jari); o Médio Jari, que se estende da foz do rio Caracuru até o pé da Cachoeira de Santo

[67] Por memória coletiva, a pesquisa tomou como referência de Maurice Halbwachs (1990).

Antônio; e o Alto Jari, que se estende da Cachoeira de Santo Antônio até a vertente do Parque do Tumucumaque (LINS, 2015).

Os primeiros registros sobre a ocupação do rio Jari (em Tupi significa rio da castanha), dão conta que no início século XVII e durante o século XVIII, os índios Waiãpi estabeleceram-se no curso médio do rio Jari até a confluência com o rio Cuc. Já no século XIX, a parir de um movimento expansionista, esses grupos passaram a ocupar os seus afluentes e as cabeceiras da Cachoeira de Santo Antônio (GALLOIS, 1981).

Porém, o apogeu de ocupação e povoamento das margens do rio Jari se deu com exploração da borracha entre os anos de 1870 e 1912. Durante esse período, e antes da entrada do Coronel José Júlio de Andrade em 1882, a região já era dominada por balateiros e seringueiros das ilhas do Pará, que comercializavam os produtos nativos com os regatões do município de Gurupá, aviados do patrão, o *Barão de Gurupá* (LINS, 1991). No entanto, foi a partir da "fase do Coronel José Júlio", que o rio Jari experimentou grandes movimentos migratórios de nordestinos, organizados em colocações sob o domínio do sistema de aviamento das filiais.

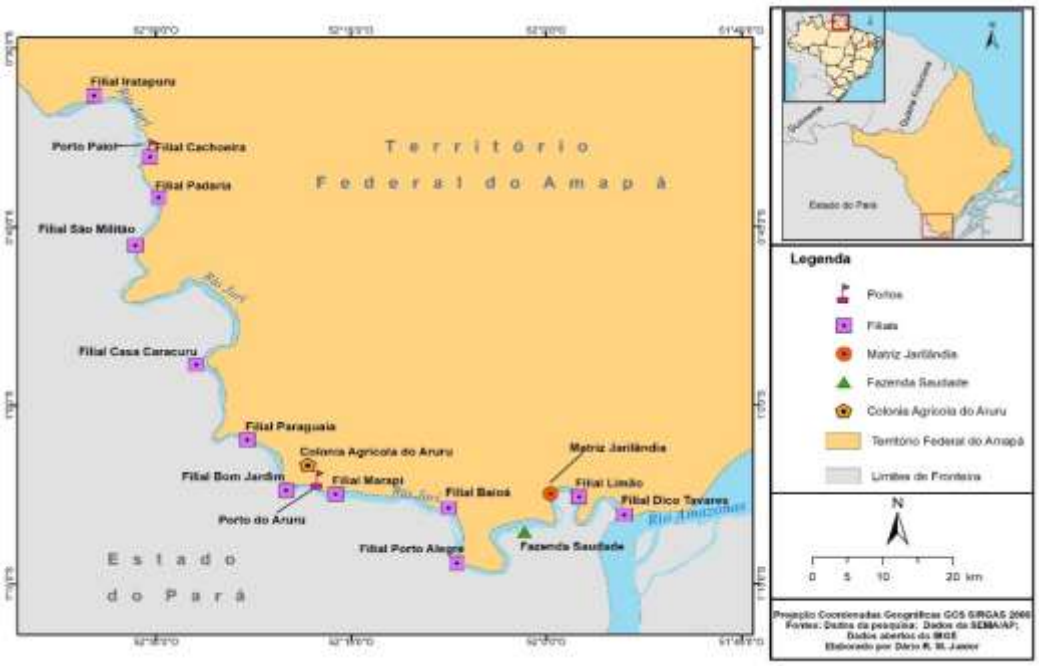
As filiais eram núcleos administrativos situados em uma determinada região, geralmente estavam localizadas em pontos estratégicos, principalmente na confluência dos rios ou igarapés. As filiais tinham como objetivo logístico, receber, armazenar e transportar os produtos nativos que eram produzidos nas colocações sob seu domínio a partir da relação patrão-freguês. No rio Jari existiam basicamente três modalidades de filiais, as "filiais extrativistas", "as fazendas de gado" e as "colônias agrícolas"[68]. De modo geral, as filiais eram "o local de aviamento de mercadorias para os fregueses. Tinha cada uma o seu gerente, que na fase José Júlio era apenas um empregado da Companhia e assim continuou na fase dos portugueses, até o ano de 1965" (LINS, 1991, p. 104).

Desde os tempos do Coronel José Júlio, o contexto de distribuição das filiais, no curso de águas do rio Jari, principalmente as extrativistas, estava sempre ligada as grandes áreas com potencial de produção nativa, principalmente em regiões de abundância de árvores do tipo, seringueira (*Hevea* brasiliensis) e castanheira (*Bertholletia* excelsa). As filiais que exploravam os produtos nativos, as fazendas de gado e as colônias agrícolas do rio Jari estavam distribuídas e organizadas na extensão do rio, compreendendo uma distância de 185 quilômetros de um extremo ao outro, entre a Filial Iratapuru – extrativista, no Alto Jari (nas cabeceiras da cachoeira de Santo Antônio) e a Filial Dico Tavares – extrativista, no Baixo Jari (na foz do rio Amazonas).

[68] Informações constatadas durante as entrevistas realizadas no trabalho de campo.

O *mapa 2*, demostra a distribuição das filiais ao longo do curso de águas do rio Jari. O mapa é resultado das entrevistas orais, e foi construído a partir da memória individual e coletiva dos trabalhadores entrevistados durante a realização da pesquisa de campo[69].

Mapa 2 – Distribuição das Filial no rio Jari (1948-1967)



Fonte: Dados da Pesquisa – Elaborado por Dário R. M. Junior, 2022.

Como podemos observar no mapa, a região do Alto Jari tinha apenas uma filial, e esta era da modalidade extrativista, a Filial Iratapuru ficava localizada no Território Federal do Amapá, e exercia uma posição estratégica importante, pois ela era responsável pelo armazenamento temporário da produção nativa que vinha das colocações acima do rio Jari, depois, essa produção era "baldeada" para a Filial Cachoeira, e seu destino final era a Matriz Jarilândia[70].

Na região do Médio Jari, e do lado do Território Federal do Amapá existiam duas filiais extrativistas, a Filial Cachoeira que era a maior e a principal da região, e a Filial Padaria que era responsável pelas colocações que ficavam localizadas ao longo do igarapé Padaria, igarapé do Meio e do igarapé do Retiro. Já no lado do estado do Pará existiam duas filiais extrativistas, a Filial São Militão que era responsável pela produção das colocações que vinham

[69] A pesquisa de campo foi realizada entre os anos de 2021 e 2022.
[70] Devido as dificuldades de transportar a produção pelas corredeiras de pedras das cabeceiras da Cachoeira de Santo Antônio, a produção era transportada até o Porto Paiol e de lá era escoada por piques e caminhos na mata até a Filial Cachoeira.

do igarapé São Militão e Bananal, e a Casa Caracuru, responsável pelas colocações situadas ao longo do rio Caracuru e Grota Rica.

Já o Baixo Jari era a região que mais concentrava os núcleos, ao todo eram oito filiais, além da Colônia Agrícola do Aruru e a Matriz Jarilândia. Do lado do estado do Pará existiam duas filiais extrativistas, a Filial Bom Jardim, responsável pela produção das colocações ao longo do igarapé Bom Jardim e a Filial Ponta Alegre, responsável pela produção das colocações do rio Tucunareí e igarapé Ipitinga. Ainda do lado do Pará existia a Fazenda Saudade, responsável pela criação de gado e a gerência geral dos retiros Caiçara, Marapi, Furinho e Acaraquiçal. Do lado do Território Federal do Amapá, existiam cinco filiais extrativistas, a Filial Paraguaia, responsável pela produção do igarapé Boa Vista do Paraguaia, a Filial Marapi, responsável pela produção do igarapé Marapi, a Filial Baioá, responsável pela produção do igarapé Baioá, a Filial Limão[71], responsável pela produção do igarapé Jaracuru e a Filial Dico Tavares, responsáveis pelas colocações da foz do rio Amazonas.

A posição logística das filiais tinha como objetivo organizar e administrar o território, a força de trabalho e a produção nativa que vinha das colocações e eram entregues pelos trabalhadores nas gerências. A partir dessa relação entre patrão (gerente) e o freguês (trabalhador) as espacialidades constituintes do rio Jari foram se delineando, ou seja, à medida que as colocações avançavam, núcleos familiares de trabalhadores se aglomeravam em moradias com péssimas condições as margens do rio e/ou dentro das matas nativas, o que ocasionou ao longo do ano, a criação de povoados, vilas e comunidades ribeirinha.

Em relação às estruturas dos prédios das filiais, elas obedeciam a dois padrões: os componentes estruturais das filiais extrativistas e os componentes estruturais das Fazendas de Gado.

As filiais extrativistas como podemos observar na *imagem 2*, eram compostas pela "Casa do Gerente" (local de residência do gerente e sua família, a casa também era onde funcionava o escritório e a casa de força)[72], a "Taberna" (local onde eram armazenadas as mercadorias e onde os trabalhadores eram aviados e/ou compravam os gêneros alimentícios e remédios), o "Galpão' (local onde era armazenada a produção dos trabalhadores), a "Capela" (local onde aconteciam os ritos religiosos), e as "Casas do Fregueses" (vila de casas onde

[71] A Filial Limão teve um curto período de duração, funcionou mais ativamente na fase do Coronel José Júlio, pois no início dos anos de 1949 foi desativada pela Companhia portuguesa, e sua produção passou a ser gerenciada pela Matriz Jarilândia.

[72] A casa de força era alimentada por motor de luz movido a óleo diesel e distribuía energia elétrica para a Casa do Gerente, a Taberna e os Galpões de Armazenamento.

moravam os funcionários de confiança do gerente). A Filial era o núcleo social e econômico das colocações, era o local de movimentação dos produtos e dos trabalhadores extrativistas.

Imagem 2 – Filial Cachoeira (1972)[73]

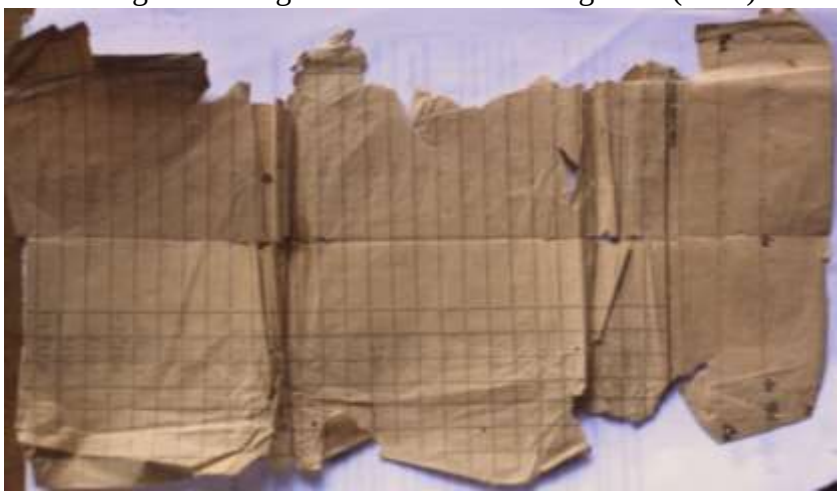
Fonte: MCLNTYRE, Loren, 1991.

Em relação às especificidades dos funcionários das filiais: os trabalhadores das filiais extrativistas eram os seguintes: dois funcionários trabalhavam no Galpão como apontadores da produção que chegava das colocações, de dois a três funcionários que trabalhavam como braçais na Casa do Gerente, e por fim, três funcionários que trabalhavam na Taberna, entre eles, dois Caixeiros (responsáveis pela limpeza, organização e distribuição das mercadorias) e um Guarda Livro (que era responsável pelo livro de registro das mercadorias, anotação dos produtos retirados pelos trabalhadores e da confecção do talão de dívida dos aviados).

Durante o trabalhado de campo, conseguimos fotografar uma página do Livro de Registro da Filial Bom Jardim, demostrada na *imagem 3*, nela, mesmo de forma deteriorada pela ação do tempo, é possível ver o registro de mercadorias retiradas no dia 20 de janeiro de 1964 pelo senhor Joaquim Balieiro, que era balateiro e morador da comunidade de Santa Maria no rio Paru/PA. Em entrevista, a Sra. Maria Celeste Brasão[74], 73 anos – "Dona Celeste", esposa do Sr. Joaquim Balieiro, conta que as mercadorias eram retiradas de quinze em quinze dias e tudo era registrado no livro, "até um palito de fosforo era anotado, nós só podia levar as mercadorias depois de tudo assinado, e depois de carimbar o talão com o dedo" (Entrevista, MARIA CELESTE, 2021).

[73] Para este momento, a Imagem 2 está inserida no texto apenas como instrumento de ilustração da descrição das estruturas espaciais das filiais.
[74] Entrevista realizada no dia 23/02/2021 na comunidade de Santa Maria – Almeirim/PA.

Imagem 3 – Página de um Livro de Registros (1964)



Fonte: Acervo Familiar, Maria Celeste, 1964.

A fala de dona Maria Celeste é um reflexo da situação dos trabalhadores em relação a escolaridade nas colocações, segundo ela, naquele tempo, "quase ninguém sabia ler, era mais os nossos filhos, e não eram todos, o que tinha que saber mesmo era a assinatura, se não soubesse, eles melavam o dedo e colocavam no talão," (Entrevista, MARIA CELESTE, 2021).

Segundo Souza (2011), a relação de apadrinhamento entre um gerente da filial e um trabalhador era o que definia o acesso das crianças nas escolas dos pequenos centros urbanos, ou seja, alguns gerentes consentiam que os filhos do seu freguês (compadre) viessem morar na sede das filiais na condição de agregado, e assim pudesse estudar, ainda que para isso, as crianças tinham que trabalhar sem receber pagamento, em virtude do benefício dos estudos.

No contexto da nossa pesquisa, todas as filiais do rio Jari estavam ligadas a sede de Jarilândia, e aqueles fregueses apadrinhados dos gerentes podiam deixar seus filhos estudarem na sede. Ainda que fosse só para aprender a escrever o nome e a contar, como relatou dona Maria Celeste, principalmente, quando não era período de fabrico. Essa dinâmica de apadrinhamento também acontecia com os filhos dos vagueiros das fazendas de gados, mesmo as crianças começando muito cedo a labuta da criação dos animais.

Já em relação as Fazendas de Gado, como representadas na *imagem 4* e *imagem 5*, elas eram compostas pela "Casa da Gerência" (local onde funcionava o escritório e a residência do gerente e sua família), a "Vila do Vaqueiros" (residências suspensas onde moravam os vaqueiros da fazenda), as "Marombas" (currais suspensos onde os gados eram confinados), a "Capela" (local onde acontecia os ritos religiosos), e o "Porto Principal" (porto de atracação por onde o gado é transportado).

Imagem 4 – Fazenda Saudade (Casa do Gerente)[75]

Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

Imagem 5 – Fazenda Saudade (Casa dos Vaqueiros)[76]

Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

Os trabalhadores das Fazendas de Gado eram os seguintes: um cozinheiro responsável pela refeição da Casa do Gerente, três trabalhadores braçais responsáveis pelo serviço geral da fazenda e de dez a quinze famílias de vaqueiros responsáveis com a lida diária no manejo do gado de corte. A população de famílias de vaqueiros residentes nas fazendas sempre foram dinâmicas, mudavam constantemente dependendo da necessidade e do deslocamento desses trabalhadores para outro retiro de gado, que eram administradas pera Fazenda Geral, que no caso do rio Jari era a Fazenda Saudade.

[75] Para este momento, a Imagem II está inserida no texto apenas como instrumento de ilustração da descrição das estruturas especiais da casa do gerente da Fazenda de Gado.
[76] Para este momento, a Imagem III está inserida no texto apenas como instrumento de ilustração da descrição das estruturas espaciais da Vila de Vaqueiros das Fazendas de Gado.

De modo geral, as filiais desempenharam um papel importante ao longo do curso de águas do rio Jari. Essas filiais passaram pelas três grandes fases econômicas do Vale do Jari, na primeira, sob o controle individual durante a constituição do monopólio do Coronel José Júlio (1899-1948), cuja tônica era moldada pelo cabresto e os castigos corporais dos patrões; a segunda, sob o controle comercial-extrativista do grupo de empresários portugueses (1948-1967), cenário onde as filiais ganham mais autonomia na produção de alimentos e na criação de animais de pequenos porte; e a terceira, sob controle do capital estrangeiro durante a consolidação do Projeto Jari (1967-1982), esta fase é dividida em dois períodos, sob o controle da AMPEX (1967-1977) e depois, sob o controle do SASI (1977-1981), no entanto, toda a produção extrativista era administração em uma sede geral em Monte Dourado. Porém, as relações hierárquicas e as formas de trabalhos que se estabeleceram durante cada fase tiveram uma série de configurações que mudaram o cotidiano e o modo de vida desses trabalhadores e trabalhadoras, relações e modos de trabalhos que se definiam de acordo com o contexto geográfico no qual as filiais estavam localizadas.

3.2 - Nas estradas da floresta: ocupação, cotidiano e formas de trabalho

A descrição e a análise da dinâmica das filiais que vamos apresentar nesta sessão, foi narrada a partir da perspectiva dos moradores das várias comunidades que estão situadas no curso de águas do rio Jari, e que constituem o recorte deste trabalho. O relato diz respeito a experiência daqueles que vivenciaram os fatos, ou apenas reproduzem uma memória que é repassada de geração para geração através da oralidade, mostra a estrutura e as formas de trabalho situadas num certo contexto social, político e econômico moldado pelas filiais.

Os relatos levantados na pesquisa foram tomados aqui como processos históricos ainda não documentadas sobre os trabalhadores da floresta do Vale do Jari, que historicamente foram esquecidos, como muitas histórias são na região amazônica. Assim, podemos considerar como evidências orais a história do protagonismo desses trabalhadores em diversas colocações, ou melhor, no seu fazer-se, na labuta diária sob a vigilância dos gerentes das filiais, num movimento ativo que articula ação humana e condicionamentos sociais. São experiências comuns que podem levar à formação de uma determinada identidade (THOMPSON, 1997). Para tanto, vamos percorrer os dados da pesquisa e descrever um pouco sobre a dimensão social e produtiva de cada filial.

A **Filial Iratapuru** foi um importante núcleo administrativo extrativista da região do Alto Rio Jari, e passou por duas fases de atuação econômica: a primeira, no período do Coronel

José Júlio (1899-1948) e a segunda no período dos empreendimentos dos sócios portugueses (1948-1967).

Quem nos conta os aspectos sociais dos sujeitos envolvidos nas tramas das relações da filial Iratapuru é a senhora Maria Leitão de Freitas, "Dona Gita", de 84 anos, natural de Gurupá e moradora do Iratapuru desde 1957 (64 anos). Em entrevista, Dona Gita, conta que, já casada e aos 22 anos de idade, ela foi trabalhar como seringueira na colocação Boa Sorte, junto com seu pai, o senhor Basílio Correia de Freitas que já explorava os produtos extrativista na região do rio Iratapuru desde 1947. Dona Gita recorda que durante a sua chegada na localidade, a imagem mais recorrente que vem a sua memória é das moradias construídas sobre palafitas que ficavam espalhadas de forma esparsas ao longo do rio. Como estratégia geográfica e para abastecimento de água, as casas eram construídas na beira dos rios ou igarapés para facilitar a lida diárias com os afazeres domésticos e as criações.

Dona Gita descreve que as casas eram de madeira, e construídas com traços artesanais e rudimentares, possuíam três cômodos, sala, quarto e a cozinha conjugada com o jirau[77]. A privada que não tinha ligação direta com a casa era construída sempre no fundo do quintal das colocações. As cozinhas em muitos casos, eram construídas na área externa da casa, podendo ter apenas a cobertura (o que facilita a saída da fumaça dos fogões a lenha). Nas paredes das cozinhas eram fixadas as panelas (tomando a vez do guarda louça), como se fossem ornamentos decorativos e não necessariamente utilitários domésticos. A sala geralmente era o lugar mais decorado da casa, nas paredes colocavam os quadros de santos e as decorações familiares. Os quartos eram compostos por redes e caixas de madeira que serviam para guardar os pertences de valores, como documentos e talhões de dívidas das filiais. Em muitas casas, os cômodos não possuíam portas, e na parte da frente, geralmente elas tinham uma janela que servia para dar melhor visibilidade para quem estava chegando.

Ao longo do rio Jari e agregadas às filiais extrativistas, as casas dos trabalhadores eram majoritariamente construídas obedecendo essa lógica estrutural, independentemente da localização geográfica da filial no rio. No caso da filial Iratapuru, as casas dos trabalhadores eram todas construídas no lado esquerdo da casa do gerente, e ligadas por uma passarela de madeira.

A filial estava localizada na margem direita do rio Iratapuru na confluência com o rio Jari, na época, situada no Território Federal do Amapá. Sua localização era estratégica, pois a

[77] Pequeno espaço da extensão da cozinha que possui uma pia suspensa, onde são lavadas e guardadas as louças e utensílios domésticos.

filial era responsável pelo armazenamento temporário da produção nativa que vinha das colocações do alto Jari. Na época que Dona Gita trabalhava aviada da filial, o gerente era o senhor Raimundo Baia, natural de breves e veio para administrar a filial logo depois da saída do Coronel José Júlio.

Mapa 3 – Localização da Filial Iratapuru

Fonte: Pesquisa de Campo, 2021. Adap. Wickloc, 2023.

Segundo Dona Gita, naquela época, existia apenas uma pequena concentração de oito casas ao lado da casa do gerente, um grande galpão, uma pequena taberna e um trapiche para embarcar os produtos. Dona Gita nos lembra, que as colocações que constituíam a freguesia da filial Iratapuru eram as mesmas desde os gerentes do Coronel José Júlio. No tempo dos portugueses, as primeiras famílias que já estavam presentes nas colocações de domínio da filial Iratapuru eram: as famílias do Queiros, Pascal, Velho Osvaldo, Primor, Merquidio e da Velha Elísia (a mais antiga da localidade, e que chegou na colocação por intermédio do José Júlio).

As colocações mais importantes economicamente e que estavam sob o domínio da filial Iratapuru eram: Boa Sorte, Novo Horizonte, Funil, São Francisco, São Miguel, Piuquara, Abacate, Munguba e Iratapuru, toda eram administradas por um núcleo familiar. Dona Gita afirma que apesar dos incentivos por parte do gerente para cultivar roçados eram poucas as famílias que tentavam essa prática, a maioria mesmo vivia dos produtos extrativistas.

Durante o trabalho de campo, visitamos as antigas áreas da filial Iratapuru, e ao decorrer da prospecção superficial não foi possível visualizar indícios estruturais da filial, uma vez que, segundo seu Roberto Gonçalves (morador que nos levou à área) o lugar foi totalmente inundado no ano de 2012, logo após a construção da hidrelétrica de Santo Antonio. *A imagem 6* demostra

o que dissemos da área de barranco da filial, um espaço que, segundo seu Roberto Gonçalves, era o local onde ficava o galpão de armazenamento.

Imagem 6 – Antiga área da Filial Iratapuru

Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

Em relação as atividades produtivas nas colocações aviadas pela gerência da filial Iratapuru, dois ramos de atividades eram as principais, a produção da balata e as atividades realizadas pelos gateiros.

Segundo Dona Gita, a extração da balata[78] era o principal ramo de atividade da filial. Os balateiros, como eram denominados os trabalhadores do ramo, se organizavam em grupos de cinco homens por embarcações, se aviavam com pequenas quantidades de mercadoria, o suficiente para durar cinco meses (de agosto a dezembro) como, farinha, sal, açúcar, café, feijão, arroz e todas as ferramentas para o trabalho. O trabalho do balateiro era uma atividade exclusiva dos homens, uma vez que, a atividade apresentava grande perigo, eles precisavam subir na copa das árvores para coletar o látex. Quando questionado sobre o papel das mulheres nesta atividade, Dona Gita conta que as mulheres tinham uma participação importante, só quando iam nas expedições, pois elas "ajudavam na defumação e na preparação da comida nos barracos, porém, era muito difícil uma mulher subir o rio com os balateiros" (Entrevista, MARIA LEITÃO, 2021).

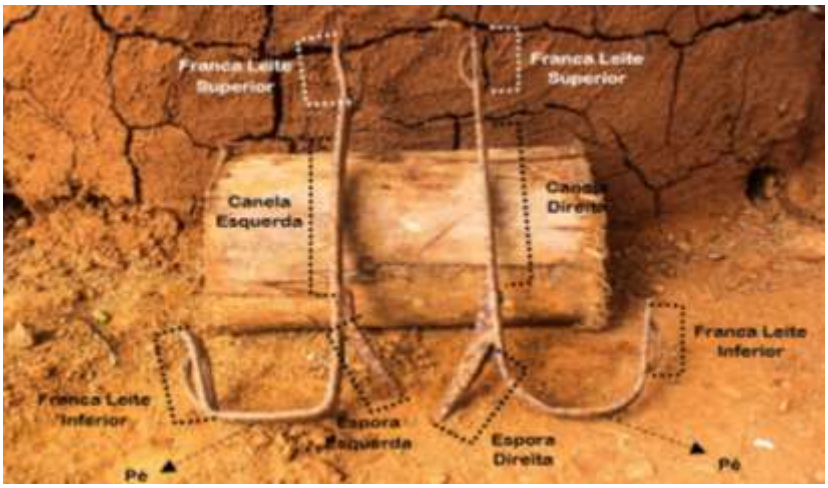
Quando a expedição estava pronta para subir o rio, os balateiros tinham que organizar os seus materiais individuais de trabalho, como, par de esporas, cinturão, arame de sete metros,

[78] A balata é uma espécie de goma elástica semelhante ao látex da seringueira, com o qual se produz um tipo de borracha.

chaveta, francaletes, embutidores, facão, machado, espingarda e munição. A viagem era sempre lenta e cuidadosa, levava em média dois dias e meio para chegarem nos balatais. Depois de desembarcar na margem do rio, as principais dificuldades eram fazer o descarrego das mercadorias e a preparação do tapiri[79] em um lugar seguro e estratégico.

Despois de montado a estrutura de morada provisória, o que geralmente durava um dia inteiro de trabalho, os balateiros saíamos cedo, ainda no escuro, em torno das cinco da manhã, e voltavam às 18 horas, depois de um dia inteiro de trabalho. *A imagem 7*, refere-se a um par de esporas que foi utilizada pelo esposo de Dona Gita, durante a atividade de campo ela descreveu as partes principais da bota que servia para que os balateiros pudessem subir com segurança nas árvores de balata para cortar e aparar o leite, além das esporas eles utilizavam um cinturão que era preso nas árvores.

Imagem 7 – Par de Esporas utilizadas pelos Balateiros



Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

As técnicas para a realização do trabalho eram tradicionais e rudimentares, seus instrumentos eram artesanais e rústicos. O corte nas árvores era feito em formato de espinha de peixe, de baixo para cima. Depois de "riscado" e coletado o látex, iniciava o processo de cozimento (jogava o látex em um puxador até dar o elástico), em seguida eram feitos blocos, o bolão. E por fim, depois de cinco meses de atividade, terminava o fabrico, e só assim a produção era transportada até a filial Iratapuru.

[79] São abrigos temporários feitos de forma artesanal em palha e algumas estacas de madeira, na Amazônia elas são muito úteis como morada para extrativistas como, seringueiros e castanheiro.

Outra atividade que era bastante rentável para a filial Iratapuru era a dos gateiros. A partir de 1960 durante a fase dos portugueses no rio Jari, enquanto a produção extrativista estava em declínio, uma parte significativa de trabalhadores se aventuraram em outro ramo de atividade, o marisco de gato, principalmente quando não estava no fabrico da castanha ou quando estes não conseguiam se aviar como balateiros.

O marisco de gato como era denominado pelos trabalhadores foi a atividade que envolveu a caça e a comercialização da pele de animais silvestres. Essa nova possibilidade de garantir a sobrevivência deu início a uma corrida desenfreada a procura por peles desses animais, sobretudo como atividade da filial, e para o comércio as escondidas com os regatões.

A atividade dos gateiros era realizada majoritariamente por homens eram que se embrenhavam nas matas em grupos de seis a dez homens em busca da pele e do couro de animais como, Jacaré, capivara, gato do mato, gato maracajá, veado, porco do mato e principalmente, a onça pintada que tinha o maior valor de mercado. Segundo Dona Gita, na época que ela trabalhava para filial existiam dois grupos de gateiros na região, um do Chico Onceiro e outro do seu Honório, para quem seu marido trabalhou como balateiro.

Segundo Matos & Caldarelli (2017), o mercado de "peles de fantasia", como também era conhecido o ramo da atividade, teve ascensão na Amazônia em decorrência do declínio da economia da borracha. Segundo a pesquisa dos autores, em algumas regiões amazônicas houve casos de patrões da seringa que deixaram as atividades da borracha para se dedicarem ao aviamento de gateiros, e intermediadores da venda de peles e couros.

No caso das colocações aviadas da filial Iratapuru, as atividades de gateiro eram sempre em conjunto com outras atividades, como o da balata e da coleta da castanha, uma vez que, os trabalhadores se organizavam em conjunto para sair nas expedições. Em alguns casos, e para garantir uma renda extra, alguns balateiros durante o período da noite se arriscavam na prática do marisco do gato.

As técnicas realizadas pelos gateiros para caçar os animais, em especial, a onça pintada que tinha maior valor de mercado, era a seguinte: no "arrasto", era utilizado uma isca (geralmente um macaco), esse animal era içado em um galho de árvore e amarrado com uma corda bem resistente. Feito a armadilha, o gateiro se posicionava para espreitar o animal em cima de um muta[80]. Quando o animal tentava comer a isca o gateiro disparava um tiro de arma de fogo. Dona Gita conta que a principal arma de fogo utilizado pelos gateiros era o revólver

[80] Uma espécie de abrigo ou assento de madeira bruta, construído no alto de uma árvore para dali espreitar a caça.

(calibre 38), pois o tiro tinha que acertar a cabeça evitando a perfuração de outras partes da pele do animal, ou seja, quanto menor a quantidade de furos na pele, maior o valor o gateiro recebia pela pele. Na técnica do alçapão, os gateiros construíam uma espécie de gaiola com galhos de árvore brutas, depois, era colocado uma isca. A isca ficava bem no fundo do alçapão conectada a um dispositivo ligado a tampa do alçapão. Quando a onça pintada começava a comer a isca o dispositivo era acionado e a tampa do alçapão era fechada, com o animal preso, o gateiro tinha mais facilidade para abater a presa.

Dona Gita relata que dentro da dinâmica de produção das colocações aviadas da filial Iratapuru, outras atividades de menor escala, como, a coleta da castanha e a prática da pesca artesanal eram realizadas por alguns trabalhadores, no entanto, a maior parte do ano e nos ciclos produtivos da floresta, a balata e as atividades do marisco do gato ganhavam mais atenção do gerente da filial.

A **Filial Cachoeira** foi sem dúvida o núcleo extrativista administrativo mais importante do rio Jari, primeiro pela sua posição geográfica e segundo pela quantidade de fregueses aviados pela filial. A filial Cachoeira passou por três fases de atuação econômica: a primeira, no período do Coronel José Júlio (1899-1948), a segunda no período dos portugueses (1948-1967) e a terceira no período do Projeto Jari, sob administração do SASI. Na fase do Coronel José Júlio, seu principal gerente foi o senhor Loureiro, que inclusive foi personagem da "Revolta do Zé Cezário".

O senhor Antônio Barbosa foi o último gerente da filial Cachoeira da época do Coronel José Júlio, e o primeiro gerente no período dos portugueses. Depois, aproximadamente no ano de 1960 quem assumiu a gerência foi o senhor Orlando Paes Barreto, paraense, de fisionomia ranzinza. Quando a filial foi transferida para o SASI, sob a gerência do Projeto Jari em 1967, seu Orlando Paes Barreto foi o grande responsável para recrutar os últimos trabalhadores da região para trabalhar com extrativistas dentro do SASI. Além das atividades da balata e do marisco do gato, a principal produção das colocações eram a seringa e a coleta da castanha.

Essas informações foram obtidas durante o trabalho de campo em entrevista com o senhor Alipe Rodrigues Pinheiro, de 72 anos, morador e natural da comunidade de Santo Antônio da Cachoeira (antiga filial). Segundo Alipe Rodrigues, o seu pai, o senhor José Rodrigues Pinheiro, natural do Rio Grande do Norte, chegou para trabalhar como balateiro e seringueiro na filial Cachoeira em 1925, na época a filial era gerenciada pelo João Padeiro, ainda na fase do Coronel José Júlio. Seu Alipe nos conta que começou a trabalhar com seu pai desde os dez anos de idade, e nunca mais parou de explorar os produtos do extrativismo.

Seu Alipe afirma que a vila da filial Cachoeira sempre foi movimentada por trabalhadores extrativistas, hora ou outra estava chegando trabalhadores para se aviarem vindo de diversas localidades do rio Jari. No inverno por exemplo, era o período da coleta da castanha, o movimento ficava ainda maior na filial, "vinha gente até das bandas do Paru e Arraiolos [rios]" (Entrevista, ALIPE RODRIGUES, 2021).

Imagem 8 – Antiga área da Filial Cachoeira

Fonte: Loren MacIntyre, 1993.

A filial Cachoeira estava localizada na margem esquerda do rio Jari e tinha o principal e maior barracão da região. A *imagem 8*, registrada pelo jornalista e fotógrafo americano Loren MacIntyre em 1993, mostra a antiga estrutura do barracão e parte do porto de atracação da filial Cachoeira. É possível notar que existe uma ligação direta entre o barracão e a vila de casa da antiga filial. Segundo seu Alipe, a vila de casas dos trabalhadores era bem simples, tinha aproximadamente umas vinte casas. Seu Alipe conta que as primeiras famílias que eram de trabalhadores aviados da filial, era a do seu pai, a do José Rodrigues, do Cazi, do Chicão, do João Pedro de Souza, do Curupira (Raimundo Nonato), do Seu Maneco, do Desidório e do Velho José Lobato.

Orlando Paes Barreto, foi o gerente que mais prosperou na administração da filial Cachoeira, ele foi o primeiro gerente a trazer um veículo automotivo para puxar castanha da localidade do Retiro. Para administrar a taberna, seu Orlando Barreto contava com ajuda do senhor Misógino que era o guarda-livros e os caixeiros, De 'Jota e Carfanaú. As principais colocações que eram importantes economicamente para a Filial Cachoeira eram, a colocação do Igarapé do Meio, Boa Vista, Panacari, Maicá, São José e, a mais rendável, a colocação do Retiro.

O retiro era a colocação mais distante sob a administração da filial Cachoeira. O *mapa 4*, demonstra o trajeto que os castanheiros realizavam a partir de estradas de piques de burro para chegar à filial. Segundo seu Alipe o deslocamento durava em média 12 horas de percurso e o transporte das castanhas era realizado sobre o lombo dos burros em estradas que mal dava para passar os animais.

Mapa 4 – Trajeto realizado por Piques de Burro

Fonte: Pesquisa de Campo, 2021. Adap. MyMaps, 2023.

A coleta da castanha era o principal ramo de atividade da filial. Seu Alipe conta que o trabalho dos castanheiros começava cedo, geralmente as 6 horas da manhã. As atividades nos castanhais eram realizadas de forma tradicional no período de inverno e durante a safra, que vai de janeiro a junho. Nesse período, eles se organizavam e dividiam as tarefas do trabalho dentro seu próprio núcleo familiar, neste caso, as mulheres e crianças participavam ativamente da coleta e da quebra dos ouriços. A forma de acesso aos castanhais era por meio de piques e varedas abertas na floresta. A coleta dos ouriços no chão era realizada com o auxílio do cambito[81], depois, era transportada nos paneiros até o local de beneficiamento. A quebra do ouriço para a extração das sementes era feita com um facão ou uma foice. Dado este processo, as castanhas eram acondicionadas em sacos de sarrapilha de 60 kg e transportadas até a filial.

Em campo, seu Alipe nos levou para visitarmos as ruínas da antiga filial Cachoeira, revivendo um tempo áureo, ele nos conta que a localidade era extremamente movimentada por diversos trabalhadores no período do fabrico da castanha. Como é possível perceber na *imagem*

[81] Uma espécie de pegador de ouriço feitos artesanalmente com pedaços de madeira.

09, atualmente só existem as estacas de madeira da filial, a fotografia traz nas entrelinhas o local que um dia já foi o coração econômico do rio Jari.

Imagem 09 – Estacas da Antiga Filial Cachoeira

Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

Das boas lembranças, seu Alipe se recorda que naquele tempo tinha trabalho para todo mundo, bastava ter coragem para entrar na mata e ficar lá por meses. De todas as atividades realizadas por seu Alipe em função da filial, o trabalho nos balatais é o que ele mais sente saudade, e recorda com muitas risadas das viagens que faziam com os amigos para alto rio Jari.

O trabalho nos seringais era outro ramo de atividade muito importante para a filial Cachoeira. Obedecendo a mesma dinâmica dos balatais, o trabalho do seringueiro era realizado dentro das matas. Geralmente, cada núcleo familiar era responsável por duas estradas de seringa[82]. As árvores das estradas ficavam afastadas umas das outras. O seringueiro iniciava o trabalho percorrendo a estrada em busca das melhores árvores, em seguida, cortava a seringueira com a faca própria para fazer as bandeiras (risco em forma de espinha de peixe) e coloca tigela. Seu Alipe afirma que todo esse processo durava o dia todo, e as vezes até a madrugada, dependendo da vontade do seringueiro. Após esse processo, a família toda se envolvia no trabalho para fazer a defumação do látex. Seu Alipe afirma que o seringueiro ainda tinha que se virar para levar aquilo que era produzido rumo a filial.

O trabalho feminino era muito importante nas colocações de seringa, muitas, além de passar o dia todo na mata ainda tinham que se desdobrar em fazer a defumação e as tarefas das

[82] A "estrada de seringa" são locais com alta concentração de árvores (seringueira) geralmente essas áreas possuem de 100 a 160 árvores, em uma circunferência de aproximada de 5 hectares.

colocações, como cuidar das crianças, cozinhar, lidar das crias e plantar as hortaliças. Segundo Wolff (1999), a presença do trabalho feminino desempenhou um papel importante dentro das dinâmicas dos seringais, mesmo com os patrões tentando enraizar na mente dos trabalhadores que a extração do látex era prioridade, as mulheres se dedicavam a outas atividades extras nas colocações como, a agricultura e a criação de animais de pequeno porte. Essas atividades possibilitaram, em certa medida, a independência alimentar de produtos como carnes, hortaliças e legumes que antes eram aviados nas filiais extrativistas. No tempo dos portugueses não foi diferente, uma vez que, os gerentes permitiam a prática dessas atividades nas colocações no Vale do Jari.

A **Filial Padaria** geograficamente era a última filial do médio Jari, sua posição era estratégica pois controlava a produção das colocações com os maiores castanhais da região, tais como, Açaizal e Tira Couro. A filial passou por três fases econômicas: a primeira, como acampamento de seringueiros e castanheiros no período do Barão de Gurupá (1840-1899); a segunda no período do Coronel José Júlio (1899-1948) e a terceira, no período dos portugueses (1948-1967). Na fase do Projeto Jari a filial foi desativada com intuído de construir uma Silvivila de trabalhadores florestais da empresa.

Em 1882 o jovem José Júlio de Andrade chegou à Padaria, "(...) Foi neste local que realmente José Júlio teve contato direto com a potencialidade da região" (LINS, 1991, p.35). O nome *Padaria* é em homenagem ao senhor João Padeiro, um dos primeiros moradores da comunidade, que se estabeleceu no território por volta 1870, antes da entrada do Coronel José Júlio. João Padeiro foi um importante trabalhador que ajudou a fundar a vila e a organizar grupos de seringueiros e balateiros para as empreitadas extrativistas do Coronel José Júlio. João Padeiro era também o único trabalhador que produzia pães artesanais na região.

Quem nos conta esses relatos é o senhor Benedito Pereira da Silva, "Pereira" de 84 anos, natural de Breves, e morador da localidade desde 1956 (65 anos). Segundo seu Pereira, ele foi morar na filial em companhia do seu pai, o senhor Francisco Pereira da Silva, que já trabalhava com extrativismo na região desde 1935 nas colocações em Jarilândia (antiga filial Limão). Seu Pereira começou a trabalhar com a coleta da castanha junto com seu pai, aos onze anos de idade, e de lá para cá nunca mais parou de trabalhar. Segundo ele, a vila era de aproximadamente quinze casas, todas, inclusive a filial ficava na parte de barranco. A estrutura da filial era bem simples, tinha um galpão, a casa do gerente, a taberna, a igreja e um pequeno trapiche.

A filial Padaria estava localizada na margem esquerda do rio Jari, o barracão era suspenso sobre estacas de madeira como registrado na *imagem 10*, publicada nos trabalhos de

Lins (1991). Para facilitar a atracação das embarcações muitos barracões eram construídos nas margens e dentro das partes rasas dos rios. No caso das casas do gerente, elas eram construídas sempre na parte alta da localidade, obedecendo a lógica hierárquica de estar acima de tudo, como demostrado na *imagem 11*.

Imagem 10 – Antiga área da Filial Padaria

Fonte: Cristovam Lins, 1991.

Imagem 11 – Antiga Casa do Gerente

Fonte: Jariphotos, 2014.

Durante a fase dos portugueses, o número de trabalhadores da filial era bastante reduzido, o gerente era o senhor Benedito Baia - o Velho Ioiô, o guarda-livros era o senhor Damião, o caixeiro era o senhor Pelado, e ainda tinham um braçal e um apontador que cuidavam do embarque dos produtos no navio. Segundo seu Pereira, o próprio trabalhador (seringueiro – castanheiro) era o responsável pelo embarque de seus produtos nos navios, ao menos na filial Padaria, já que ela não tinha trabalhadores braçais que desempenhavam essas funções.

A filial Padaria tinha como principal atividade a coleta da castanha e a sua maior colocação era a do Tira Coro. A região do Tira Couro concentrava muitos castanhais e ao mesmo tempo, centenas de famílias que mantinham residência dentro desses castanhais. O *mapa 5*, demonstra o trajeto que os castanheiros realizavam a partir de estradas de piques de burro para chegar a filial. Segundo seu Pereira o deslocamento durava em média 8 horas de percurso.

Mapa 5 – Trajeto do Tira Couro a Filial Padaria

Fonte: Pesquisa de Campo, 2021. Adap. MyMaps, 2023.

Seu Pereira conta que no tempo dos portugueses os primeiros trabalhadores a ocuparem os castanhais nas colocações do Tira Coro foram a do senhor Jozimo, Esmeraldo, Manoel Venâncio, Dominguinhos, Manoel Lauro, João Vieira, José Pereira e Benedito Baia. Hoje a população residente na Padaria é composta majoritariamente por parentes, filhos, netos, bisnetos e tataranetos desses trabalhadores da floresta.

A **Filial São Militão** era localizada na margem direita do rio Jari, no lado do Pará e foi o primeiro núcleo administrativo extrativista da região do Baixo. A unidade estava situada em um ponto estratégico em confluência com o igarapé São Militão e era responsável pela produção de ao longo do curso de águas do igarapé. As suas duas grandes colocações estavam também situadas no Pará, a colocação Bananal e o Repartimento do São Militão. A filial passou por duas fases de atuação econômica: a primeira, no período do Coronel José Júlio (1899-1948) e a segunda no período dos portugueses (1948-1967).

O *mapa 6* refere-se à trajetória de deslocamento que a filial foi obrigada a fazer no 1968 como uma das medidas tomadas pelo Projeto Jari para evitar o avanço da comercialização extrativista próximo a região de suas instalações industriais. No entanto, o fim das atividades

na filial aconteceu um ano após a mudança de local, uma vez que, toda a produção dependia dos seringais e castanhais que foram derrubados para a plantação da monocultura para satisfazer a produção da celulose.

Mapa 6 – Transferência da Filial São Militão

Fonte: Pesquisa de Campo, 2021. Adap. MyMaps, 2023.

Durante a fase dos portugueses o gerente da filial era o senhor Adecildo, o "Delé". Na administração da taberna, o Guarda-livros era o senhor Venâncio e os Caixeiros era o senhor Joaquim e Luisinho, a filial ainda possuía dois braçais e um canoeiro, o seu Milico. A área da filial era composta, por um galpão de armazenamento, a casa da gerência e a vila com apenas dez casas dos trabalhadores. Bananal e Repartimento do São Militão eram as duas colocações mais importantes para a filial, tinham uma grande concentração de seringas ao longo do curso de águas do igarapé São Militão.

Mapa 7 – Localização da Colocação Bananal

Fonte: Pesquisa de Campo, 2021. Adap. MyMaps, 2023.

Entre as duas colocações, a mais produtiva era a do Bananal, que tinha aproximadamente 40 estradas de seringa e mais de vinte famílias aviadas trabalhando na região. O *mapa 7*, demostra a rota produtiva que saia da colocação do Bananal para a filial São Militão. O percurso era de aproximadamente 10km descendo o igarapé até a foz no rio Jari. Todo o processo de defumação da seringa, tanto das colocações do Bananal quanto do Repartimento do São Militão eram realizadas no defumador da filial, e não nas colocações como era de costume fazer em outras localidades. Segundo seu Dominguinhos, isso era possível, devido a facilidade de armazenar e a rapidez em descer o igarapé com o látex até a filial.

O responsável por esses relatos foi o senhor Manoel Domingos Cardoso - "Dominguinhos", de 65 anos, natural da comunidade do Bandeira/PA, e morador do São Militão desde 1966 (55 anos). Segundo seu Dominguinhos, a sua mãe, a dona Joana Cardoso Dantas que era filha de cria do Coronel José Júlio, nasceu no Ceará em 1915, e aos sete anos de idade, em 1922 foi trabalhar como seringueira na Filial do Bandeira. Naquela época, a vila de São Militão só possuía cinco famílias. O morador mais antigo da vila era o senhor Militão, um dos primeiros seringueiros a chegar na região que veio trabalhar a mando do Coronel José Júlio, daí o nome do Igarapé ser em homenagem ao nome dele.

Seu Dominguinhos começou a trabalhar com o extrativismo junto com sua mãe, aos 10 anos de idade. Primeiro, ele trabalhou na seringa e balata e por último como castanheiro, sua profissão que exerce até hoje. Em campo, ele nos levou para visitarmos as ruinas da antiga filial. Como é possível perceber na *imagem 12 e 13*, a filial era localizada em uma área alagada, próxima a vila operária de Monte Dourado. Durante a prospecção de campo foi possível localizar algumas estacas de madeira que serviam de alicerce do barracão.

Imagem 12/13 – Estacas de alicerce do Barracão

Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

Durante a fase dos portugueses o principal produto explorado pela filial foi a seringa, no entanto, a coleta da castanha foi outra atividade bastante rendável para a filial. Seu Dominguinhos afirma que a maioria dos trabalhadores aviados na filial passavam o ano todo trabalhando, isso porque "como a filial só mexia com esses dois fabricos, no inverno era a castanha e no verão era a seringa, todo tempo tinha trabalho" (Entrevista, MANOEL DOMINGOS, 2021).

A fala do seu Dominguinhos é o reflexo da dinâmica de produção das colocações situadas ao longo do rio Jari, geralmente essas produções eram baseadas nos ciclos naturais, por exemplo, no período do inverno (de janeiro a junho) explorava-se a castanha e outras sementes, e no período do verão (julho a dezembro) explorava-se a balata e a seringa.

Ainda neste contexto de sazonalidade do ambiente, Alencar (2016), afirma que essa estratégia que combinava diferentes atividades lugares e períodos variados conforme as produções na floresta contribuiu para que as famílias não mantivessem uma residência fixa, pois geralmente passavam a metade do ano em locais distintos, principalmente porque as famílias não dispunham de tempo para fazer roças, elas dependiam dos patrões para ter acesso a esses produtos, em especial a farinha de mandioca, principal item para sua segurança alimentar.

Em todo caso, o trabalhador tinha que produzir o ano todo, não só porque tinha trabalho, mas, pelo sistema de aviamento, tinha que saldar suas dívidas com os gerentes, e evitar iniciar o próximo fabrico com saldo devedor, nem que para isso tivesse que entrar nessa jornada os filhos ainda jovens, com idade de 10 anos, como no caso de seu Dominguinhos.

A **Casa Caracuru** como era conhecida a filial, estava localizada no rio Caracuru em confluência com o rio Jari. A casa ocupava uma posição geográfica bastante estratégica, pois ela recebia toda a produção da região do igarapé do Inferno, rio Caracuru, inclusive da filial Bandeira e da Rota dos Pilões, locais de grande concentração de castanhais.

O *mapa 8* apresenta as rotas de escoamento de produtos que eram explorados pela Casa Caracuru. O contexto de exploração dos produtos eram a partir de três rotas sob influência do Porto São João: a rota do rio Caracuru, cujos limites era a colocação Grota Rica; a rota das colocações dos Pilões e a rota da produção dos fregueses da filial Bandeira. Devido à distância dos castanhais, a produção das colocações da Rota dos Pilões era realizada em dois tombos[83], o primeiro na filial Bandeira e o segundo no porto São João, daí seguiam até o destino da Casa Caracuru.

[83] Uma parada de armazenamento provisório e temporário em um determinado local da companhia, no caso uma filial, para depois seguir ao seu destino até a Casa Caracuru.

Mapa 8 – Rotas de escoamento da Produção para Casa Caracuru

Fonte: Pesquisa de Campo, 2021. Adap. MyMaps, 2023.

O mapa apresentado no trabalho, foi construído a partir das lembranças do passado, e foram pontuadas pela memória da produção econômica dos entrevistados. O grande responsável por desenhar as rotas foi o senhor Idalécio Pinto Rodrigues, de 86 anos, natural do Rio Lourenço/PA e morador do Vila Nova (rio Caracuru) desde 1943 (78 anos).

A convite de um amigo, no dia 7 de janeiro de 1943 seu Idalécio junto com os três filhos e a esposa chegaram na boca[84] do rio Jari. Naquele mesmo dia, e após se aviar na filial, seu Idalécio subiu o rio Caracuru em direção a colocação do Nova Vida, na localidade ele e sua família foram trabalhar na coleta da castanha.

Seu Idalécio nos conta que, quando chegou na colocação, as famílias do senhor Raimundo Nazaré, Antônio Mourão de Souza e Lourival Ferreira já ocupavam as margens do rio. Naquela época a região sempre foi pouco frequentada por trabalhadores, porém, no período do fabrico da castanha a localidade chegava a receber aproximadamente 80 famílias de trabalhadores que se distribuíam em diversas colocações ao longo do rio.

A Casa Caracuru passou por três fases de atuação econômica, a primeira no período do Coronel José Júlio (1899-1948); a segunda no período dos portugueses (1948-1967); e a terceira no período do Projeto Jari (1967-1982). Durante a fase dos portugueses, a filial que historicamente desenvolvia só a coleta da castanha, passou a fomentar as atividades da agricultura familiar nas colocações. Essa medida, segundo seu Idalécio, ajudava abastecer as colocações mais distantes da filial, tendo em vista a dificuldade de acesso, principalmente nas colocações do Grota Rica e Rota dos Pilões.

[84] Boca do rio como é conhecida na região amazônica é a expressão popular que significa foz do rio, embocadura ou ponto onde o rio deságua.

A divisão do trabalho da Casa Caracuru seguia a mesma dinâmica das demais filiais, o gerente era o senhor José Tavares Lima, o Zé Tavares, como era conhecido carinhosamente pelos seus fregueses. Zé Tavares tinha a fama de ser muito generoso e sempre procurava ajudar seus fregueses. A taberna possuía três caixeiros, Mesquita, Zelão e Pedro. O Guarda-livros era o Miguel Tavares, filho do Zé Tavares.

Por volta dos anos de 1960 seu Zé Tavares ordenou a criação de uma sede da Filial Caracuru na localidade do Nova Vida, essa medida tinha como objetivo facilitar as retiradas de mercadorias dos aviados das colocações da região do Grota Rica, evitando assim, que os trabalhadores se deslocassem para a Casa Caracuru. Os gerentes que atuaram na sede da filial foram, primeiro o senhor Samuel, o senhor Gone, e por último o Seu Pedrinho.

A Casa Caracuru exercia um papel estratégico importante no baldeio de produtos para a matriz Jarilândia. As colocações mais importantes economicamente para a Casa Caracuru eram: Grota Rica, Nova Vida, Pedral, Tinguelingue, Vila dos Gatos, Palheta, Santa Maria, Margarida, Braço e Beiradinho do São Miguel. De todo modo, a produção da castanha nessas colocações sempre foi a atividade mais rendável para a filial, porém, outras atividades de menor escala, como, a seringa e os produtos da agricultura familiar, principalmente o fabrico de farinha de mandioca eram realizadas por alguns desses trabalhadores.

A **Filial Paraguaia** foi a primeira filial do Baixo Jari e tinha como principal produção o cultivo da *juta*[85]. Segundo Matos (1996), em 1929 a cultura da juta foi introduzida no estado do Amazonas para a produção da fibra têxtil vegetal. Com a grande demanda de fibra para a produção de sacaria na exportação do café, os agricultores japoneses iniciaram um processo de expansão do cultivo para as áreas do estado do Pará, principalmente, para a região do Baixo Amazonas[86], cujas características de áreas de várzeas eram propícias para o plantio do vegetal. A partir de 1938 a cultura da juta ganhou impulso em diversas regiões do Pará, vivendo um período áureo até 1965.

Na região do rio Jari não foi diferente, a cultura da juta foi introduzida na fase dos portugueses por volta de 1953. De acordo com o senhor Pedro Barbosa, a região de cultivo da juta sob o domínio da filial Paraguaia era localizada na margem direita do rio Jari e compreendia uma grande faixa de áreas de várzeas, como podemos observar no *mapa 9*. Nessas áreas,

[85] A juta (Corchorus capsularis) é uma fibra têxtil vegetal que provém da família Tilioideae.

[86] Segundo o IBGE, o Baixo Amazonas compreende os municípios de: Faro, Juruti, Terra Santa, Óbidos, Oriximiná, Alenquer, Belterra, Curuá, Mojui dos Campos, Monte Alegre, Placas, Prainha, Santarém, Almeirim e Porto de Moz, todos do estado do Pará.

aproximadamente 50 famílias eram responsáveis pelo cultivo do vegetal, inclusive a família do senhor Pedro Barbosa que até o ano de 1965 trabalhou com juta.

Seu Pedro Barbosa Lobato, o "Jacaré", como é conhecido na região, têm 70 anos, e é natural da Vila do Paraguaia. Segundo seu Pedro Lobato, no ano de 1958, com apenas oito anos de idade, ele começou a trabalhar no cultivo da juta em companhia do seu avô, o senhor Fabriciano Barbosa Lobato, por quem foi criado. Seu Fabriciano Barbosa nasceu no ano de 1915 no estado do Ceará, e com quinze anos de idade, em 1930, veio para a região do rio Jari trabalhar como seringueiro na companhia do Coronel José Júlio. Naquela época, a filial Paraguaia tinha como principal ramo de atividade a seringa e a balata. O avô do seu Pedro Barbosa sempre trabalhou nas áreas da filial, primeiro, como seringueiro, depois como capataz, e no período dos portugueses, de 1953 a 1967 foi um dos principais juteiros da região.

Mapa 9 – Área de Cultivo da Juta

Fonte: Pesquisa de Campo, 2021. Adap. Wickloc, 2023.

Seu Pedro Lobato nos conta que o trabalho com o cultivo da juta era bastante árduo e funcionava da seguinte maneira:

> Cada juteiro tinha uma área que era dada pelo gerente, daí, começava o trabalho. Primeiro era feito o plantio, cada um reunia sua família e ia semear a área, não precisava limpar ou queimar porque era área alagada [várzea], bastava jogar a semente e esperar grelar os talos, que com uns quatro meses de tempo a planta já tinha talo pronto para cortar. (...) O corte era feito rente a terra. (...) geralmente se usa foices no corte. Depois de todas as plantas cortadas, limpávamos as folhas e deixava mergulhadas em feixes 50cm dentro dos rios por quinze dias. Depois e feita a separação, a fibra é separada da casca e colocada para secar em um varal. Depois faz

> o bolão de feixe e entrega na filial. Naquela época os feixes iam para a fábrica em Santarém, onde o pessoal fazia as sacas para colocar açúcar, feijão, arroz e até castanha (Entrevista, PEDRO LOBATO, 2022).

A fala do senhor Pedro Lobato referindo-se a entrega da juta "a fábrica em Santarém", diz respeito a comercialização realizada entre os empresários portugueses e a Fábrica de Fiação e Tecelagem de Juta de Santarém – TECEJUTA, fundada em 1951 por um grupo de 17 sócios, incluindo os membros da Associação de Juteiros de Santarém. A fábrica foi criada com o objetivo de realizar o processamento da juta e a fabricação de sacaria para a indústria do café, bem como, para abastecer os comerciantes do Baixo Amazonas (MATOS, 2016).

Em relação aos quatro meses necessários para o corte da juta, e que foi levantado na fala do seu Pedro Lobato, ele nos conta em entrevista, que esses meses de espera não significava dizer que o trabalhador ficava sem produção ou renda, mas, que depois que ele semeava a juta (o que acontecia geralmente no mês de janeiro), o trabalhador procurava um outro produto do ciclo natural da floresta para garantir sua renda enquanto esperava a juta ficar propícia para corte. Esse trabalho era geralmente na produção da castanha, uma vez que, o fabrico da castanha durava em média de janeiro a junho, e seu auge era nos meses de março a abril. De todo modo, seu Pedro Lobato explica que o principal produto explorado pela filial era a juta, mas, muitos trabalhadores se aventuravam em outras atividades com objetivo de saldar seus débitos na gerência.

A filial Paraguaia passou por duas grandes fases econômicas, a primeira, no período do Coronel José Júlio (1899-1948) cuja produção da seringa era o seu principal produto, e a segunda no período dos portugueses (1948-1967) durante o *boom* da juta. Na fase do Coronel José Júlio, a filial era um pouco menor, a vila tinha aproximadamente quatro a cinco casas, isso porque as áreas dos seringais eram escassas. Nessa época o gerente da filial era o senhor Raimundo Bezerra da Cunha, que junto com seus filhos coordenava a gestão das colocações.

Na fase dos portugueses, a partir de 1951 assumiu a gerência o senhor José Marcelino. Depois em 1955, e no auge da juta, o senhor Raimundo Leão foi o gerente. Ele foi o grande responsável por desenvolver a vila e distribuir os plantios para os juteiros. Na estrutura da filial, e na organização da taberna, o senhor Basílio passou a ser o Guarda-livros e os caixeiros eram os senhores Eugênio Anastácio. O senhor Pedro Lobato recorda que as primeiras famílias de juteiros que atuavam na região eram a do senhor José de Paula Batista, Basílio, Casimiro e Francisco Viana, todas essas famílias eram de trabalhadores que estavam situados no rio Jari desde os tempos do Coronel José Júlio.

A **Colônia Agrícola do Aruru**, que possuía esse nome em referência ao igarapé que banha a comunidade, estava localizada na margem esquerda do rio Jari em confluência com o igarapé Aruru. Antes de se tornar um assentamento agrícola, a família do senhor Vivaldo *de tal*, já explorava os poucos castanhais situados na região, e eram aviados da filial Bom Jardim, ainda na fase do Coronel José Júlio.

No entanto, a partir da fase dos portugueses e para incentivar a produção de farinha de mandioca local, em 1950 foi criada a Colônia Agrícola do Aruru, projeto constituído pelos empresários portugueses em parceria com o Território Federal do Amapá no Governo de Janary Nunes (1944 - 1955) como parte da política de desenvolvimento do território. O projeto que estava integrado ao contexto nacional, tinha como objetivo fomentar a agricultura familiar e ocupar o Território Federal do Amapá. A produção principal do projeto de assentamento agrícola era o plantio da farinha de mandioca e o cultivo de arroz. O sucesso do plantio da mandioca foi possível porque as "terras pretas[87]" eram bastante férteis e ocupavam boa parte do território do projeto. Neste contexto, a intenção dos empresários era abastecer o mercado interno, e principalmente as muitas filiais extrativistas situadas ao logo do curso do rio Jari.

O *mapa 10* demostra a dinâmica produtiva e econômica dos produtos que saiam da Colônia Agrícola do Aruru. Depois de fabricada a farinha de mandioca e realizado a colheita do arroz, os produtos eram transportados através de caminhos de piques de burro de aproximadamente nove quilômetros até o Porto do Aruru, de lá, seguiam em direção a filial Bom Jardim para serem distribuídas, uma parte para as filiais extrativistas e outra para a sede do Território Federal em Macapá.

Durante o trabalho de campo, entrevistamos o senhor Henrique Matias de Almeida, de 56 anos, natural e morador da Colônia do Aruru desde 1965. Segundo seu Henrique Matias, por volta de 1958, o seu pai, Amadeus Matias de Almeida, que era natural de Gurupá, pegou uma pequena embarcação e foi, aos 15 anos de idade, trabalhar na extração da seringa no Alto Jari, a convite de um amigo que já trabalha na região. Depois, em 1960 e já trabalhando potencialmente como lavrador, ele foi em busca de uma área para produzir farinha de mandioca na Colônia Agrícola do Aruru, local que já concentrava muitas famílias.

Segundo seu Henrique Matias, quando a sua família chegou na colônia, quase todas as áreas já estavam ocupadas por agricultores, esses agricultores eram, o seu Pará, Benedito Carvalho, Zé Batista, Zé Carvalho, Mandico, José Maria, Dona Raimunda, Zé Júlio, Domingas,

[87] As Terras Pretas de Índio (TPI) como são conhecidas na Amazônia é a denominação para os solos que apresentam horizontes superficiais escuros. Essas terras são resultados da ação humana de tempos passados, ocasionada principalmente pelo acúmulo de resíduos orgânicos e uso do fogo na sua carbonização.

Cabaia, Nazareno, Wilson, Waldo, Alfredo, Diguinho e diversos outros famílias que ele não recorda os nomes.

Mapa 10 – Roda da produção da Colônia do Aruru

Fonte: Pesquisa de Campo, 2021. Adap. MyMaps, 2023.

Essas famílias trabalhavam na colônia durante o ano todo, por exemplo, no período de inverno (janeiro – junho) eles produziam arroz, e no verão (julho – dezembro) eles produziam farinha de mandioca. Porém, com a escassez de áreas alagadas e o início do cultivo nas áreas pertencentes a filial Jarilândia, ocorreu um enfraquecimento da cultura do arroz na colônia. Com isso intensificou-se a produção de farinha de mandioca durante o período do inverno e do verão, o que levou o crescimento populacional da vila para quase 50 famílias de agricultores.

Imagem 14 – Família do senhor Henrique Matias

Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

A preparação da farinha de mandioca, como é relatada pelo senhor Henrique Matias, é realizada de modo tradicional, da mesma forma que ele aprendeu com seu pai. Primeiro é realizado na área do plantio a técnica da coivara[88].

A introdução do método da coivara acontece logo após a derrubada das árvores nativas para o plantio da maniva[89]. Depois de adultas e cortadas, começa o processo de produção. A raiz da mandioca é lavada, descascada, triturada, ralada, prensada, peneirada e por último, é colocada para ser torrada. De modo tradicional e manual, as ferramentas utilizadas para o desbaste, o plantio e o preparo do solo, são: as enxadas, os cutelos e os facões. Naquela época todo o material utilizado para a produção de farinha de mandioca era retirado na filial Bom Jardim. Assim, nesses territórios do comer e do viver amazônico, o cultivo da mandioca confere uma considerável importância sociocultural para esses trabalhadores que além de labutar coletando produtos da floresta, tinham que produzir alimentos para sua segurança alimentar.

A **Filial Bom Jardim** foi uma importante unidade administrativa que atuava especificamente no fabrico da castanha e na distribuição de farinha de mandioca que vinha da Colônia Agrícola do Aruru. A filial passou por duas fases de atuação econômica, e foi desativada durante a fase do Projeto Jari. Na fase do Coronel José Júlio, em termos estruturais a filial era uma das maiores da região do Baixo Jari, a vila tinha aproximadamente 30 casas de fregueses e explorava a seringa e castanha, nessa época o gerente administrativo era o Capitão Eneias Góes.

Maria Oneide Pereira Soares, a “Dona Mimi”, de 65 anos, foi uma de nossas entrevistadas durante a pesquisa de campo. Maria Oneide é natural de Breves e moradora da comunidade do Bom Jardim desde 1961 (60 anos). Segundo ela, em 1958 o seu pai, Artêmio Soares, que era natural de Breves, foi trabalhar como seringueiro na região do rio Jari, mais especificamente na colocação do Itapucu, nessa época, dona Maria Oneide tinha três anos de idade, e veio para a região na companhia dos irmãos e da mãe, Rosalina Pereira dos Santos, que também era natural de Breves.

A família de Maria Oneide ficou três anos explorando os seringais da colocação do Itapucu, e em 1961 a convite do gerente Eneias Góes, eles foram trabalhar com a exploração da castanha aviados da filial Bom Jardim. Dona Maria Oneide nos conta que a filial sempre foi movimentada por castanheiros e agricultores.

[88] É uma técnica agrícola tradicional. define-se, em geral, por poucos anos de cultivo, seguidos de muitos anos de repouso. A plantação inclui o corte, a derruba e a queima da floresta nativa, onde o fogo desempenha papel fundamental (Cf. GUIMARÃES, 2014).

[89] A maniva, como é conhecida por agricultores da Amazônia é um pedaço do tronco adulto da mandioca que é plantado para dar origem a uma nova cultura.

No período do verão, devido à falta de castanha, muitos trabalhadores procuravam as atividades da juta, que eram situadas nas colocações da filial do Porto Alegre ou as atividades da pesca artesanal na foz do rio Jari. Essas atividades ajudavam os trabalhadores a manterem uma renda duramente a escassez da castanha. O pescado por exemplo, era entregue na filial Santana do Cajari, matriz administrativa do contexto do rio Cajari e que era gerenciada pelo Capitão Crispim.

Dona Maria Oneide recorda que os trabalhadores que moravam na vila da filial eram quase todos de uma mesma família, a exemplo do Eneias Góes, Antônio Olinto, Joaquim Pantoja, Joaquim Rocha, Antônio Rocha. Por volta de 1961, e já com a idade avançada o senhor Eneias Góes deixou de administrar a filial e passou para seu filho, o Adamor Góes. Nessa época, a administração da taberna era constituída por Antonio Olinto, que era o Guarda-livros.

Durante a prospecção de campo foi possível contatar, resquícios da antiga filial, como demostrado na *imagem 15 e 16,* dona Maria Oneide nos levou no local exato onde ficava a parte do trapiche do galpão de castanha.

Imagem 15/16 – Estacas da Antiga Filial Bom Jardim

Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

A área administrativa da filial Bom Jardim era composta, por um grande galpão de armazenamento, a casa da gerência, a vila de casas dos trabalhadores e um pequeno porto de atracação. As colocações mais importantes economicamente para a filial eram, as da região do Tuchaua, Açaizal e Paga Dívida.

Diferente de outras filiais do rio Jari, a **filial Marapi** foi a única que mudou de ramo de atividade na transição entre a administração do Coronel José Júlio e a companhia dos portugueses. Segundo seu Zeferino Sampaio, até meados dos anos de 1950 o principal produto

explorado era a juta e a seringa, depois, principalmente, com a entrada do gerente Loló, as áreas das colocações foram transformadas em retiro para criação de gado de corte.

Zeferino Pinheiro Sampaio, de 71 anos é natural da Fazenda Saudade e morador do Marapi desde 1962 (59 anos). Segundo seu Zeferino Sampaio, em 1940 o seu pai, Benedito Sampaio, que era natural do Xingu, veio trabalhar como seringueiro na colocação da região da filial Jarilândia. Com isso, por volta de 1950, ele foi trabalhar na Fazenda Saudade com manejo do gado de corte, neste mesmo ano seu Zeferino Sampaio nasceu.

No ano de 1962 e com 12 anos de idade, a família de seu Zeferino Sampaio foi morar e trabalhar na filial Marapi com a criação de gado. Ele nos conta que, por causa do vasto pasto de capinzal e a pouca produtividade da juta, o gerente Loló resolveu mudar o ramo de atividade da filial e começar a trabalhar com o manejo do gado, uma vez que, com a expansão da Fazenda Saudade (Gerência Geral) e o aumento das cabeças de gado, faltavam áreas de pasto para a prática da atividade.

As primeiras famílias de vaqueiros designados para tal missão, eram as do seu Manoel da Silva, Guilherme Silva, Joaquim Procópio, João Procópio, João Duarte, Antônio Leão, Benedito Lopes e Buena, todos descendentes da Ilha do Marajó e vaqueiros tradicionais marajoaras.

Na fase dos portugueses as atividades com o manejo de gado, eram todas rudimentares e específicas do trabalho nas áreas de alagado da região amazônica. O gerente ocupava a figura central da fazenda, ele era o responsável por distribuir as atividades e fiscalizar o trabalho de campo dos vaqueiros. Já os vaqueiros eram a força motriz da fazenda, eram eles os responsáveis pelo trabalho árduo e contínuo com a criação do gado. O vaqueiro passava boa parte do seu tempo fiscalizando e movimentando os gados em diversas áreas de pastos da filial.

Em alguns casos, e levando em consideração as áreas de campo de várzea da região da filial do Marapi, as atividades do vaqueiro era marcada por duas estações bem distintas. No inverno, os vaqueiros se movimentam nos pastos em embarcações do tipo canoas e cascos, todas movidas a remo. E no período do verão, o trabalho no pasto era realizado a cavalo ou a pé mesmo. No período do verão, acontecia também as atividades de vacinação, castração, além das atividades de reparo das cercas e currais.

Durante a fase dos portugueses as atividades com o gado sempre foram voltadas para a cultura bovina, especificamente, o ramo de criação de gado de corte. Com a entrada do Projeto Jari, e a mudança da gerência, a filial passou a ser comandada pelo senhor Armando Teixeira,

que substituiu a bovinocultura pela bubalinocultura[90], e, é também neste período que a filial muda de nome para "Fazenda São Carlos". Segundo seu Zeferino Sampaio, a Grupo Jari revolveu investir apenas em búfalo, uma vez que, os animais que se adaptavam melhor as condições alagadas das áreas de várzea da antiga filial.

Devido à grande concentração de madeiras nobres nas colocações da filial, como amarelão (Apuleia leiocarpa), jatobá (Dinizia excelsa) e piquiá (Caryocar villosum), a **Filial Baioá** tinha um movimento peculiar de trabalhadores sazonais, pois apesar de explorar a castanha, ela também era responsável pela produção de embarcações, principalmente, do tipo canoa.

As primeiras famílias de carpinteiros navais da filial Baioá vieram das ilhas do Pará e foram trazidas para região do rio Jari na fase dos portugueses. Esses trabalhadores tinham vasta experiência no ramo da atividade, porém, viviam mudando de colocação, uma vez que, pela sua habilidade em construir canoas eles acabavam mudando de filial, dependendo muito da boa oferta dos gerentes pelo seu trabalho.

No caso da filial Baioá, o gerente Alberto Pessoa de Lima concentrou o fabrico das canoas em duas famílias, a do seu Raimundo Paz da Silva, e a família do seu irmão, o senhor Ataíde Pessoa de Lima. Essas famílias de trabalhadores artesanais da carpintaria naval, tinham um modo de vida baseado na relação mútua entre a natureza e a sua arte, e isso se dava desde a escolha da madeira para a construção de um determinado tipo de canoa.

Essas embarcações representavam um importante elemento cultural para essas famílias, uma vez que, elas representavam a herança viva da cultura imaterial, deixada pelos povos tradicionais habitantes das margens dos rios da Amazônia, ou seja, "a arte de entalhar madeira [...] foram aprendidas, passadas e acumuladas oralmente e sem registros, de "pai para filho" até os mestres da carpintaria de nossos dias (MASCARENHAS; PEIXOTO, 2009, p. 4). As *imagens 18 e 19,* registradas durante as entrevistas de campo, demostram essa herança forte da cultura imaterial ainda presente na comunidade nos dias de hoje.

Para o fabrico das canoas, as madeiras utilizadas eram retiradas das áreas das colocações próximas a filial. Essas embarcações eram construídas de acordo com as demandas de solicitações que vinham da própria gerência da filial, e que eram recebidas de diversas colocações do rio Jari.

[90] A bubalinocultura é caracterizada pela criação de búfalos domésticos asiáticos que são altamente adaptados à inserção na cadeia agroindustrial de carne e leite.

Imagem 17/18 – Construção de Canoas

Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

Segundo Loureiro (1995), as embarcações construídas na região amazônica possuem um papel elementar na vida dos trabalhadores ribeirinhos, pois elas representam um elo interligador entre o homem e a vida na Amazônia, levando em conta que essas embarcações eram o principal meio de locomoção e transporte de sua produção para regiões mais distantes. E isso era possível tanto para os amazônicos quanto por aqueles que chegaram na região para desbravá-la.

Por ser um trabalho artesanal a construção de uma embarcação pode levar meses, ou até um ano, dependendo da demanda e do tipo de embarcação que vai ser construída, isso porque, durante a fase dos portugueses esse trabalho não era um processo contínuo, tendo em vista que os carpinteiros também eram trabalhadores extrativistas e no período do inverno se dedicavam a coleta da castanha.

Durante a fase dos portugueses, a filial teve um papel significativo no escoamento na extração da madeira nobre, principalmente a maçaranduba e a bucuúba. As madeiras retiradas pelos trabalhadores eram levadas para Jarilândia. O transporte era realizado em jangadas construídas com as próprias toras das madeiras. A área administrativa da filial Baioa era composta, por um galpão de armazenamento, a casa da gerência, a vila de casas dos trabalhadores, um pequeno porto de atracação, o estaleiro e o barracão de secagem das canoas.

A família do senhor Raimundo Alves da Silva, o “Mala”, de 83 anos, natural do Rio Arraiolos e moradora do Baioá desde 1940 (80 anos), foi uma das pioneiras nas atividades da carpintaria naval durante a fase dos portugueses. Segundo seu Raimundo Alves, em 1940, quando ele tinha apenas dois anos de idade, o seu pai, Raimundo Paz da Silva, a convite de um parente, saiu do Arraiolos em companhia da esposa, Maria Clotilde Alves para a trabalhar como castanheiro na localidade do Baioá.

Quando seu Raimundo Alves chegou na comunidade, o principal produto explorado era a castanha, depois com a entrada dos portugueses a partir 1948, e a vasta floresta de madeiras nobres propícias para a atividade da prática artesanal da construção de canoas eles se dedicou a aprender com seu pai toda a técnica da arte da carpintaria. No entanto, no período do verão ele deixa de lado os afazes da carpintaria para se dedicar no trabalho do cultivo da juta, aviado da filial Porto Alegre.

A **Filial Porto Alegre** teve seu *boom* econômico apenas na fase dos portugueses, e isso se deve graças as grandes áreas de plantações de juta, que abrangia as localidades do Xavier, Tucunareí, Ipitinga e Ponta Alegre, como demostrada no *mapa 11*. Essas vastas terras de áreas alagada permitiram a forte produção de juta, que por sua vez, passou a produzir muito mais que na filial Paraguaia, onde o projeto inicial do cultivo da juta foi estruturado pela companhia.

Mapa 11 – Local da Antiga Filial Porto Alegre

Fonte: Pesquisa de Campo, 2021. Adap. MyMaps, 2023.

A partir de 1961, o gerente Vivi Andrade deixa a função e assume no lugar dele o senhor Zé Sirico. Na administração da taberna, o Guarda-livros era o José Quirino (Zé Banana) e os Caixeiros eram o senhor Manoel Valdivino (Manduca) e senhor Genésio *de tal*.

Durante o trabalho de campo, entrevistamos o senhor Edilson Tavares da Silva, o "Bezerrinha", de 63 anos, natural e morador da Ponta Alegre desde 1957 (63 anos). Segundo seu Bezerrinha, o seu pai, Francisco Bezerra da Silva, que era natural da comunidade do Rio Bintuba/AP, foi aos 15 anos de idade, em 1931, trabalhar como aviado na colocação do Furo do Maracujá. Neste período o seu pai era avido da filial do Dico Tavares.

Por volta de 1936 o seu pai saiu do Furo do Maracujá e foi tomar conta das plantações de juta da filial. Na colocação do Ponta Alegre as atividades foram sempre ligadas a juta, porém, no período de inverno eles trabalhavam exclusivamente com a extração de madeira nativa.

Segundo seu Bezerrinha, a constituição das colocações do Porto Alegre sempre foi de ordem familiar, ou seja, desde que seu pai chegou na comunidade a população residente sempre foi constituída por parentes.

Durante a fase de comercialização com as empresas SASI e AMPEX a filial foi perdendo força, uma vez que, elas já não trabalhavam mais com a juta e nem com a extração da madeira. A área administrativa da Filial Porto Alegre era composta, por um galpão de armazenamento, a casa da gerência, a vila de casas, o porto de atracação, as embarcações e o galpão de secagem do feixe das jutas.

A **Fazenda Saudade** está localizada na margem direita do rio Jari, e tinha um papel importante na organização espacial dos retiros de gado ao longo do curso de águas do rio Jari. A fazenda Saudade era a matriz das fazendas, em outras palavras, era a gerência geral das criações de gato de corte.

Durante a pesquisa, entrevistamos a senhora Doralice Andrade da Gama, a "Dorinha", de 80 anos, natural de São João da Marinha. Segundo dona Dorinha, o seu pai, João da Mata, natural do Aquiqui/PA, veio para região do Arraiolos em 1930, trabalhar como vagueiro a convite do Coronel José Júlio. No ano 1942, e graças ao seu bom rendimento como vaqueiro, seu João da Mata foi trabalhar como gerente geral na Fazenda Saudade. Seu João da Mata foi o primeiro gerente da fazenda, e ficou trabalhando nela durante as três fases de atuação na região do rio Jari.

Segundo dona Doralice Andrade, as primeiras famílias de vaqueiros que foram responsáveis pela administração da fazenda, foram trazidas das ilhas do Pará a partir do ano de 1930, como no caso da família do seu pai. Esses vaqueiros tradicionais da região amazônica, já estavam acostumados com a lida diária do manejo do gado nas áreas alagadas das ilhas do Marajó, como já tinham experiência com gados em áreas de alagado, eram facilmente recrutados para a região.

A Fazenda Saudade passou por três fases de produção econômica com o manejo do gado, a primeira no período do Coronel José Júlio (1930-1948), a segunda na administração dos portugueses (1948-1967), e a terceira durante o projeto Jari (1967-1994). Durante as três fases de atuação a Fazenda Saudade funcionava como a gerência geral que administrava os retiros de fazendas situados ao longo do rio Jari e na boca do rio Amazonas. O *mapa 12*

demostra o local dos retiros de fazenda que eram administradas pela gerência geral da Fazenda Saudade.

Mapa 12 – Fazendas Gerenciadas pela Fazenda Saudade

Fonte: Pesquisa de Campo, 2021. Adap. MyMaps, 2023.

Na fase do Coronel José Júlio o gerente geral da Fazenda Saudade era o senhor João da Mata que ficou na administração de 1942-1967. Nesse período o número de trabalhadores da fazenda era de aproximadamente 30 vaqueiros. O trabalho na fazenda além da bovinocultura também era voltado para a produção de queijo e leite. Segundo Lins, um dos maiores problemas nesse período era que "Não existia muito empenho do proprietário em dar melhores condições aos animais; eram os capatazes que faziam o que podiam, com os seus limitados conhecimentos" (LINS, 1991, p. 74).

Na fase dos portugueses seu João da Mata continuou como o gerente geral, e tinha como seu braço direito o seu filho Zé da Mata, que depois de um tempo assumiu a direção da fazenda. Nesse período o número de trabalhadores da fazenda era de aproximadamente 20 vaqueiros. Na fase dos portugueses, o manejo do gado continuou com a bovinocultura, e também a produção do queijo, manteiga e leite. Segundo Lins, "como no tempo de José Júlio, (...) na fase dos portugueses, não houve nenhum avanço zootécnico que viesse melhorar a qualidade do rebanho, não só na parte de reprodução como também no manejo e tratamento sanitário" (LINS, 1991, p.97).

Já na fase do Projeto Jari houve mudanças significativas com o manejo do gado, a começar pela mudança da bovinocultura para a bubalinocultura. Nesse período, o número de trabalhadores da fazenda passou de 20 para 25 vaqueiros. Neste contexto, a fazenda ganhou melhores estruturas, e melhorou o desempenho na produção de leite a queijo. Até o ano de 1970

o seu João da Mata foi o gerente geral, depois, a gerência passou para seu filho Augustinho Andrade. A partir de 1978 o seu genro Paulino Gama assumiu a gerência geral da fazenda.

No ano de 1983 a gerência passou para o senhor José Cinero, depois em 1994 para o senhor Antônio Camelo, e a partir dos anos 1995 para o Chico Leite. Aproximadamente no ano de 1999 a fazenda foi arrendada para a empresa Agroindústria Castelo Ltda., na ocasião quem assumiu a gerência geral da fazenda foi o senhor Edvaldo Macedo.

A população de vaqueiros residentes na Fazenda Saudade sempre foi dinâmica e migratório, mudava constantemente dependendo da necessidade e do deslocamento desses trabalhadores para outro retiro. Dona Dorinha nos conta, que era normal a mudança mensal de vaqueiros para outros retiros, uma vez que a região tinha carência de gente especializada para a lida do gado, e a mão de obra mais especializada nessa região eram as dos vaqueiros da Ilha do Marajó.

O modo de organização do trabalho nas fazendas de gado está baseado na unidade familiar do vaqueiro, e segue a lógica semelhante a muitas comunidades tradicionais brasileiras, ou seja, o núcleo familiar é o grande provedor das tarefas e funções da fazenda. Em geral, na divisão social do trabalho, o saber fazer, está acentuado a figura do homem, que é constituído como chefe da família e o provedor da casa.

A **Matriz Jarilândia**, o centro administrativo da companhia portuguesa no Vale do Jari foi a primeira unidade administrativa extrativista do rio Jari, e foi constituída, enquanto filial, por volta de 1899 na fase de consolidação do monopólio extrativista de José Júlio. Porém, em 1882, a filial Limão, como era chamada antes, foi o local onde o Coronel se instalou pela primeira vez na região, antes de se mudar para a filial Padaria, e depois manter residência na vila de Arumanduba, que funcionava como centro administrativo durante o seu domínio.

A filial Limão ocupava uma posição geograficamente estratégica para o escoamento da produção, como demostrado no *mapa 13*, pois, ela era situada na margem esquerda do rio Jari, nas áreas de terra firme, distante 15km da foz com o rio Amazonas. Na fase do Coronel José Júlio, todos os produtos advindos das filiais que desciam do Alto Jari eram armazenados na filial, antes de seguiram viagem para a cidade de Belém ou outros lugares de comercialização dos produtos amazônicos. Nesta época o gerente da filial era o senhor Zé Angélico.

A Filial Limão esteve presente apenas na fase econômica no período de atuação do Coronel José Júlio (1899-1948). Nesse período, a filial funcionava como matriz das colocações e filiais do rio Jari, uma vez que, a matriz Arumanduba não estava ainda, consolidada como sede administrativa das empresas do Coronel José Júlio.

Mapa 13 – Local da Antiga Filial Jarilândia

Fonte: Pesquisa de Campo, 2021. Adap. MyMaps, 2023.

Assim, por volta de 1926 o novo gerente, seu Aguiar de Mendonça, transferiu a filial para as áreas de barranco e terras firme (hoje comunidade de Jarilândia) como podemos observar no *mapa 14*, tendo em vista que, o senhor Zé Angélico foi transferido para a vila de Arumanduba (Almeirim).

Mapa 14 – Deslocamento da Filial Jarilândia

Fonte: Pesquisa de Campo, 2021. Adap. MyMaps, 2023.

A decisão de transferir a filial foi tomada devido as contantes inundações das áreas da antiga filial. A força do rio Amazonas ao invadir os leitos do rio Jari, causavam sérios problemas de assoreamento nas estruturas dos barracões e trapiches e em alguns casos prejudicava o armazenamento e a logística do escoamento dos produtos extrativistas, principalmente a castanha que não podia ficar molhada.

Um fato decisivo da mudança de local da filial Limão para Jarilândia, foi a construção da igreja de São Sebastião, já que em favor das comemorações das festividades do Santo, a igreja precisava se estabelecer em um lugar mais firme, por conta das cerimônias religiosas que incluía as procissões e quermesses. Por outro lado, após a transferência de local o seu território da filial Limão continuou servindo como pastagem para os gados dos retiros administrados pela Fazenda Saudade.

Na fase dos portugueses (1948-1967) a matriz das empresas era em Jarilândia, e a região do Limão Velho continuou funcionando apenas como local de pastagem dos gados, que nessa época a cultura aplicada era apenas a bovina. No entanto, os portugueses investiram mais na fabricação da manteiga e do queijo, porém o descaso com o trato dos animais continuou ainda devido à falta de mão de obra especializada.

Já na fase do Projeto Jari (1967-1982) houve mudanças significativas com o manejo do gado, a começar pela mudança da bovinocultura para a bubalinocultura. Nesse período, a região do Limão continuou apenas como pastagem para os búfalos. Aproximadamente a partir do ano de 1999 as fazendas da região do rio Jari foram arrendadas ou vendidas para outras empresas, porém, na região do limão aconteceram mudanças estruturas importantes, principalmente com a restruturação e a construção da Fazenda Nova Jerusalém, que hoje é administrada pelo senhor Manoel Góes Andrade, cuja atividade continua a criação de búfalos e a fabricação de laticínios.

O nome da vila foi batizado com o nome de *Jarilândia* após a fundação da sede administrativa da "Jari Indústria e Comércio" a partir de 1948, e era gerenciada pelos portugueses e tinha como diretor e residente na vila o senhor Joaquim Nunes Almeida.

Quem contou um pouco dos processos históricos dos trabalhadores de Jarilândia, foi o senhor Antônio Gomes da Silva, o "Vicente", de 82 anos, natural do Afuá/PA e morador de Jarilândia desde 1958 (63 anos).

Segundo seu Vicente, no ano de 1949 após a separação dos seus pais, ele e sua mãe, Raimunda Ribeiro da Silva veio a convite do seu tio, Domício Ribeiro da Silva trabalhar como seringueiro na colocação Tucunareí. No ano de 1958, já casado e com família constituída ele foi morar definitivamente na vila de Jarilândia. Seu Antônio Vicente recorda que durante a sua chegada na localidade, a imagem mais recorrente que vem a sua memória é sobre as poucas moradias que existiam em Jarilândia, a casa e o escritório da gerência estavam sendo construídos, porém já existia um grande galpão de armazenamento de produtos.

Na fase dos portugueses a comunidade viu um grande movimento de pessoas e trabalhadores, pois nesse período, funcionava o escritório das três empresas da companhia. A

Jari Indústria e Comércio, a *Companhia de Navegações Jari S/A* e a *Companhia Industrial do Amapá*.

Segundo Lins (1991), os portugueses deram um caráter mais empresarial para os negócios deixados pelo Coronel José Júlio, a exemplo do grande comércio que tinham com Portugal e a Inglaterra na exportação da madeira nativa.

> A exportação de madeira para a Europa foi sem dúvida um dos maiores negócios da fase Portugueses. Para se ter uma ideia do volume deste comércio, os portugueses faziam embarques mensais em que às vezes haviam até três navios no porto de Jarilândia esperando carregamento (LINS, 1991, p.89).

Durante a administração dos portugueses foi construído também uma serraria e uma oficina para a realização do beneficiamento das madeiras. As *imagens 19, 20 e 21*, foram registradas em campo e mostram os restos das antigas instalações do projeto de beneficiamento de madeira em Jarilândia. Essas madeiras eram utilizadas para fins comerciais no mercado externo, bem como, utilizadas nas construções e obras dos empreendimentos locais do grupo, em especial nas fazendas de gado.

Imagem 20/21/22 – Estruturas da Antiga Serraria em Jarilândia

Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

Já na fase de consolidação do Projeto Jari (1967-1982), o empreendimento norte-americano continuou com a exploração e o beneficiamento da madeira nativa. Durante esse período a comunidade de Jarilândia sofreu mudanças significativas tanto populacional quanto espacial e estrutural. A sede administrativa da empresa e o porto de embarque ganharam maiores instalações, casas e barracões foram construídos para os trabalhadores que vinham de diversos lugares do norte e nordeste brasileiro.

No ano de 1965 os portugueses deram início ao Projeto Arroz em Jarilândia. Neste contexto, foram plantados oito acres[91] de arroz como modelo de pesquisa experimental. Por volta de 1971, já na fase do Projeto Jari, foi construído um canal artificial que pudesse levar a água do rio Jari até as quadras de arroz, como demostrado no *mapa 15*. As pesquisas e plantações com o arroz em Jarilândia duraram até 1974 quando toda a estrutura foi transferida para o campo de arroz da comunidade São Raimundo no município de Almeirim/PA, encerrando de vez o Projeto do Arroz no rio Jari.

Mapa 15 – Projeto Arroz

Fonte: Pesquisa de Campo, 2021. Adap. MyMaps, 2023.

Hoje a população residente da comunidade é de aproximadamente 155 famílias, todos descendentes dos trabalhadores que ajudaram a fundar a matriz administrativa no tempo dos portugueses. Esses moradores em sua maioria vivem ainda do trabalho extrativista adquirido da floresta e das atividades da pesca artesanal praticados no rio Jari.

A última filial do contexto do rio Jari era a **filial Dico Tavares** que teve uma curta duração, e atuou economicamente na região apenas na fase de exploração no tempo dos portugueses. A filial estava localizada na Foz do rio Jari em confluência com o rio Amazonas, a última filial do Baixo Jari, e trabalhava potencialmente com a coleta da castanha e os produtos da pesa artesanal.

Com o intuito de impedir a entrada dos regatões, a administração portuguesa montou uma filial na entrada do rio Jari, que era gerenciada pelo senhor João Tavares e sua família.

[91] Atualmente, o acre é definido como um pedaço de terra de qualquer formato equivalente a 4.047 metros quadrados, ou 0,4047 hectares.

Mesmo com o pouco movimento de castanha na filial, o senhor João Tavares fazia questão de receber a castanha dos fregueses, assim como o pescado.

As atividades da pesca artesanal eram realizadas na ordem familiar, todos os mebros da família participavam do trabalho. A pesca artesanal era a profissão daqueles ribeirinhos e estavam baseados no *modo de vida tradicional,* onde o trabalho é livre e possuiu um regime autônomo e coletivo. As atividades da pesca possuem relação direta com a natureza, e não só isso, toda a mística e os rituais são respeitados durante as atividades na água.

As famílias por sua vez são os proprietários dos seus meios de produção, ou seja, eles dispõem dos instrumentos necessários para o exercício da profissão, como por exemplo: as redes, anzóis, espinhel, zagaia, arpão, tarrafas e embarcações. Naquele período a mão de obra disponível para as atividades da pesca eram determinadas pela quantidade de membros das famílias, ou seja, baseado nas necessidades alimentares dos membros da família e as condições cíclicas do rio, que os pescadores definiram qual será a melhor técnica para a realização das atividades.

Durante o trabalho de campo, entrevistamos umas das pescadoras tradicionais da região, a senhora Apolônia Ferreira Dutra, de 81 anos, natural de Gurupá/PA e morador de Jarilândia desde 1958 (63 anos). Segundo dona Apolônia Ferreira, em fevereiro de 1958 o seu tio, Benedito Ferreira, morador da colocação Paricuera, foi buscá-la para trabalhar no marisco do camarão e do peixe na colocação do Igarapé do Maracujá. Quando eles chegaram na região o único pescador que já estava estabelecido no Maracujá era o senhor Dico Chagas que morava na boca do igarapé.

Durante as atividades da pesca artesanal no Furo do Maracujá os moradores trabalhavam com a coleta de castanha no período de inverno. E em alguns casos, com a extração da madeira nativa no verão. Nos anos 1970 a filial foi desativada e seus fregueses passaram a comercializar com o SASI[92] e a partir dos anos de 1972 com a AMPEX. Depois, durantes anos 1980 a comercialização era feita com os regatões da região das ilhas do Pará.

3.3 – Trabalhadores da floresta

As memórias desses trabalhadores apresentadas na sessão anterior, cujo plano de fundo foi os alicerces das filiais extrativistas do rio Jari têm como objetivo evidenciar o "trabalhador da floresta", aquele que foi ao mesmo tempo, seringueiro, balateiro, juteiro, castanheiro, pescador, gateiro, vaqueiro e entre outras atividades que dependiam em grande medida das

[92] Serviços Agrários e Silviculturais Ltda.

condições cíclicas da natureza e da floresta. Esse trabalhador que atuava conforme os períodos de inverno e verão, encaixando-se na labuta diária a depender da sua necessidade de se sobreviver, tinha como principal fonte de sobrevivência o interior da floresta amazônica.

Eram trabalhadores que estiveram durante muitas décadas esquecidos, silenciadas em ambientes que tornaram as suas memórias subterrâneas, como diria Pollak (1989). Memórias que foram privadas da convivência e da importância desses trabalhos nas colocações, privadas ainda de poder e prestígio em seu meio social, memórias de homens e mulheres que se viram esquecidos em meio a floresta.

Dentre todas as descrições de memórias baseado nos modos de trabalho nas filiais, percebemos uma profunda ligação, entre a floresta e o ser humano (aquele ou aquela que trabalha). A memória de todas as pessoas que foram entrevistadas mostra–se muito ligadas ao fazer-se do curso do rio Jari. As falas dos entrevistados confluem para a construção do *tipo ideal* do trabalhador da floresta, aquele que se adapta de forma rápida e dinâmica às adversidades que surgem diante do seu deslocamento em busca de dias melhores. E isso se dá, graças ao trabalho, ou a forma pela qual ele se encaixou durante as rédeas da filial ao qual esse se propôs a estacionar e foi *contido pela esperança*.

Assim, para obtermos as informações desses trabalhadores, tomamos como ponto de partida os processos históricos de consolidação das filiais ao longo do rio Jari, com o objetivo de conhecer os fatores sociais que influenciaram, de alguma maneira, os modos de trabalho que constituem a categoria de trabalhador da floresta, não apenas falar de seringueiros ou castanheiros, como se esses indivíduos fossem diferentes, ou apenas categorias dentro de um período cíclico de exploração de determinado produto.

De todo modo, a relação dos grupos humanos com o ambiente da floresta é marcada pelas estratégias e meandros de sobrevivência que adotam ao explorar os recursos da floresta. Os laços sociais e de parentesco são preponderantes para a fixação e conquista de espaços com aspectos do trabalho coletivo, pois, a forma que ocupam e controlam o território e os recursos naturais é preponderante para a manutenção da sobrevivência.

No entanto, a divisão do trabalho para núcleo familiar é um dos principais componentes do trabalhador da floresta. O trabalho tinha que ser mútuo, porque ele realizando-o sozinho, seja como castanheiro ou pescador artesanal, certamente tornaria a atividade mais difícil. E no trabalho dentro da floresta a ação coletiva norteia a dinâmica do trabalho. E no contexto das filiais a dinâmica não era diferente.

O modo de organização do trabalhador da floresta estava baseado na unidade familiar, e segue a lógica semelhante a muitas comunidades tradicionais da Amazônia, ou seja, o núcleo familiar é a força motriz das atividades que serão desempenhas na floresta. Por outro lado, e em muitas comunidades mais tradicionais a divisão social do trabalho, o saber fazer, está acentuado a figura do homem, que é constituído como chefe da família e o provedor da casa.

O homem por exemplo, é o indivíduo que acumula desde pequeno e durante a sua vivência as práticas da caça, da pesca e todo o conjunto de saberes e habilidades necessárias para conduzir nos ciclos naturais. Nas comunidades tradicionais, é muito presente o modelo patriarcal na administração das casas, o homem é aquele que possui uma forte relação de poder, baseada no domínio do trabalho e da relação que ele possui com a floresta e seus ciclos.

No caso das mulheres, mesmo na labuta das atividades com os produtos da floresta, as suas tarefas estavam quase sempre condicionadas a vida do "privado", aos cuidados da casa, na criação dos filhos, na manutenção das hortas e na lida com as criações. Porém, em relação a sua função no trabalho extrativista, elas desenvolvem um papel importante, pois, elas acompanham os homens no processo produtivo. Em muitos casos, as mulheres chegam a morar de forma temporária nos tapiris[93] próximos às colocações, isso ocorre, porque as colocações são distantes da vila. As mulheres desenvolvem um papel importante também nos roçados, pois elas participam efetivamente da preparação do solo, das plantações e da colheita.

Ainda em relação ao extrativismo da castanha, as crianças também participam das atividades, geralmente elas ajudam na limpeza e seleção dos frutos. Ajudam também a tomar conta dos irmãos mais novos, dar alimentação para as criações e realizar atividades domésticas como lavar as vasilhas e utensílios domésticos.

No caso dos adolescentes, principalmente os meninos, eles desempenham tarefas mais árduas nos castanhais, principalmente na abertura de piques e varedas na floresta. Os meninos também são responsáveis pelas atividades de caça e de pesca. Já no caso das adolescentes meninas, elas são responsáveis pelos cuidados da casa, principalmente, no preparo dos alimentos, na limpeza do assoalho, na lavagem de roupas (na beira do rio) e nos cuidados com os irmãos mais novos.

A experiência desses trabalhadores constitui uma identidade própria, que é vivida no interior da floresta, e é alicerçada pelas diversas formas de trabalho que foram acumuladas por esses trabalhadores durante as movimentações e as dinâmicas dos contextos das filiais. A

[93] São abrigos temporários feitos de forma artesanal em palha e algumas estacas de madeira, na Amazônia elas são muito úteis como morada para extrativistas como, seringueiros e castanheiro.

categoria experiência permite o desvio de análises deterministas e/ou mecânicas, pois elucida o protagonismo, seja por fatores econômicos, sociais e culturais que eram próprios a esses trabalhadores. Para Thompson (1997), precisamos recuperar o papel dos sujeitos na história, no seu fazer-se, da experiência de "homens e mulheres" reais, em contextos determinados material e culturalmente. Desta forma, o trabalhador da floresta que hoje permeia as diversas comunidades ao longo do rio Jari, são frutos de homens e mulheres reais, que mesmo "aprisionados" na lógica de trabalho dos patrões construíram a sua história a partir das experiências do trabalho

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os primeiros estudos que analisaram as relações de trabalho nas colocações extrativistas do Vale do Jari, aparecem numa posição de submissão e da manutenção disciplinar da lógica do sistema de aviamento. Neste trabalho, procuramos evidenciar as estratégias de resistência dos trabalhadores da floresta, narradas por quem vivenciou e/ou reproduziu as experiências protagonizados em meio a divisão social do trabalho a partir da distribuição das filiais extrativistas no curso de águas do rio Jari.

Com o objetivo de deslocar esses sujeitos das margens da história, apresentamos fragmentos de suas memórias para evidenciar o que queremos chamar de "ethos do trabalhador da floresta" e do seu fazer-se no contexto particular da história da corrida da borracha na Amazônia. Por outro lado, a pesquisa constitui-se para tornar visível o protagonismo desses indivíduos, ao serem destacadas as estratégias de trabalho frente ao domínio do patrão.

A pesquisa contribuiu para que a história das colocações seja revisitada a partir da leitura feita por indivíduos que faziam da floresta uma fonte de manutenção da segurança alimentar do seu núcleo familiar, ao mesmo tempo em que fala das condições de vida e das formas de trabalho nos diferentes ciclos de produção oriundos do interior das florestas, destacando o movimento hierárquico de cada filial.

As narrativas coletadas no trabalho de campo descrevem o modo de vida e as condições de trabalho nas colocações do rio Jari, a partir do olhar dos trabalhadores da floresta, daqueles que buscavam condições necessárias para garantir o sustento e dar continuidade aos projetos de vida nos caminhos da floresta.

A primeira observação a ser feita a respeito do estudo que acabamos de apresentar é que ao menos três contextos econômicos, políticos e sociais foram responsáveis pela distribuição de núcleos familiares e de grupos humanos no interior das florestas do Vale Jari. O primeiro, a partir da expropriação e controle individual do monopólio extrativista do Coronel José Júlio, que trouxe para região centenas de grupos familiares oriundos principalmente da região do nordeste brasileiro, em especial do estado do Ceará; o segundo, diz respeito ao controle constituído por uma empresa comercial-extrativista ligada a empresários portugueses, que trouxeram para região centenas de famílias advindas das ilhas do Pará, principalmente, Breves, Gurupá, Porto de Moz e da Ilha do Marajó; e, em terceiro, pelo controle do grande capital estrangeiro do Projeto Jari, que trouxe para região centenas de grupos humanos, principalmente, jovens solteiros oriundos do estado do Maranhão. Neste contexto, são os caminhos dos seringais

que figuravam entre os principais locais de trabalho de migrantes de diversas regiões do norte e nordeste brasileiro.

A trajetória analítica deste estudo, busca em primeiro lugar evidenciar o processo de construção social e histórica do trabalhar da floresta, que aqui descrevemos não apenas como um seringueiro, balateiro ou castanheiro, mas, aquele que foi ao mesmo tempo se adaptando as condições de trabalho impostas pelos ciclos naturais, e que sob as rédeas das filias se dividiam entre o trabalho de inverno (castanheiros e juteiros) e o trabalho de verão (seringueiros, pescadores, balateiros e gateiros) e entre outras atividades que dependiam das produções da floresta.

A presente pesquisa, apesar dos seus limites, por ser tratar de um estudo de caráter exploratório, permitiu compreender que independente dos locais de trabalho no interior das colocações, as relações de trabalho estavam sempre articuladas ao sistema de aviamento e a dominação dos patrões. Essa cadeia permitia táticas de sobrevivência que condicionava as formas de trabalho às estações do ano, uma vez que o trabalhador precisava saldar sua dívida, e quanto maior a produção nas colocações melhor eram as suas chances de se livrar daquela determinada filial.

Neste contexto, a literatura especializada nos encaminha para o conceito referência nesta pesquisa, trata-se do conceito de experiência, cunhado por Thompson (2018) no prefácio da sua obra clássica, "A formação da classe operária Inglesa". Para o historiador inglês, a experiência é "determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente" (THOMPSON, 2018, p. 10), ou seja, as experiências e suas articulações seriam inevitáveis e contínuas, as quais, estabeleceriam a função de exercer pressão sobre a consciência social.

Em Hobsbawm (1987), o fazer-se da classe operária não é um processo com começo, meio e fim, ou seja, as classes nunca estão prontas e acabadas, mas continuam mudando a partir das suas experiências históricas, seja no ambiente físico ao qual vive ou pela forma que escolhe para viver. Hobsbawm busca enfatizar seus estudos no fazer-se da classe operária britânica de 1870-1914, analisando a afirmação de classe, baseada no sentido mais empírico das suas experiências de trabalho.

Esse debate de Thompson e Hobsbawm sobre a experiência e o fazer-se do trabalho na História Social, possibilita pensar em diversos aspectos do protagonismo do trabalhador em relação a diversidade social-política nas relações de trabalho, que implica "fugir" do tradicionalismo marxista das classes de trabalhadores, e elaborar estudos que fazem jus ao

processo histórico, ao qual, o trabalhador se faz enquanto sujeito, que neste caso, seria o protagonismo social e histórico dos trabalhadores da floresta.

REFERÊNCIAS

FONTES

PERIÓDICOS

A MANHÃ, N° 808. *O Inferno Verde do Rio Jari* – Brasil – Rio de Janeiro, RJ – A Manhã, n° 808, 01.08.1928.

A PROVÍNCIA DO PARÁ, N° 4730. *Protesto* – Brasil – Belém, PA – A Província do Pará, n° 4730, 03.04.1892.

CORREIO DA MANHÃ, N° 23.127. *Aqui está a Amazônia que todos querem* – Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Correio da Manhã, ano 65, n° 23.127, 21.08.1968. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis95114&url=http://memoria.bn.br/docreader#> Acesso em: 29 01. 2022.

CORREIO PARAENSE. Belém, ano 1, n. 58, 9 jul. 1892, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/302619/per302619_1892_00058.pdf> Acesso em: 20 dez. 2021.

DIÁRIO CARIOCA, N° 7. *A Emigração Forçada dos Trabalhadores do Extremo Norte* – Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Diário Carioca, n° 7, 24.07.1928.

MANCHETE, N° 1.422. *Isto Está Acontecendo na Amazônia*. Laércio de Vasconcelos e David Louis Olson – Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Revista Manchete, n° 1.422, 21.07.1979.

O CEARÁ, N° 935. *A Escravidão dos Cearenses na Amazônia* – Brasil – Fortaleza, CE – O Ceará, n° 935, 22.07.1928.

ACERVO FAMILIAR

Página de um Livro de Registros da Filial Bom Jardim em nome do senhor Joaquim Balieiro, assinado e datada 20/01/1964. Tamanho: 18 x 27 cm. Acervo familiar de Maria Celeste Brasão.

CENSOS, RELATÓRIOS E INVENTÁRIOS

CLYDESHIPS. *Ajuricaba.* Caledonian Maritime Research. 2021. Disponível em: <https://clydeships.co.uk/view.php?year_built=&builder=&ref=15882&vessel=AJURICABA>. Acesso em: 19 jan. 2022.

CLYDESHIPS. *Sobralense.* Caledonian Maritime Research. 2021. Disponível em: <https://clydeships.co.uk/view.php?year_built=&builder=&ref=16544&vessel=SOBRALENSE>. Acesso em: 19 jan. 2022.

COMUNICADO TÉCNICO. nº. 213. HOMMA, Alfredo K. Oyama; MENEZES, Antônio J. E. Amorim de. *Avaliação de uma Indústria Beneficiadora de Castanhado-Pará, na Microrregião de Cametá, PA*. 2008. 10 f. Belém: EMBRAPA, setembro de 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Almeirim Pará - Histórico*. Id. 4364. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=34364&view=detalhes>. Acesso em: 22 fev. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico: 1960.* ed. 68. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?id=768&view=detalhes>. Acesso em: 10 jun. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico: 1970.* ed. 69. Rio de Janeiro: IBGE, 1970. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=769&view=detalhes>. Acesso em: 10 jun. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico: 1980.* ed. 72. Rio de Janeiro: IBGE, 1980. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?vie=detalhes&id=772>. Acesso em: 10 jun. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico: 1991*. ed. 83450. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?=detalhes&id=283450>. Acesso em: 10 jun. 2021.

RELATÓRIO FINAL de Caracterização historico-cultural. *Comunidades da área do Projeto Jari – Contexto Rio Caracuru.* 2021. 230 f. São Paulo: DICIERO, jun. 2021.

RELATÓRIO FINAL de Caracterização historico-cultural. *Comunidades da área do Projeto Jari – Contexto Rio Jari.* 2021. 498 f. São Paulo: DICIERO, jun. 2021.

RELATÓRIO FINAL do Diagnóstico ambiental da região do Projeto Jari/Amapá. 2011. 291 f. Nazaré Paulista: BIOFILICA, dez. 2011.

DECRETOS, DECRETOS-LEI, LEI

BRASIL. Decreto n. 62.998, de 19 de junho de 1968. *Dispõe sobre a Criação do Parque Nacional Indígena o Tumucumaque e da outras providências*. Brasilia, DF, jul 1968. Disponivel em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62998-16-julho-196840433 2-norma-pe.html>. Acesso em: 15 ago 2021.

BRASIL. Lei n. 7.639, de 17 de dezembro de 1987. *Dispõe sôbre a Criação de municípios no Território Federal do Amapá, e dá outras providencias.* Brasilia, DF, dez 1987. Disponivel em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7639-17-dezembro1987368090publicacaooriginal--pl.html>. Acesso em: 121 jan 2022.

GOVERNO DO AMAPÁ. Lei n. 0171, de 08 de setembro de 1994. *Dispõe sobre a Criação do Município de Vitória do Jari, no estado do Amapá e das outras providências.* Macapá, AP, set 1994. Disponivel em: <http://www.al.ap.gov.br/ver_texto_lei.php?iddocumento=708>. Acesso em: 21 jan 2022.

GOVERNO DO PARÁ. Lei n. 5.075, de 02 de maio de 1983. *Dispõe sobre a Criação do Distrito Municipal de Monte Dourado, no estado do Pará e das outras providências*. Belém, AP, set 1994. Disponivel em: <http://www.pge.pa.gov.br/sites/default/files/repositorio/1983/lo5075.pdf>. Acesso em: 21 jan 2022.

DOCUMENTOS OFICIAIS

ALMEIRIM. Registro de Posses de Almeirim, livro 2, fls. 49v. a 50v., a Fazenda Saracura, e fls. 50v. a 51v., o Imóvel Saracura, 1894.

MUNIZ, João de Palma. *Índice dos títulos de terra: expedidos pelo Governador do Estado na administração do Exm. Dr. Augusto Montenegro.* 1901-1908. Belém: Impressa Official do Estado do Pará. p.39-40, 1909.

FONTES IMAGÉTICAS: FOTOGRAFIAS

LEAL, José Luis dos Santos. *Fazenda saudade – Casa da Gerencia.* Almeirim. Fotografia. Acervo de Pesquisa. 2022.

LEAL, José Luis dos Santos. *Fazenda saudade – Vila de Vaqueiros.* Almeirim. Fotografia. Acervo de Pesquisa. 2022.

MCLNTYRE, Loren. *Amazonia.* San Francisco: Sierra Club Books. 1991

ENTREVISTAS

ALMEIDA, Henrique Matias de: depoimento [fev. 2021]. *Matias, produtor da Colonia do Aruru.* Entrevistador: José Luis dos Santos Leal. Vitória do Jari: 2021. Gravação de áudio digital. 2h34min. Acervo de Pesquisa.

BRASÃO, Maria Celeste: depoimento [fev. 2021]. *Dona Celeste, a extrativista da comunidade do Santa Maria.* Entrevistador: José Luis dos Santos Leal. Almeirim: 2020. Gravação de áudio digital. 1h11min. Acervo de Pesquisa.

CARDOSO, Manoel Domingos: depoimento [fev. 2021]. *Seu Dominguinhos, extrativista da comunidade do Bandeira*. Entrevistador: José Luis dos Santos Leal. Almeirim: 2021. Gravação de áudio digital. 3h05min. Acervo de Pesquisa.

GAMA, Doralice Andrade da: depoimento [fev. 2021]. *Dona Dorinha extrativista da comunidade do Tucunareí.* Entrevistador: José Luis dos Santos Leal. Almeirim: 2021. Gravação de áudio digital. 2h39min. Acervo de Pesquisa.

LIMA, Acelino Batista de: depoimento [fev. 2021]. *Seu Acelino, balateiro da comunidade da Ribeira.* Entrevistador: José Luis dos Santos Leal. Almeirim: 2020. Gravação de áudio digital. 2h10min. Acervo de Pesquisa.

LOBATO, Pedro Barbosa: depoimento [fev. 2021]. *Jacaré, pescador da comunidade do Paraguaia*. Entrevistador: José Luis dos Santos Leal. Vitória do Jari: 2021. Gravação de áudio digital. 1h56min. Acervo de Pesquisa.

PEREIRA, Izete Correia: depoimento [dez. 2021]. *Professora Izete, a primeira professora do Planalto.* Entrevistador: José Luis dos Santos Leal. Monte Dourado: 2020. Gravação de áudio digital. 1h46min. Acervo de Pesquisa.

PINHEIRO, Alipe Rodrigues: depoimento [fev. 2021]. *Seu Alipio, extrativista da comunidade da Cachoeira.* Entrevistador: José Luis dos Santos Leal. Laranjal do Jari: 2021. Gravação de áudio digital. 2h25min. Acervo de Pesquisa.

SAMPAIO, Maria Oneide Pereira: depoimento [fev. 2021]. *Dona Mini, extrativista da comunidade do Bom Jardim.* Entrevistador: José Luis dos Santos Leal. Almeirim: 2021. Gravação de áudio digital. 2h29min. Acervo de Pesquisa.

SAMPAIO, Zeferino Pinheiro: depoimento [fev. 2021]. *Seu Sampaio, extrativista da comunidade do Baioa.* Entrevistador: José Luis dos Santos Leal. Vitória do Jari: 2021. Gravação de áudio digital. 1h02min. Acervo de Pesquisa.

SILVA, Antônio Gomes da: depoimento [fev. 2021]. *Seu Vicente, extrativista da comunidade de Jarilândia*. Entrevistador: José Luis dos Santos Leal. Vitória do Jari: 2021. Gravação de áudio digital. 2h15min. Acervo de Pesquisa.

SILVA, Edilson Tavares da: depoimento [fev. 2021]. *Seu Bezerrinha da comunidade do Ponta Alegre.* Entrevistador: José Luis dos Santos Leal. Almeirim: 2021. Gravação de áudio digital. 1h08min. Acervo de Pesquisa.

SILVA, Gilberto Lopes da: depoimento [dez. 2021]. *Seu Gilberto, o chefe de comboio da comunidade do Braço.* Entrevistador: José Luis dos Santos Leal. Monte Dourado: 2020. Gravação de áudio digital. 2h25min. Acervo de Pesquisa.

SILVA, Raimundo Alvez: depoimento [fev. 2021]. *Seu Mala, pescador da comunidade do Ipitinga.* Entrevistador: José Luis dos Santos Leal. Almeirim: 2021. Gravação de áudio digital. 3h10min. Acervo de Pesquisa.

SILVA, Raimundo Batista da: depoimento [fev. 2021]. *Seu Neném, castanheiro da Água Branca do Cajari.* Entrevistador: José Luis dos Santos Leal. Laranjal do Jari: 2021. Gravação de áudio digital. 1h05min. Acervo de Pesquisa.

SILVA, Teófilo Antônio da: depoimento [fev. 2021]. *Seu Teófilo, extrativista da comunidade de Barreiras.* Entrevistador: José Luis dos Santos Leal. Almeirim: 2021. Gravação de áudio digital. 1h59min. Acervo de Pesquisa.

SOARES, Maria Oneide Pereira: depoimento [fev. 2021]. *Dona Mini, extrativista da comunidade do Bom Jardim.* Entrevistador: José Luis dos Santos Leal. Almeirim: 2021. Gravação de áudio digital. 2h29min. Acervo de Pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes.* 4ª ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009.

ALENCAR, Edna Ferreira. O tempo dos patrões 'brabos': fragmentos da história da ocupação humana da reserva de desenvolvimento sustentável Amanã. Amazônica - Revista de Antropologia, [S.l.], v. 1, n. 1, abr. 2016.

ALMEIDA, Mauro William B. de. *Direitos à Floresta e Ambientalismo: os seringueiros e suas lutas*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 19, n. 55, p. 35-52, 2004 [1999].

BRITO, Daniel Chaves de. *Extração mineral na Amazônia: A experiência da exploração de manganês da Serra do Navio no Amapá*. 1994. 120 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém. 1994.

CAMARGO, Maria Luiza Gutierres de. *O latifúndio do Projeto Jari e a propriedade da terra na Amazônia brasileira.* 2015. 236 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CARDOSO, Antonio Alexandre Isídio. *O Eldorado dos Deserdados: Indígenas, escravos, migrantes, regatões e o avanço rumo ao oeste amazônico no século XIX*. 2017. 321f. Tese (Doutorado em História Social), Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

CARNEIRO, Glauco. Jari: uma responsabilidade brasileira. São Paulo: Lisa, 1988.

CHEROBIM, Mauro. *Trabalho e comércio nos seringais amazônicos.* Perspectivas, São Paulo, n. 6, 102-107, 1983.

CHMYZ, I.; SGANZERLA, E. M. *Ocupação Humana na Área do Complexo Jari*. Arqueologia – Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas/UFPR, Curitiba, v. 9, p. 129-149, 2006.

COSTA, Francisca Pereira. *Seringueiros, patrões e a justiça no Acre federal*. *2002*. 256f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

CUNHA, Marly Solange Carvalho da. *"Matutos" ou astutos? Oligarquia e coronelismo no Pará republicano (1897-1909).* 2008. 115 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Pará, Pará, Belém, 2008.

EVANS, Clifford. *The Territory of Amapá: land in dispute.* Archaeology. Washington, D.C., v. 4, n. 3, p. 175-180. 1951.

FACÓ, R. *Cangaceiros e fanáticos: gêneses e lutas.* 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FARABEE, W. C. *Tribos indígenas do leste do Peru.* Documentos do Museu Peabody de Arqueologia e Etnologia Americana. Volume X. 1922.

FILOCREÃO, Antonio Sérgio Monteiro. *Extrativismo e capitalismo: a manutenção, funcionamento e reprodução da economia extrativista do sul do Amapá.*1992. 234f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural e Regional), Programa de Pós-graduação em Economia Rural e Regional, Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, Campina Grande, 1992.

FOLHES, Ricardo; CAMARGO, Maria Luíza. *Latifúndio, conflito e desenvolvimento no Vale do Jari: do aviamento ao capitalismo verde.* Agrária, São Paulo, n. 18, p. 114-140, 2013.

FORTUNATO, Maria Lucinete. *O coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo à simulacro do poder local.* 2000. 236 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, Campinas, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento das prisões.* Tradução Raquel Ramalhete. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GALLOIS, Dominique. *Os Waiãpi e seu território.* Boletim do Museu Emílio Goeldi. Antropologia. Belém, v. 80, p. 1-38. 1981.

GOULART, José Alípio. *O regatão: mascate fluvial da Amazônia.* Rio de Janeiro: Conquista, 1968.

GREISSING, A. *A região do Jarí, do extrativismo ao agronegócio: as contradições do desenvolvimento econômico na Amazônia florestal no exemplo do projeto Jarí.* Revista de Estudos Universitários da Universidade de Sorocaba, v. 36 (3), p. 20-37, 2011.

HALBWACHS, M. *A Memória coletiva.* Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916).* 2006. 346 f. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LAPLANTINE, F. *Aprender Antropologia*. Tradução de Marie-Agnés Chauvel. São Paulo: Brasiliense, 1996.

LEAL, Davi Avelino. *Entre Barracões, varadouros e tapiris: os seringueiros e as relações de poder nos seringais do Rio Madeira (1880-190).* 2007. 208 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas, Amazonas, Manaus, 2007.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.* São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

LINS, Cristovam. *Jarí 70 anos de história.* Rio de Janeiro: Data Forma, 1991.

LINS, Cristovam. *O Rio Jari no curso da história.* 1. ed. Rio de Janeiro: Daudt Design Editora, 2015.

LOBATO, Sidney. *A cidade dos trabalhadores:* insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964). Belém: Paka-Tatu, 2019.

MARANGONI, Vivian et al. *Um anti(herói) amazônico: a resistência dos regatões nos rios do amazonas.* Amazon Business Research, n. 2, p. 1-21, jan. 2018.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital [1867]. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATOS. Marlos Vinícius Gama de. *Modernização e condições de labuta na Amazônia Setentrional: força de trabalho, acidentes e doenças tropicais na gênese de um projeto de extração mineral no amapá (1948-1956).* 2022. 148 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amapá, Amapá, Macapá, 2022.

MEGGERS, Betty J.; EVANS, Clifford. *Archeological Investigations at the Mouth of the Amazon.* Washington, D.C.: Smithsonian Institution, Boureau of American Ethnology. Bulletin 167, 664 p. 1957.

MENDES, Francielle Maria Modesto; QUEIRÓS, Francisco Aquinei Timóteo. *O Coronelismo "bem engomado" da Amazônia.* A Palavrada, nº. 2, p. 79-92, 2012.

NENEVÉ, Miguel; SILVA, Renata Batista da. *Amazônia, um inferno encharcado: uma leitura de terra encharcada de Jarbas Passarinho.* Revista Igarapé. Porto Velho. v.13, n. 1, p. 124-138, 2020.

NUNES, Elke. *Mineração de manganês no Amapá: Controle de trabalho e memória de trabalhadores na ICOMI, de 1960 a 1973*. 2018. 322 f. Tese (Doutorado em História) - Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

NUNES, Francivaldo Alves. *A semente da colonização: um estudo sobre a Colônia Agrícola Benevides (Pará, 1870-1889).* 2008. 228 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

PAZ, Adalberto. *Os mineiros da floresta:* modernização, sociabilidade e a formação do caboclo-operário no início da mineração industrial amazônica. Belém: Paka-Tatu, 2014.

PAZ, Adalberto Júnior Ferreira. *Repúblicas contestadas: liberdade, trabalho e disputas políticas na Amazônia do século XIX*. 2017. 296 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Campinas, 2017.

PICANÇO, José Reinaldo Alves. *Reserva extrativista do Cajari: verso e reverso da territorialização do sul do amapá. 2005*. 158f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

PINTO, Lúcio Flavio. *Jari: toda a verdade sobre o Projeto de Ludwig.* São Paulo: Marco Zero, 1989.

PORTO, Jadson. *Amapá: Principais transformações econômicas e institucionais (1943-2000)*. 2002. 206 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2002.

RAMOS, Aluísio Wellichan. *Espaço tempo na cidade de São Paulo: historicidade e espacialidade do "bairro" da água branca.* Revista do Departamento de Geografia – Departamento de Geografia da FFLCHUSP, São Paulo, n. 1, p. 65-75, 1982.

SANTOS, R. A. O. *História econômica da Amazônia: 1880-1920.* São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

SECRETO, María Verónica. *Ceará, a fábrica de trabalhadores: emigração subsidiada no final do século XIX.* Trajetos, v.1, n.4, p.47-65. 2003.

SOUSA, W. P. *A dinâmica dos sistemas de produção praticados em uma unidade de conservação de uso direto na Amazônia - a Reserva Extrativista do Rio Cajari no Estado do Amapá.* 2006. 135 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas) - Programa de Pós-graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal do Pará, Pará, Belém, 2006.

TEIXEIRA, Carlos Corrêa. *O aviamento e o barracão na sociedade do seringal: estudo sobre a produção extrativismo de borracha na Amazônia.* 1980. 287 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

VILAÇA, Marcos Vinicius; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. *Coronel, Coronéis: apogeu e declínio do coronelismo no nordeste.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia:* expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

WOLFF, Cristina Scheibe. Mulheres da Floresta: uma história: Alto Juruá, Acre (1890-1945). São Paulo: Hucitec, 1999.